

1
1



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17

3ª Reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos

18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

Brasília/DF.
27 de junho de 2012.
(Transcrição ipsis verbis)

2

3
41
42

Empresa ProixL Estenotipia

43 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Bom dia.
44 Vamos dar início então aos trabalhos conforme nós tínhamos combinado.
45 Nosso horário inicialmente acertado seria 09h e já estamos com 10 minutos de
46 atraso. Nossa agenda é longa. Portanto vamos dar início a esse trabalho da
47 manhã. Eu queria, antes de iniciarmos propriamente, consulta-los a respeito da
48 possibilidade de nós fazermos, inicialmente ainda na manhã, essa
49 apresentação que está como item 3 da pauta, que é a Apreciação do Relatório
50 de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE. Eu imagino que essa, na
51 verdade, é uma prestação de constas rotineiras do Relatório de
52 Acompanhamento do Programa de Controle de Emissões Veiculares, que
53 normalmente é feito em atendimento ao que a própria Resolução 414 prevê. O
54 Dr. Rudolf que vai fazer essa apresentação não está ainda presente, mas eu
55 consulto se vocês concordam de que tão logo ele esteja presente, nós
56 interrompamos a seção, ele faz a apresentação e nós avançamos de forma a
57 ganhar um pouco o tempo. O segundo ponto de pauta, que seria a Proposta de
58 Resolução para Regulamentar a Responsabilidade dos Fabricantes, me parece
59 que essa nós teríamos que avaliar e aprovar. Então esse eu acho que nós
60 vamos ter que deixar efetivamente para o final, se houver tempo de
61 concluirmos essa nossa discussão. Temos acordo em relação a isso? Então
62 tão logo o Dr. Rudolf se faça presente, eu vou dar uma interrompida no
63 trabalho, nós avaliamos o relatório e continuamos.

64
65

66 *(intervenção fora do microfone)*

67
68

69 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O Adriano, pela
70 Secretaria do CONAMA, está colocando aqui que há interesse também por
71 parte do CONAMA de que nós apreciemos e aprovemos a Resolução que está
72 no item 2.2. Eu tenho a impressão também que nós não vamos vencer
73 completamente hoje a Resolução de Micronutrientes. Eu imagino que não.
74 Então os consulto também a respeito disso, quer dizer, uma possibilidade é de
75 nós começarmos já. Isso nós poderíamos fazer agora, mesmo com a ausência
76 de alguns conselheiros aqui que são importantes para a discussão de
77 micronutrientes. Aí talvez nós pudéssemos começar agora essa apreciação. Já
78 temos quórum. Se não houver pontos mais polêmicos, poderíamos talvez até
79 aprová-la.

80
81

82 *(intervenção fora do microfone)*

83
84

85 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O Dr. Cláudio
86 Liberman, que é o Coordenador-Geral de Gestão da Qualidade Ambiental do
87 IBAMA, a quem o PROCONVE está subordinado, está aqui presente. Quer

88dizer, nós poderíamos... Então vamos fazer isso enquanto não vêm os outros
89conselheiros? Talvez nós consigamos avançar então.

90

91

92**O SR. CLAUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – Bom dia a todos. Meu nome é
93Claudio Liberman. Sou Coordenador-Geral da Diretoria da Qualidade do
94IBAMA e eu conduzi o GT que tratou dessa Proposta de Resolução.
95Interessante, antes de tudo, dar um *briefing* para vocês de como tramitou essa
96Resolução, porque a maioria são conselheiros novos. A proposta veio da
97Câmara Técnica. Foi sugerido um Grupo de Trabalho para afinar a proposta. O
98Grupo de Trabalho fez duas reuniões. Trouxe uma proposta para a 49ª
99Reunião da Câmara, onde foi pedido que a proposta fosse enviada à
100Procuradoria Jurídica do IBAMA para análise da sua legalidade. Daí, do IBAMA
101voltou, dizendo que se enquadra. O parecer o IBAMA foi que, com as ressalvas
102necessárias... Não é necessário limitar as obrigações previstas no art. 1º:
103prazos e garantias dos veículos, pois durante toda a sua vida útil o motor
104deverá atender aos limites de emissões, o que só é possível se o fabricante
105importador disponibilizar no mercado insumos essenciais ao desenvolvimento
106das tecnologias. Então esse foi o parecer do IBAMA. Foi com a legalidade da
107proposta. E após esse parecer jurídico, nós fizemos mais uma reunião do GT,
108onde foi terminada essa proposta que vai ser apresentada a vocês agora.

109

110

111**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu não sei se
112nós precisamos ler, se vocês já têm conhecimento prévio, mas assim,
113basicamente, o Preambulo ali da Resolução esclarece isso que o Cláudio tinha
114colocado, quer dizer, a ideia da Resolução é estabelecer a responsabilidade
115dos fabricantes e importadores de veículos sobre as tecnologias utilizadas para
116o atendimento de emissão. Isso tem a ver com o novo *diesel* e o equipamento
117a ele vinculado, todo aquele sistema de ureia que garante a redução das
118emissões. E essa Resolução estabelece a responsabilidade do fabricante sobre
119a manutenção desses equipamentos. Houve, como o Cláudio falou, uma
120dúvida jurídica em relação a se... A indústria questionou se poderia ser
121atribuída a ela essa responsabilidade. O parecer jurídico foi no sentido de que
122sim, porque assim como o motor, esse era um componente que garantia... Só
123esse componente pode garantir a manutenção da emissão e nesse sentido
124então a Resolução retornou ao Grupo de Trabalho e eles entenderam que
125estava madura para vir à Câmara Técnica. Na verdade a Resolução é bastante
126simples. São 5 artigos. O primeiro define obrigações dos fabricantes ou
127importadores de veículos homologados pelo IBAMA dentro do PROCONVE e
128coloca que os fabricantes ou importadores de veículos ou motores detentores
129de LCVM são responsáveis pelas tecnologias de controle de emissão de
130poluentes neles incorporados. Ele fica responsável por garantir a
131disponibilidade, diretamente ou por terceiros, dos insumos não incorporados
132aos motores de veículos, mas essenciais ao desempenho da tecnologia de
133controle de emissões por eles adotados. A disponibilidade dos insumos citados
134nesse parágrafo que não os fabricantes e importadores, por outros agentes
135econômicos, não isenta os mesmos fabricantes ou importadores a

136responsabilidade. E para fins dessa Resolução, entende-se por insumos todo e
137qualquer produto cuja finalidade específica seja de prover o adequado
138funcionamento das tecnologias de controle adotadas pelas configurações
139homologadas. Os fabricantes ou importadores... Eu estou no § 5º agora do art.
1401º. O fabricante ou importador deve informar aos proprietários acerca da
141correta aplicação e funcionamento das tecnologias por ele utilizadas, inclusive
142após a comercialização do veículo. O art. 2º: Os fabricantes ou importadores
143de motores e veículos deverão informar ao IBAMA, tão logo seja de seu
144conhecimento, qualquer não conformidade identificada em qualquer
145configuração homologada relativa aos itens de controle de emissões. Essa
146exigência é válida pelo prazo em que o fabricante ou o importador garante a
147manutenção dos níveis de emissão homologada. Questão de coerência com os
148horizontes do PROCONVE. Os fabricantes e importadores de insumos deverão
149destinar parte de sua produção para o atendimento aos fabricantes de motores
150de veículos em percentual necessário ao abastecimento em condições de
151preço de mercado. Art. 4º: Para atendimento da disponibilidade do insumo, o
152fabricante ou importador de veículo ou motores poderá celebrar contrato de
153distribuição ou concessão observadas as normas pertinentes à comercialização
154dos veículos. Art. 5º: Essa Resolução entra em vigor na data de sua
155publicação. Alguém quer fazer alguma observação, algum destaque?

156

157

158**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu peguei o texto do *site* e
159agora eu estou vendo que tem outro texto com propostas da ANFAVEA. A
160pergunta que eu faço: houve acordo com vocês em relação às propostas deles
161ou não?

162

163

164**O SR. CLAUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – O texto final é o que foi acordado na
165última reunião do GT.

166

167

168**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Com a ANFAVEA também?

169

170

171**O SR. CLAUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – Com a ANFAVEA.

172

173

174**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Então esse texto que tem
175várias observações...

176

177

178**O SR. CLAUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – O texto final é esse que se acabou
179de... É o do GT. Esse é o texto final.

180

181

182**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Houve acordo então?

183

9
184

185 **SR. CLAUDIO LIBERMAN (IBAMA)** – Fechou.

186

187

188 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu estou falando isso,
189 pessoal, porque eles não estão presentes aqui hoje e não me comunicaram, e
190 é responsabilidade minha muito grande em relação a essa questão.

191

192

193 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Se você quiser
194 fazer uma consulta... Nós podemos deixar esse ponto em suspenso
195 aguardando.

196

197

198 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu gostaria. Só para eu ter
199 essa segurança.

200

201

202 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu entendo.
203 Essa posição nossa de representar segmento é complicada. Então eu acho
204 que nós temos que ter essa consideração.

205

206

207 *(intervenção fora do microfone)*

208

209

210 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A preocupação
211 é como eles garantiriam o fornecimento do insumo necessário, porque está
212 dizendo que eles devem fazer, mas isso em si não gera uma obrigação. Nesse
213 sentido havia alguma proposta da ANFAVEA no texto original?

214

215

216 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Qual artigo? 3º? Não.

217

218

219 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Tem toda razão,
220 e eu acho que esse foi um dos acenos que eu fiz ontem. Eu acho que é
221 importante que nós aqui na Câmara esgotemos essas questões para que nós
222 cheguemos ao Plenário já com um acordo e que não vá... Senão nós perdemos
223 um pouco a nossa função, porque a nossa função é exatamente essa. Não tem
224 problema. Então vamos fazer o seguinte: nós deixamos em suspenso esse
225 ponto, aguardando essas duas questões que foram colocadas, que eu acho
226 que são relevantes. Eu acho que é importante esclarecer esse questionamento
227 também do nível de garantia que nós temos de cumprimento do art. 3º, porque
228 realmente nós ficamos na mão de terceiros, e aí ficam os dois, o fiscal e o
229 fiscalizado sem uma garantia de responsabilidade direta. E aproveitando
230 então a presença do Dr. Rudolf aqui, eu o convidaria para fazer o relato,

231apreciação do Relatório de Acompanhamento de Avaliação do PROCONVE,
232conforme preconiza a Resolução 174.

233

234

235**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Obrigado, Márcio. Então de acordo com
236a 914, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE deve
237elaborar um relatório das suas atividades do ano e encaminhar a esta Câmara
238Técnica. Foi o que nós fizemos. O documento já está à disposição de todos no
239site e ele traz o conjunto de atividades que a Comissão desempenhou ao longo
240do ano. Só lembrando a vocês, as entidades que participam da Comissão, as
24110 entidades são: o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Minas e
242Energia, Ministério da Saúde, IBAMA, ANP, ABEMA, ANAMMA, CETESB, CNI
243e o CNAE, o Cadastro Nacional de Entidades Ambientais do CONAMA.
244Então essas 10 entidades é que formam a Comissão. Nós temos um calendário
245anual obrigatório mínimo de duas reuniões e as duas foram realizadas: uma
246aqui em Brasília, foi a 3ª Reunião Ordinária. A 4ª Reunião Ordinária nós
247realizamos em São Paulo, na época da FENATRA. O objetivo era que os
248membros da Comissão pudessem, naquela oportunidade, observar já o
249lançamento dos motores P7 e afinal foi sobre isso que a Comissão se dedicou
250ao longo de todo o ano. Foi para observar as medidas necessárias para a
251implementação da fase P7, E, aliás, foi exatamente por isso que essa
252Comissão foi reestruturada e voltou a funcionar depois de 20 e tantos anos, em
253função da necessidade de um acompanhamento da implementação das fases
254do PROCONVE. Então nas nossas reuniões nós nos dedicamos a ouvir as
255entidades que têm um papel normatizador sobre o Programa, basicamente o
256IBAMA e a ANP. Ambos, e todas as reuniões, traziam para o Grupo o conjunto
257de providências que tomaram, não só em função da implementação do que diz
258a nossa norma do CONAMA, mas também em função do cumprimento do
259acordo judicial feito quando da não implementação da fase P6. Então o IBAMA
260e a ANP fizeram apresentações nas reuniões. O conjunto das apresentações
261consta aqui dos anexos do relatório. E por outro lado também, as entidades
262executoras, ou seja, a indústria automobilística e a indústria de combustíveis
263estiveram em todas as reuniões trazendo os seus cronogramas, as suas
264projeções e as medidas que estavam sendo tomadas para a entrada em vigor
265da fase. Então tanto as apresentações da indústria automobilística, como da
266indústria de combustíveis, vocês encontram também nos anexos do Relatório
267Anual. Nesse segundo ano de funcionamento da Comissão, assim como no
268primeiro, nós nos dedicamos basicamente ao acompanhamento, porque a
269Comissão é uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, mas como era
270premente a entrada em vigor da fase P&, o esforço foi todo voltado para a parte
271de acompanhamento. Nós já tivemos este ano a primeira reunião, que foi a 5ª
272Reunião Ordinária. Convocamos uma Extraordinária para a semana que vem
273exatamente para nós definirmos um método de avaliação, que nós já
274queríamos aplicar algo de avaliação nesse terceiro ano da Comissão. Então
275nós não queríamos esperar a próxima Reunião Ordinária. Então convocamos
276uma Extraordinária para que nós já definamos um método de avaliação para
277que já possamos aplicá-lo ainda este ano, quem sabe na Reunião Ordinária,
278que se não me engano é setembro ou outubro. Então é isso. Toda a

279 documentação está aqui à disposição de vocês. Os anexos trazem todas as
280 atas, todas as providências, todas as reuniões e a apresentação das entidades
281 que foram convidadas e muitas delas são membros... Aliás, a lógica da
282 Comissão foi exatamente inserir como membros essas entidades participantes
283 da execução dos programas. Então todas elas são membros da própria
284 Comissão, o que facilita muito o nosso trabalho. E o documento está à
285 disposição de vocês. É isso, Márcio. Muito obrigado.

286

287

288 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A palavra está à
289 disposição. Quem quiser fazer alguma observação ou observação...

290

291

292 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Eu conversei lá
293 com o técnico que participou. O conteúdo está ok. Nós só pedimos para acertar
294 o nome da CETESB aqui na lista dos participantes, que é o nome antigo da
295 empresa. Já mudou desde 2009. Agora não é mais Companhia de Tecnologia
296 e Saneamento Ambiental. É Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

297

298

299 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nem eu sabia
300 dessa mudança. Vocês têm que divulgar mais.

301

302

303 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Continua
304 chamando CETESB, só que agora nós somos agência ambiental, no sentido
305 que incorporamos algumas atividades que eram diretamente ligadas à
306 Secretária. Quais são: licenciamento com avaliação de impacto ambiental, que
307 era o antigo DAIA, o Departamento de Uso do Solo Metropolitano e de
308 Recursos Naturais, que agora passa para as agências da CETESB.
309 Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

310

311

312 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vocês estão
313 indo no sentido contrário do IBAMA. Estão ficando mais generalistas e nós
314 estamos ficando mais especialistas.

315

316

317 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Antes nós
318 éramos só cinza. Agora estamos cinza, verde e azul.

319

320

321 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós éramos os
322 três e agora estamos só cinza. É interessante esse movimento. Alguém tem
323 alguma consideração? Eu acho que não caberia votação. É só uma apreciação
324 e havendo essas considerações, eu acho que está acatada naturalmente a do
325 Alfredo. Então agradeço, Rudolf, e consideramos vencido então esse ponto de
326 pauta. O segundo fica em suspenso parra nós tentarmos... E tão logo nós o

327tenhamos, nós retomamos. E foi bom que nesse meio tempo vieram mais
328conselheiros. Já tínhamos quórum, mas agora temos uma presença mais
329maciça de conselheiros aqui. Podemos entrar no nosso ponto de pauta número
3301 aqui, que é a questão da avaliação da Resolução de Micronutrientes. Eu faria
331a seguinte sugestão de encaminhamento dos trabalhos: a minha proposta é
332que nós façamos primeiro uma rodada de manifestação dos conselheiros em
333relação a como representação entende que nós devamos... Primeiro assim,
334uma apreciação sobre que tendência, ou que ânimo nos deu essas
335atualizações e essa revisão do Seminário que nós tivemos ontem. Então,
336procurando manifestar por entidade representativa da Câmara Técnica de
337Qualidade, qual é a tendência de cada Conselheiro em relação a como deva
338seguir essa nossa discussão. Naquela velha discussão que nós... Se vocês
339lembram, nós paramos na última reunião com alguns impasses. Não havia
340mais, que eu me lembre, discussão em relação a regulamentar ou não. Havia
341consenso de que nós deveríamos regulamentar, mas havia algumas
342discussões em relação à forma como nós regulamentaríamos, e também a
343questão do modelo, basicamente a questão do modelo proposto para
344avaliação, ou seja, o ponto de corte. A questão era o ponto de corte da
345Resolução e aquela questão que ontem foi bem salientada aqui, de se nós
346colocamos uma obrigação de tratamento ou se nós colocamos só o ponto de
347corte em relação a isso. Eu não sei se é isso, se tem alguém que queira
348complementar. E se tem alguém que queira propor uma outra forma de
349abordagem inicial, porque a minha ideia com isso era que nós pudéssemos ter
350previamente... Medir um pouco a temperatura de quais são as tendências em
351relação à continuidade dos trabalhos e aí talvez nós fizéssemos uma outra
352rodada, aí já mais propositiva mesmo de como nós vamos trabalhar. Vamos
353pegar e vamos artigo por artigo ou vamos atacar direto nos pontos que nós já
354destacamos aí em amarelo ou em vermelho? Nós começamos pelo vermelho
355ou começamos pelo amarelo, enfim questões desse tipo. Mas eu acho que
356antes talvez fosse importante nós termos uma ideia mais de termômetro assim,
357o que cada entidade certamente nesse meio tempo, antes do Seminário
358mesmo, já devem... Nós no IBAMA tivemos algumas reuniões, discutimos um
359pouco isso com o Ministério. Imagino que cada representação aqui tem feito
360isso também. Então eu acho que é importante nós termos uma tendência, uma
361ideia de como nós devamos... Como cada entidade está vendo essa Resolução
362agora, uma visão mais atualizada, para depois nós propormos uma
363metodologia de abordagem para descascar o abacaxi. Ok? Concordam com
364isso? Então podemos começar.

365

366

367**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom dia a todos.
368Eu tenho uma sugestão de encaminhamento em função do que nós já
369conversamos sobre a necessidade de que... A responsabilidade dessa Câmara
370Técnica no sentido de que esses encaminhamentos que nós estamos tendo
371representam uma grande responsabilidade, na medida em que nós estamos
372definindo aplicação de resíduos em elementos que vão para o solo e
373consequentemente com implicações na própria produção agrícola brasileira.
374Nós estamos propondo que se aprofundem três pontos, que são referentes à

375 retirada de poluentes na medida em que a tecnologia nos permite. E nesse
376 sentido nós propomos que a Câmara Técnica se debruce ainda um pouco para
377 fins de avaliação sobre as seguintes questões, eu vou ler aqui os três itens:
378 que a empresa Produquímica apresente, no prazo de 30 a 60 dias, isso é um
379 pedido feito de forma... Claro, não é nenhuma imposição, mas é um convite,
380 demonstrativos técnicos da eficácia e eficiência de maior remoção
381 tecnicamente possível dos contaminantes: metais pesados e a série. Os
382 resíduos elegíveis para formular micronutrientes, com o respectivo fluxograma
383 dos processos realizados, apresentando as concertações de contaminantes na
384 entrada nos resíduos e na saída, micronutrientes. Que a empresa
385 Produquímica, considerando que a utilização de resíduos de troca iônica para
386 extração de outros elementos de interesse: zinco, cobre, manganês e
387 molibdênio, segregando-os dos demais contaminantes, envolvendo a
388 necessidade de transformar a massa de resíduos do estado sólido, óxidos em
389 licor por meio de sua solubilização lixiviação é tecnicamente possível. Que
390 apresente no prazo de 30 a 60 dias as possibilidades técnicas de implantação
391 de tal processo na produção de micronutrientes a partir dos resíduos elegíveis
392 integrados aos processos desenvolvidos pela empresa, ainda que em conjunto
393 com outras empresas ou outras formas de organização. Quer dizer, eu não se
394 inclui aí outras perspectivas. E por último, que o Dr. Alexandre Pessoa ou
395 profissional por ele indicado, apresente no prazo de 30 a 60 dias a descrição
396 dos processos biometalúrgicos citados, embasados por fluxogramas, assim
397 como exemplos demonstrativos de sua utilização e resultados de eficácia. Eu
398 acho que essas questões, para nós, pelo menos para o segmento que eu
399 represento, Planeta Verde, para o PROAM, são elementos decisórios no
400 sentido de uma retirada garantida de poluentes que não têm implicação com
401 problemas ambientais futuros.

402

403

404 **SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA Nacional)** – Eu, chegando agora
405 nesse grupo, não tenho a pretensão de mudar o que já está sendo discutido há
406 tantos anos, mas me parece, por tudo que eu ouvi ontem e pelo que eu li na
407 Resolução, que nós não deveríamos de novo entrar nesse caminho de
408 engessar as coisas. É claro que de todas as discussões, todos nós queremos o
409 aproveitamento do resíduo e ao mesmo tempo não queremos que esse
410 aproveitamento signifique prejuízo aos nossos ambientes. Eu acho que nós
411 não precisávamos ter preconceito. Preocupa-me ali quando nós proibimos
412 resíduos perigosos. Eu acho que como insumo, isso está presente em um
413 monte de outras produções e nós não estamos indo lá dizendo que não pode.
414 Eu acho que nós deveremos nos dedicar mais a dizer como pode do que
415 simplesmente estabelecer uma espécie de preconceito contra esses materiais.
416 Eu acho que nós podemos ter insumos preciosos nesses resíduos e que o
417 nosso esforço deveria ser pelo máximo reaproveitamento desses materiais. É
418 claro que com todo cuidado. Eu concordo com as proposições do colega da
419 PROAM de que persigamos esse caminho do máximo detalhamento sobre as
420 possibilidades de tratamento. Eu acho que o tratamento é bem-vindo, mas
421 quando ele for realmente necessário. Eu acho que também não devemos ficar
422 jogando recursos fora em nosso país se não for realmente necessário. Então a

423 ideia seria de uma prévia classificação para então dizer se precisa ou não
424 precisa de um tratamento prévio. A outra coisa é que, entrando por esse
425 caminho, é claro que vai ficar a muito de nós em todos os níveis, municipal,
426 estadual e federal, a preocupação com monitoramentos onde esses materiais
427 estejam sendo aplicados. E mais uma vez eu digo: não só esses materiais,
428 mas os outros também produzidos naturalmente e que nós não temos gestão,
429 gerência nenhuma, a preocupação é similar. Eu acho que nós deveríamos
430 dedicar, nessa Resolução, alguma previsão de apoio daqueles que ganham
431 com a produção disso e dessa forma que estaremos regulamentando com o
432 monitoramento desses ambientes, do resultado nos ambientes, apoio a
433 pesquisas para reduzir um pouco das incertezas como foi apresentada aqui
434 ontem pela Dra. Carmem. É mais ou menos como a lógica da logística reversa:
435 já chega do Poder Público ficar assumindo todos os custos por outros que
436 ganham com isso. São aqueles que ganham com isso reavendo a população
437 os cuidados, os controles adequados para que nós tenhamos maior
438 tranquilidade em tudo isso. Essa é minha opinião.

439

440

441 **O SR. SÉRGIO LUIZ MACEDO (Rio Grande do Norte)** – Eu gostei muito das
442 apresentações de ontem. Foram realmente muito proveitosas. Eu acho que
443 realmente nós poderíamos passar, obviamente depois, para discussão da
444 Minuta. Eu só acho que realmente deveria se permanecer a proibição do uso
445 de resíduos perigosos. Eu acho também, e a minha sugestão, a sugestão do
446 Rio Grande do Norte, é que também se coloque na minuta a proibição da
447 importação de resíduos para essa finalidade também.

448

449

450 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** – Bom dia. Só em
451 uma passada geral, eu tinha entendido na nossa última discussão que na
452 verdade a ideia ontem e hoje seria de nós explorarmos um pouquinho do que
453 tinha. Mas assim, eu acho que nós não deveríamos botar a carga de empresa
454 A, B ou C fazer estudos. Enfim, eu acho que se nós entendermos que é
455 necessário mais estudo, nós é que temos induzir esse processo e de que
456 maneira nós vamos induzir. Então assim, eu não discordo da sugestão do
457 Bocuhy, mas eu acho que eu não colocaria A, B ou C fazer estudo, apresentar.
458 Nós já tivemos esse tipo de sistemática em outros processos e na verdade eu
459 acho que isso não está a cargo de uma ou duas empresas ou pessoas. Eu
460 acho que se nós entendermos que é necessário um estudo de custo e
461 efetividade desse processo, então nós temos que abrir uma linha para isso.
462 Não era na verdade a linha que nós estávamos conduzindo essa Câmara
463 Técnica inicialmente em relação a essa Minuta de Resolução. Com relação à
464 questão dos resíduos perigosos também nós já tínhamos tido uma discussão e
465 já tínhamos vencido essa etapa, que não seriam incluídos resíduos perigosos
466 por uma série de questões que já foram argumentadas. Eu faço esse
467 comentário só para nós não ficarmos toda hora voltando nos assuntos que já
468 foram bastante discutidos, e resíduos perigosos é um deles. Eu não sei nem
469 como fazer muitos comentários na verdade, porque assim, eu acho que nós
470 tivemos uma amostra daquilo que é possível, mas não foi uma encomenda

471de... Como o Rocca colocou, como eu coloquei. Na verdade nós temos a
472expectativa de: aquilo que nós estamos entendendo que não pode ter, naquilo
473que é chamado de micronutrientes, é possível, através de um tratamento, ser
474retirado? Eu acho que teve um esforço dos apresentadores aqui ontem,
475apresentaram coisas extremamente interessantes, mas eu acho que não com o
476objetivo de sanear as nossas angústias, porque não foi feita uma encomenda
477dessa maneira, eu acho. Então eu acho que das apresentações que foram
478feitas em relação a tratamento, cada um mostrou a sua experiência e não a
479nossa angústia em chegar em algum resultado que nós queríamos ver. É óbvio
480que, da nossa parte, nós queremos ver um processo de tratamento e que nós
481cheguemos a um produto final que não tenha aqueles indesejáveis, e aí
482incluindo os orgânicos. Então eu frisei bastante ontem a questão da dioxina e o
483furano, porque é uma coisa que nós não queremos ver saindo no final de um
484tratamento que vai ser disposto no solo, que vai ser utilizado aí para uma série
485de processos e, além disso, para que nós cheguemos em cada um desses
486processos que nós estamos falando, nós passemos também pelos processos
487de trabalho e têm pessoas envolvidas nisso tudo. Então assim, eu acho que de
488que maneira geral, na verdade nós temos que debater um pouquinho os
489objetos da Minuta de Resolução, quer dizer, onde nós queremos chegar. Eu
490acho que alguns pontos tinham sido vencidos e eu acho que é importante nós
491entendermos se isso realmente vencendo, que era: vamos sim regulamentar,
492então vamos sim ter uma Resolução. Então eu acho que é isso que tem que
493ser debatido. Segundo ponto: já tiramos a coisa de resíduos perigosos. Não
494vamos mais tratar disso. O terceiro ponto: vamos colocar tratamento? E se
495vamos, não vamos aqui descrever técnicas, mas dizer sim aonde nós
496queremos chegar com o tratamento e o que vai ser possível de ser utilizado. Eu
497estou entendendo que um nós estávamos um pouquinho nessas linhas. Então
498eu acho que o que eu queria manifestar inicialmente era isso.

499

500

501 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu só queria um
502 esclarecimento da representante do Ministério da Saúde se a senhora
503 concorda que tem que haver um melhor atrelamento técnico de fato com
504 relação à remoção.

505

506

507 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** – Como eu
508 coloquei, na reunião passada, Bocuhy, que nós discutimos nessa Câmara
509 Técnica, nós tínhamos meio que chegado a um consenso de que nós não
510 íamos discutir aqui técnicas de tratamento, porque a melhor técnica hoje pode
511 não ser amanhã. A técnica é extremamente evolutiva. A evolução, hoje em dia,
512 é muito rápida. A professora Carmem mostrou ontem que em 20 anos nós
513 mudamos muito. Agora, para técnica, nós mudamos quase que de uma
514 semana para outra. Então se nós começamos a dizer que tem que ser feito por
515 técnica A, B ou C, amanhã, a D, que é muito melhor que essa, está fora. Então
516 nós já aprendemos isso em algumas resoluções. A minha posição é que nós
517 temos que colocar sim que tem que ter tratamento para chegar no que nós
518 queremos, e o indesejável tem que estar fora. Essa é a minha opinião.

23
519
520

521 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Questão de
522 ordem. Eu acho que todo mundo tem que se manifestar para depois começar o
523 debate. Por gentileza. Vamos deixar todo mundo, porque senão já começa o
524 debate.

525
526
527

528 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A Mesa tem a
529 palavra aqui. Deixa só eu colocar o seguinte: no debate nós esclarecemos.
530 Agora não é o momento de esclarecimento. A intenção... Eu fiz uma proposta e
531 ninguém foi contra ela. A minha proposta era: vamos passar por todos os
532 conselheiros para nós vermos quais são os ânimos. Depois, a partir disso, nós
533 discutimos, abrimos nova rodada para discussão. Aí nós poderemos discutir
534 essas questões. E eu acho que esse ponto específico é um ponto que nós
535 precisamos efetivamente discutir. Eu vou pedir para vocês para falar também,
536 até em função de como está sendo... Para onde está indo a polêmica, eu faço
537 questão de também manifestar qual é a posição do IBAMA. Eu vou fazer a
538 manifestação agora como Conselheiro do IBAMA, não como Presidente dessa
539 Mesa. Essa questão, especificamente da técnica, eu concordo com o que a
540 Daniela colocou. Quer dizer, nós já temos experiência em vários outros
541 segmentos ambientais de que não é saudável nós discutirmos processos
542 tecnológicos, até porque essa discussão: tem tratamento ou não tem
543 tratamento? Nós já vivemos isso, por exemplo, em tratamento de efluentes. O
544 que acontece: nós ficamos discutindo: precisa ter tratamento ou não precisa ter
545 tratamento? Agora eu pergunto para vocês: um tratamento que lance 500 Mg/L
546 de alguma coisa. Eu digo: olha, tem que ter tratamento. Aí eu só consigo
547 reduzir para 250. Aí vem outro e tem, em bruto, 250. Eu digo: tem que ter
548 tratamento. Ficam dois pesos e duas medidas, quer dizer, o que nós temos
549 trabalhado sempre na área ambiental é com outro conceito, que é o conceito
550 na outra ponta, que é aquela pergunta que fez um dos representantes ontem
551 das empresas, eu não lembro qual foi, que disse assim: até onde que eu tenho
552 que tratar? Quer dizer, nós como reguladores, o que nós precisamos dizer é
553 até onde nós precisamos tratar, qual é o nosso nível de segurança, Mas
554 sempre lembrando, e aí vem a posição que o IBAMA quer trazer aqui, que é
555 um pouco diferente, sempre lembrando que esse “aonde nós queremos
556 chegar” é dinâmico e precisa ser revisto, porque como bem colocou a
557 representante da Saúde ontem, a Dra. Carmem, esses níveis de segurança e
558 esse nosso nível de conhecimento sobre o que seguro muda a todo momento e
559 é por isso que nós constantemente revimos isso . Isso é assim na legislação de
560 agrotóxicos. Nós podemos fazer reavaliação do agrotóxico em função de novos
561 conhecimento em relação à toxicologia. Isso é assim na Resolução CONAMA
562 20, que já sofreu 3 ou 4 alterações em relação ao padrão de lançamento de
563 efluente. É sempre pensando nessa questão, quer dizer, nós temos, de um
564 lado, uma tecnologia disponível, que nos dá segurança de atingir aquele nível
565 desejado de aporte ao meio ambiente e do outro lado nós temos um ponto de
566 corte. Quer dizer, se eu disser que o nível seguro hoje em relação à

567lançamento de metais no solo é X, eu não quero saber se vai ter tratamento ou
568não. É aquele X que eu vou ter que ter. Então isso vai descartar alguns
569resíduos, porque vai ter resíduos que mesmo não sendo perigoso, não vai
570conseguir atingir aquele padrão com tratamento ou sem tratamento, ou então
571para atingir vai ter um custo econômico que não viabiliza e conseqüentemente
572aquele resíduo não será utilizado para fazer micronutriente. Quer dizer, nós
573não precisamos nos preocupar com isso. Se nós fixarmos o ponto de corte,
574necessariamente nós estamos eliminando... Estamos obrigando ao tratamento
575aqueles que são passíveis de tratamento, e os que não são passíveis de
576tratamento não irão ser utilizados como micronutrientes. É simples assim. E
577esse ponto de corte... E aí sim vem o que eu acho que nós teremos que rever
578na discussão do ponto que nós estamos hoje na proposta, porque havia uma
579proposta, embora não tenhamos fechado qual é o modelo que nós vamos
580utilizar para chegar nos valores limites de teor do metais para utilização na
581fabricação de micronutrientes, a proposta que o IBAMA traz é de que nós não
582vamos naquela linha de só colocar o valor limite. Eu acho que nós deveremos
583colocar a fórmula que leva ao valor limite, porque aí volta a questão que nós
584estávamos discutindo ontem> ela está baseada em um padrão dada pela IN
58527, por exemplo, entre outras coisas: se alterar aquele valor da IN 27,
586naturalmente o nosso valor está alterado. Nós não vamos precisar nos
587preocupar com isso, quer dizer, vai ser só uma atualização de um anexo. Se
588nós colocarmos isso como anexo da Resolução, nós teremos uma facilidade de
589acompanhar o dinamismo desse limite de segurança, muito maior. Se nós,
590daqui 2 anos ou 3 anos, entendermos que tem que apertar mais, nós
591simplesmente alteramos o anexo e continuamos com a Resolução vigente, em
592vez de fixar um padrão lá que vai ter que se ser revisto, vai ter que se gerar um
593Grupo de Trabalho e toda uma outra revisão posteriormente. Como aqueles
594parâmetros que estão lá são baseados nos valores limites de solo, nos teores
595de metais nos fertilizantes, nós naturalmente temos essas alterações na
596medida em que um ou outro se altere. Se nós alterarmos os valores limites de
597solo, nós teremos... E talvez isso até caminhe para nós termos parâmetros
598regionais, porque aí eu vou ter também... Se eu tiver valores regionais limites
599mais restritivos, necessariamente eu vou ter valores regionais mais restritivos
600também para... Esse é um ponto. O outro ponto que nós discutimos no IBAMA
601é a questão da importação. Isso nós já discutimos. A posição do IBAMA é que
602de fato nós não devemos trabalhar com resíduos importados em função da
603sistemática que nós adotamos de controle sobre o processo de geração do
604resíduo, que nós podemos acompanhar isso em solo nacional, mas não
605podemos acompanhar isso em solo internacional, embora não caiba aí nessa
606Resolução nós proibirmos, porque isso... O resíduo perigoso já está proibido e
607aí é uma questão de nós vermos como nós vamos tratar isso, mas proibição,
608na Resolução não tem. A Resolução não tem o poder de proibir. Esse é o
609problema. Eu não sei se tem mais algum ponto. Esse é um ponto para a
610discussão a partir do ponto de corte que nós temos, mas é um ponto que nós
611vamos ter que discutir com certeza. É isso. Basicamente é essa a posição do
612IBAMA.

613

614

615 O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA) – Bom dia a todos. Bom,
616 é lógico que esse Seminário ontem serviu para nos deixar uma certeza: que
617 nós não temos ainda segurança para deliberar sobre a aprovação dessa
618 proposta. Ainda existem muitas dúvidas, muito detalhamento técnico que ainda
619 não tivemos acesso. Então somos contrários à aprovação da proposta, uma
620 vez que existem muitas dúvidas e carece de mais fundamentações técnicas.
621 Com relação às viabilidades do reaproveitamento e tratamento do resíduo, tem
622 que serem mais discutidas. Com relação aos impactos ambientais do uso e
623 consumo agrícola na aplicação do solo, deixam muitas incertezas. Tratamento
624 eficaz sem deixar margem de risco ao meio ambiente, isso nós devemos
625 discutir. A nossa proposta, como eu falei, seria: se nós devemos hoje criar um
626 novo Grupo de Trabalho, aproveitar todos os subsídios que foram
627 apresentados ontem, trazer novos especialistas para apresentar ao novo Grupo
628 de Trabalho e decidir se vai haver a regulamentação ou não através de uma
629 Resolução, ou se nós devemos até enviar ao Congresso Nacional. Eu vejo que
630 é de muita complexidade, de muito risco uma Resolução dessa natureza,
631 porque falta muito detalhamento técnico mesmo o IBAMA... Eu tenho certeza,
632 pela colocação do IBAMA, ele ainda tem muitos questionamentos que pode
633 serem levados aos Grupo de Trabalho e decidir se vai ser complementado, ou
634 se vai ser talvez via Congresso Nacional, porque é uma Resolução de muita
635 amplitude. E consequências que vão ser para o solo, para a água, para a
636 saúde pública e para o meio ambiente como um todo.

637

638

639 O SR. JULIO CESAR ROCHA MOTA (Bahia) – Bom dia. Na minha opinião,
640 pelo que eu pude concluir das nossas conversas desde que aqui cheguei é que
641 nós já temos... Nós estamos falando de uma aplicação de resíduos no solo.
642 Nós já temos uma regulamentação, uma norma para solos contaminantes. E a
643 proposta é que nós usemos um parâmetro bem mais conservador do que esse
644 de solo contaminado, e sim um valor de prevenção. Então eu acho que é
645 possível que nós façamos essa regulamentação. E ainda acho mais: que nós
646 não devemos entrar no mérito do tipo de tratamento que deve ser feito para
647 essa aplicação. Eu acho que o que nós temos que estabelecer são os
648 parâmetros máximos que são aceitáveis. O tratamento possível pode ser
649 modificado a qualquer momento. As tecnologias mudam, então nós não vamos
650 entrar no mérito do tratamento. Nós estabelecemos, na minha opinião, um
651 limite máximo e quem dizer fazer o uso desse resíduo, tem que enquadrar o
652 resíduo dentro desse parâmetro. Essa é minha opinião.

653

654

655 A SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais) – Bom
656 dia. Bem, eu tenho uma visão um pouco diferente das que já foram colocadas
657 aqui pelos colegas conselheiros. Eu acho que ontem as apresentações que
658 foram feitas nos ajudaram a entender os vários aspectos que contornam essa
659 matéria que nós estamos discutindo, mas do meu ponto de vista, não existe
660 mais a possibilidade de se explorar tecnicamente esse assunto porque por
661 mais que outras informações ou outros esclarecimentos técnicos sejam aqui
662 colocados, as incertezas que também rodam esse assunto permanecerão. E

663esse grau de incerteza acontece com todas as matérias dentro do tema meio
664ambiente. Uma coisa é a visão acadêmica, a visão dos pesquisadores, o tal
665princípio da precaução que foi aqui muito falado por vários ontem e o outro lado
666disso tudo é a demanda que os órgãos ambientais têm hoje, uma demanda
667alta, uma demanda relevante de empresas que são sérias e que querem fazer
668as coisas de forma correta. E essa demanda bate na nossa mesa todos os
669dias, todas as semanas e nós, até agora, não temos uma regulamentação que
670nos norteie à tomada de decisão, porque os órgãos ambientais têm o papel de
671fazer a gestão dos resíduos gerados nesse país. E na opinião da equipe
672técnica da FEAM, essa norma precisa ser Federal. Ela não deve ser estadual,
673porque senão nós podemos criar algumas situações complicadas do ponto de
674vista da gestão de resíduos no país. Então nós entendemos que essas dúvidas
675que ainda existem sobre a aplicação desses resíduos para a indústria de
676micronutrientes vão permanecer, porque é o *status* do nosso conhecimento
677atual. Então nós precisamos entender isso que faz parte, que é o risco que nós
678temos que assumir para podermos avançar. Então essa norma é pertinente,
679está mais do que na hora de existir e ela deve ser de âmbito nacional. Dessa
680forma, nós entendemos que a Minuta que foi colocada é o melhor que nós
681podemos fazer nesse momento e ela delimita bem nesse momento os
682contornos de até onde nós podemos ir, ou seja, não aceitando que resíduos
683perigosos possam ser processados. Concordo com a questão da importação
684de resíduos. Eu também acho que não está na hora de abrir essa
685possibilidade. Nem sei se ela deve ser aberta, mas eu acho que a norma tem
686que ser conservadora sim nesse sentido, mas vejo que a proposta colocada
687pelo Conselheiro do PROAM... Eu concordo com a Conselheira Daniela: nós
688não podemos aqui indicar que uma empresa faça um estudo para subsidiar
689essa nossa decisão. Eu entendo que esse estudo não iria acrescentar nada de
690novo ao que já foi discutido aqui, mesmo porque não poderíamos. Porque essa
691empresa? Porque não outra? Porque não um Centro de Pesquisa? Porque não
692uma Universidade? Então eu acho isso um pouco perigoso. A questão dos
693processos aí, da remoção por resinas que foi colocado ontem, essa tecnologia
694é viável para efluentes líquidos. Isso não se aplica no caso de resíduos sólidos.
695Então eu não vejo sentido técnico em se explorar essa questão. E com relação
696também aos processos biometalúrgicos, esses processos são complexos, eles
697têm um custo considerável e eles geram resíduos e efluentes líquidos. E o que
698nós estamos querendo é justamente criar uma norma que estabeleça regras
699para o uso de resíduos e que seja economicamente viável dentro da nossa
700estratégia de redução e valorização dos resíduos industriais, que é o mote do
701projeto estratégico do Estado de Minas Gerais, que a FEAM vem
702desenvolvendo. Primeiro: reduzir a geração na fonte e segundo: valorizar o
703resíduo no seu reuso ou reciclagem em todos os níveis. Então nós já temos
704algumas experiências até de aplicação direta de resíduos industriais no solo
705com todos os cuidados que devem ter nesses casos. Essa norma tem ainda
706uma... Ontem foi falado na questão da especificidade, que cada caso é um
707caso, mas a norma trata dessa forma: cada caso é um caso e deverá ser
708analisado. O interessado é que deve comprovar se aquele resíduo está apto ou
709não a ser usado como micronutriente. Eu não acho que nós não estamos
710avançando nenhum sinal. E por fim, a questão do tratamento. Eu concordo com

711o que já foi dito por outros conselheiros. A norma não pode engessar isso, não
712pode tornar isso obrigatório ou não. Isso é uma questão de tecnologia que deve
713ficar a cargo da decisão do interessado em utilizar esse resíduo. Eu acho que
714como está hoje na Minuta, colocado no art. 6º, abre essa possibilidade. Tem o
715tratamento ou não, respeitando os limites máximos aí que foram colocados. E
716eu acho que a proposta colocada pelo Presidente Márcio como representante
717do IBAMA, é uma proposta interessante. Talvez possamos avançar no sentido
718de não estabelecer limites, mas apenas uma fórmula de cálculo. Então essa é
719a minha visão como técnica do órgão ambiental de Minas Gerais há 24 anos no
720dia-a-dia da gestão de resíduos industriais, resíduos urbanos. Obrigada.

721

722

723**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, a CNI apresentou Na
724última reunião, no seu pedido de vistas, uma série de alterações na proposta
725que veio do Grupo de Trabalho. Na nossa visão, a Resolução que deve
726disciplinar o tema de uso de resíduos para a fabricação de micronutrientes
727deve se ater a três pontos principais: o primeiro, o mais óbvios deles, a
728presença das substâncias de interesse de uso agrônomo. Eu acho que isso
729tem acordo e ninguém discute. O segundo: a ausência ou a concentração
730dentro daquilo que é aceitável de componentes orgânicos nos resíduos. E
731terceiro: um limite para os contaminantes inorgânicos. Eu acho que a nossa
732discussão, a nossa apresentação de proposta foi em cima disso. E aí cabem
733várias observações. Nas discussões de ontem foi colocada a possibilidade de
734se fazer tratamento de remoção de elementos que não são de interesse
735agronômico, são as substâncias que estariam, no caso, fazendo o papel... Não
736tendo o papel básico de agronomia, que são os contaminantes, e a
737possibilidade de remoção. E aí, até para colocar uma coisa que não está no
738meu parecer, Professor Alfredo, que eu acho o seguinte: a grande preocupação
739que nós temos é de engessar demais. Eu acho que nós devemos estabelecer
740limites sim. Eu concordo plenamente que não dá para colocar tecnologia em
741Resolução. Não dá. Não dá porque evolui mesmo, é dinâmico. A tecnologia
742tem que ser consolidada. Também não dá para colocar tecnologias que estão
743em teste hoje. Ótimo. Tomara que amanhã elas estejam disponíveis, sejam
744acessíveis. Mas qual é a questão? A questão é a seguinte: se eu tenho no meu
745processo uma geração de um resíduo com todas as características, mas ele
746tem o elemento chumbo, que é o mais comum, por incrível que pareça, é o
747mais comum do contaminante, e aí é um resíduo perigoso, e eu sou bom
748perdedor, então eu não vou voltar mais com essa questão de perigoso, mas aí
749eu uma ideia: por exemplo, porque não o gerador tratar e remover esse
750chumbo e o resíduo não ser perigoso e eu permitir que ele possa utilizá-lo? É
751uma ideia. Porque o meu grande medo é fazer essa Resolução ser aplicável.
752Eu consultei as empresas que trabalham com isso, os fabricantes de
753micronutrientes, eles me colocaram: até mesmo os resíduos listados pela
754CETESB, em muitos casos vão ser perigosos, porque o elemento chumbo
755naturalmente vem combinado no Brasil com o elemento zinco. Está na
756natureza. E você não consegue separar tudo. Então a questão... Tudo bem:
757perigoso não sai da fábrica como perigoso. Para esse efeito, não. Mas eu
758posso trata-lo. Da mesma maneira que foi mostrado ontem pela Produquímica,

759se tem tecnologia para remoção e vai se remover dentro do que o mercado
760está exigindo. E a informação importante de nós colocarmos aqui, porque boa
761parte das empresas, se não colocou, está colocando a variável da
762sustentabilidade por uma questão de segurança dos seus negócios. A grande
763maioria das empresas está exigindo isso. Nós fizemos uma pesquisa recente
764antes da Rio +20 com grandes empresas e foi um resultado surpreendente
765dizendo como o setor empresarial não só está engajado em assumir os
766aspectos de sustentabilidade dos seus negócios, como também levar isso para
767a sua cadeia de fornecedores, de clientes e tudo mais. Então isso veio para
768ficar. Não é modismo, não. A grande questão que nós temos que colocar aqui
769é, professor Alfredo, eu tenho muita preocupação de colocar uma listagem que
770engesse. Eu acho que a listagem, como a 10.004, tem que ser um indicador,
771um orientador: esses resíduos aqui nós sabemos que tem potencial. Agora, por
772exemplo, a Vale ontem trouxe aqui para nós exemplo de 10 resíduos que não
773estão na listagem, que não que são perigosos. Eles não fizeram o dever de
774casa completo. Falta a avaliação de orgânicos. Eu acho que eles vão fazer.
775Agora, vocês imaginam a situação: nós aprovamos que há uma listagem que
776não estão incluídos os 10 resíduos e que certamente têm muito mais, todos
777que atendam às características que nós queremos e chegemos: não, não tem
778orgânico algum. Inclusive está abaixo do limite detectado. E eles não vão poder
779utilizar, porque a norma, como ela está hoje, pelo menos a proposta nesse
780aspecto, engessa. E a minha colocação então em termos aqui o Conselho, das
781discussões que houveram ontem, vamos flexibilizar naquilo que dá para
782flexibilizar, porque para nós são dois aspectos importantes: um é a segurança.
783Nós estamos tratando de alimentos, saúde humana. Então realmente vai ter
784que ser restritivo. E aí estabelecer qual é o limite restritivo que nós queremos.
785O Márcio colocou 4e eu acho que isso também é importante. Nós temos como
786base a IN 27. Vai ser ela? Essa é a pergunta que nós vamos responder. As
787minhas colocações básicas, Márcio, seriam essa essas. A minha preocupação
788maior é de fazer uma Resolução que seja aplicável e que nós incentivemos as
789empresas a reaproveitarem os seus resíduos, seja tratando dentro do seu
790processo, seja contratando empresas que trabalham seriamente e tratem isso,
791e removam o que nós possamos utilizar cada vez mais, porque senão o
792resíduo vai para o aterro, porque infelizmente ele é parte do processo industrial
793da tecnologia que nós temos hoje. Era só essa reflexão que eu queria fazer.
794Obrigado.

795

796

797**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Bom dia a todos. Realmente as
798apresentações ontem foram bastante ricas. Eu confesso a vocês que eu tinha
799muita dificuldade e ainda estou tendo, mas acredito que dá para nós
800trabalharmos em cima dessa Resolução, principalmente para aproveitar, para
801não perder o tempo da reunião anterior, eu acho que nós vimos toda a
802Resolução, marcamos aqui em amarelo e em vermelho. Eu acho que nós
803tínhamos que dar continuidade a isso aqui, senão aquelas reuniões atrás foram
804todas perdidas. Eu acho que dá para se trabalhar. E fazer das palavras da
805Zuleica, eu gostei muito das suas palavras, as minhas.

806

8080 SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo) – Aqui como
809representante do Governo do Estado de São Paulo, eu coloco que o Governo
810do Estado de São Paulo é favorável a que haja uma regulamentação do uso de
811resíduo para a fabricação de micronutriente. Até porque nós somos incumbidos
812pela ABEMA, que foi quem pediu aqui ao CONAMA que se instituísse um
813grupo para discutir isso, da coordenação desse grupo na pessoa, na figura da
814CETESB. Agora, como órgão ambiental, nós também somos favoráveis que
815tenha, porque como a Zuleica falou, nós somos um órgão ambiental que temos
816a incumbência de exercer o controle. Hoje já existe o uso de resíduos como
817fornecedor de micronutrientes. Isso não é regulamentado. Tem empresas que
818fazem a aplicação direta de resíduos nos solo sem nenhum controle. O outro
819*by-pass* que existe é enviar para um pseudo-tratamento onde meramente
820ocorre o que nós chamamos de tratamento físico, onde se misturam resíduos,
821daí vem a história da ideia da diluição, e se melhora o estado físico do resíduo,
822a granulometria para poder aplicar. Mas tudo aquilo que nós estamos muito
823preocupados, se é 5 ou 50 microgramas de chumbo, está indo 500, 5.000,
82450.000. Então está essa é a nossa realidade. Então nós precisamos de
825instrumento para regulamentação. Nós entendemos que existem muitas
826incertezas. Eu já participei de outros GTs que começaram já com uma proposta
827de Resolução porque havia uma uniformidade do entendimento da questão.
828Esse GT, quando começou, não havia. Foi um dos GTs mais longos. Teve três
829seminários, um encontro técnico de 3 dias, aonde vieram especialistas de
830todas as áreas para começar a balizar. Então como qualquer outro GT, nós
831nunca vamos ter a segurança total que gostaríamos para deliberar. Sob o
832ponto de vista ambiental, nós consideramos que devemos utilizar o resíduo,
833primeiro: porque a Política Nacional de Resíduos estabelece que eles deveriam
834ser reciclados não só para poupar o meio ambiente no momento da disposição
835final, mas também para poupar o meio ambiente no momento de poupar o
836recurso natural que está sendo evitado de ser extraído com todos os seus
837impactos de poluição para gerar o micronutriente. Então essa é uma coisa que
838nós concordamos. A segunda questão, desses metais que estão sendo
839questionados, os inorgânicos é ponto pacífico que nós não queremos, nos
840resíduos, ser não detectável pelo método analítico. Isso já está resolvido. Com
841relação aos inorgânicos, vejam: os inorgânicos já existem naturalmente no
842solo. Segundo: eles já vão para o solo pelos fertilizantes tradicionais em
843concentrações muito mais altas do que nós estamos propondo aqui, porque
844como foi dito aqui mesmo, considera-se ANT da agricultura, elevada. Então
845eles já vão para o solo. E outras normas que nós participamos de aplicação de
846resíduos no solo, exemplo a de esgoto, se aceitou ter metais no esgoto. Então,
847para ter essa coerência de posição, que nós, como órgão ambiental, também
848somos favoráveis e não estamos achando que estaremos praticando grandes
849heresias sob o ponto de vista ambiental. Nós estamos praticando uma lógica.
850Agora, vamos ver as questões que pegam: a questão do tratamento. Eu acho
851importante todo mundo entender o que está acontecendo, porque eu estou
852vendo que as pessoas não estão entendendo muito bem. Primeiro, já está claro
853e ponto pacífico que resíduo perigoso não vai. Então a norma, quem tivesse
854lido essa Proposta de Resolução que está aí, já está lá a possibilidade de

855quem gerar um resíduo perigoso, poder tratar para enquadrá-lo nesses limites.
856Então aí existe um campo a se desenvolver paralelamente: como tratar
857resíduos perigosos para deixarem de ser perigosos e serem viáveis? Segundo:
858pode-se desenvolver? Vamos entender a lógica da nossa Resolução? Já que
859tem todas essas incertezas, nós fizemos o grupo dos elegíveis. O que é grupo
860dos elegíveis? O grupo dos elegíveis é uma série de resíduos proposto pelo
861próprio setor produtivo. É lógico que nunca vai ter tempo suficiente para
862alguma outra entidade, indústria, seja lá o que for, lembrar que o seu resíduo é
863pacífico. Os que dentro do tempo viável foram colocados como elegíveis
864porque têm o teor mínimo do micronutriente desejável, nós estudamos resíduos
865por resíduo. E como estudamos? Porque o Estado de São Paulo, CETESB tem
866um monte de análise. Nós vimos que esses resíduos mantêm uma constância
867de características ao longo do tempo no processo produtivo. Realmente têm
868grandes chances de não ter concentrações dos metais indesejáveis além dos
869limites que nós estamos pensando e com certeza tem teor do micronutriente
870desejável a si. Então aqui essa história de deixar aberta a lista do resíduo.
871Entre uma outra coisa que se colocou e foi muito questionado: a capacidade
872dos órgãos ambientais de todos os estados fazer a análise resíduo por resíduo.
873Para superar isso, a Resolução já resolve. Tem os elegíveis. Se ele foi elegível
874dentro... Esse resíduo específico, você faz a análise na amostra bruta para ver
875se tem teor mínimo de micronutriente desejável e o teor máximo de inorgânicos
876aceitáveis e nenhum orgânico. Se não tiver, aprove. Então o que Estado
877precisa é ter laboratório acreditado para fazer essas análises. Então nós não
878estamos remetendo a estado que não teria condição a decisão de decidir por
879um resíduo ou outro. Então tem os elegíveis. Ela pode evoluir. Nós já
880decidimos que ela vai para um anexo. Tem um mínimo de teor de
881micronutrientes, tem o máximo de orgânicos, que é uma coisa que nós vamos
882fechar se desempacar essa decisão, se tem que ter Resolução ou não. Então é
883nessa linha. Então nós podemos evoluir. Agora, uma coisa que está clara,
884gente, que não fica claro para todo mundo é que as pessoas aqui que dizem
885que não têm clareza é porque não participaram de tudo. Quem está há 4 anos,
886já viu. Ontem veio uma pessoa especializada. Os dois que vieram aqui. Eu
887perguntei para um até quando ele conseguia tratar. Consegue tratar não
888detectável? A resposta foi: nós precisamos tratar o não detectável? Para o
889outro, eu perguntei: existe tecnologia viável, praticável para remover inorgânico
890de matriz sólida além desses limites tão baixos que nós estamos falando? A
891resposta foi: não. Então, fazer mais Grupo de Trabalho para discutir, vai ser
892gastar dinheiro público atoa, porque em 6 meses não vai evoluir a técnica de
893tratamento de resíduos, não vai evoluir os valores orientadores de outros
894estados de referência qualidade. Ou seja, se não se espera que na prática vai
895evoluir nos próximos 6 meses, nós não temos que fazer mais Grupo de
896Trabalho. O Conselho tem que ter a maturidade de decidir aqui se tem a
897Resolução ou não tem. Daqui uns tempos, quando tiver mais dados, nós
898voltamos a discutir. Porque colocar em tabela, Márcio, e não a equação? O que
899o Grupo discutiu é que se você deixa uma equação que tem muitos parâmetros
900envolvidos, você torna essa Resolução extremamente vulnerável, porque a
901cada momento que evolui um parâmetro, você tem que rever a Resolução.
902Tendo a tabelinha, a cada momento que alguma coisa significativa mudar,

903propõe a revisão da tabela. Por isso que nós temos a ideia, saiu no GT a ideia
904de ter uma tabela de valores, e não a nossa equação. Nós até não vemos
905problema, porque o modelo que a CETESB propôs foi a única coisa que saiu. E
906vamos agora entender esse modelo para fechar todas as incertezas com
907relação à saúde e meio ambiente. A Dra. Carmem disse que em toxicologia, ou
908seja, quando cuida da saúde humana, incerteza divide por 10. Mais incerteza,
909divide por mais 10. Mais incerteza, divide por mais 10. Então divide por 10, por
910100, por 1000. No meio ambiente nós fazemos mesma coisa. Nós fizemos uma
911equação que pensa o seguinte: não podemos exceder do solo o valor de
912prevenção. O valor de prevenção que é o que garante a multifuncionalidade do
913solo com base em dados internacional que incluem todos os estudos possíveis
914de agrototoxicidade. Então não pode exceder o valor de prevenção descontado o
915que já tem no solo naturalmente e o que é aplicado como no fertilizante
916tradicional. Então, se o valor da IT 27 é excessivo como foi dito, ele joga em
917nosso valor favor, porque ele é subtraído na nossa equação. Então todos
918aqueles parâmetros, na valoração do órgão proposta pela CETESB, são
919valorados o máximo possível a favor da segurança, com os coeficientes 10,
920100 e 1000 que se aplica ali. Então eu acho que dentro desse quadro, gente,
921nós teríamos algo para começar. Vamos começar e provocar todo o sistema
922para que vá se adequando. Então era isso que eu tinha para colocar.

923

924

925**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós temos o Dr.
926Valdemir, que não estava presente e se fez presente agora. Então pediria
927também... Só lhe explicando que nós estamos fazendo uma rodada de
928avaliação de como cada Conselheiro está vendo essa Resolução a partir do
929que aconteceu ontem.

930

931

932**O SR. VALDEMIR APARECIDO RAVAGNANI (ANAMMA Sudeste)** – Eu
933queria pedir desculpas pelo atraso. Eu tive que passar no DENIT a pedido do
934meu Prefeito. Na verdade, eu acho que Resolução tem que sair.
935Micronutrientes... Eu até então era da área. Há mais de 25 anos usava-se na
936agricultura. Acompanhei toda essa evolução dos micronutrientes na agricultura.
937Tem evoluído, mas desde que esse produto está aprovado, o agricultor usa e
938veio fazer isso no Brasil, porque micronutrientes é caro para o agricultor e se
939não sai essa Resolução, acredito eu que vai continuar sendo usado da maneira
940como está sendo feito hoje, e o agricultor hoje não usa esse micronutriente
941porque ele acha que tem que usar... E sim, eu vejo a nível Brasil, a questão de
942uma análise de solo, uma análise de folha, evoluindo no Brasil há muito tempo.
943Então isso seria interessante sair quanto antes essa Resolução. Eu estou há
944pouco tempo nesse Grupo de Trabalho e eu acredito que saindo isso, é o
945primeiro passo. E se nós formos engessar muito, não vamos conseguir evoluir.
946Essa é minha opinião.

947

948

949**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O Dr. Bocuhy
950pediu um esclarecimento em relação à proposta que ele havia feito, porque
951segundo ele, não foi compreendido.

952

953

954**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Se o Dr. Rocca
955não tivesse, com toda ansiedade, tentado obstacularizar a minha fala, eu teria
956talvez instruído melhor a fala de 2 ou 3 conselheiros com relação ao objetivo.
957Eu me referia tecnologia especificamente com relação ao que foi apresentado
958ontem. Eu não estou aqui fazendo uma proposta nova. Primeiro, porque no
959nosso ofício está claro: considerando que na reunião realizada ontem, a
960apresentação feita pela CNI, o representante técnico da Produquímica declarou
961que os processos desenvolvidos na empresa podem alcançar níveis mais
962elevados na remoção de contaminantes além dos níveis preconizados na IN 27
963do MAPA e etc., mas ele não esclareceu especificamente os níveis de
964remoção. O Doutor Alexandre Pessoa informou, na mesma reunião, que há
965processos biometalúrgicos capazes de maior eficácia, etc., etc. Então, quando
966eu pedi esse detalhamento, isso está claro no ofício, eu me referi à eficiência, e
967não à tecnologia. E era que isso eu queria ter explicado. É a nossa segurança
968com relação a essa possibilidade. Agora, é preciso colocar também, em função
969do que foi colocado inclusive pelo Rocca e pelos outros, que a não existência
970de uma norma hoje que representa, na verdade, a falta de capacidade de
971fiscalização e controle por parte do Estado no sentido de controle de poluição,
972isso aí é um grande problema que ocorre hoje em função do enfraquecimento
973das agências ambientais, principalmente da agência ambiental do Estado de
974São Paulo, o sistema de meio ambiente do Estado de São Paulo passa por um
975processo que nós consideramos de falência ao longo os últimos 10 anos.

976

977

978**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Questão de
979ordem, por gentileza.

980

981

982**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A incapacidade
983dos sistemas leva a uma situação em que há necessidade de uma
984regulamentação...

985

986

987**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Dr. Bocuhy, o
988seu esclarecimento já foi dado. Agora o senhor está debatendo. Não é essa a
989ideia.

990

991

992**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Eu diria que
993além de debatendo, está extrapolando...

994

995

1000 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Então quando
1001 existe aplicação de sofismas para justificar a perspectiva de uma nova
1002 Resolução, isso tem que ser colocado de forma clara, porque de forma repetida
1003 essas mentiras vêm sendo colocadas, que não há possibilidade de controle e,
1004 na verdade, existe uma necessidade de abordar essas questões com uma
1005 verdadeira generosidade, e que...

1002

1003

1004 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Eu queria uma
1005 questão de ordem depois. Nós estamos aqui... Uma pessoa que acha que nós
1006 só fazemos mentira aqui e vai impugnar judicialmente, eu acho que... O que
1007 nós estamos fazendo aqui, Bocuhy? Vamos todos embora, pelo amor de Deus.

1008

1009

1010

1011 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Questão de ordem.

1012

1013

1014 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não dou
1015 questão de ordem. Eu estou com a palavra e agora quem vai falar sou eu. Eu
1016 sou o Presidente dessa Câmara Técnica. O senhor tem o direito de falar, mas
1017 depois que eu falar.

1018

1019

1020 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Acabou o regime
1021 autoritário de 64. Nós não temos regime autoritário e nem de xerife aqui nessa
1022 Câmara Técnica.

1023

1024

1025 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Isso aqui não é
1026 um regime autoritário. Isso aqui é organização da reunião. Muito menos isso
1027 aqui vai virar uma bagunça. Isso aqui é uma Câmara Técnica, isso aqui tem um
1028 Regimento, isso aqui tem um Presidente que tem a função de coordenar os
1029 trabalhos. E eu vou coordenar os trabalhos. E não vou permitir que saiamos da
1030 nossa linha de trabalho. Nós não estamos aqui para fazer ofensas pessoais um
1031 ao outro. Não estamos aqui para questionar o papel dos órgãos que estão aqui
1032 legitimamente representados, sejam eles representando a sociedade civil, seja
1033 do Governo, seja do setor produtivo. Todos nós aqui temos o mesmo direito de
1034 estarmos sentados aqui e temos o mesmo direito à palavra. E não estamos
1035 aqui para ficar trazendo para a mesa velhas questões de...

1036

1037

1038 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Por isso que eu estou
1039 pedindo o direito de falar.

1040

1041

1042 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O senhor não
1043 tem o direito de falar. Eu estou falando. O senhor não tem o direito de falar.

1044Sou eu que lhe dou a palavra, ou eu vou encerrar essa reunião agora. Os
1045senhores decidem. Ou nós temos uma coordenação de trabalho aqui ou nós
1046vamos encerrar essa reunião por falta de reunião.

1047

1048

1049**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O senhor está vetado
1050a pela palavra.

1051

1052

1053**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Estou vetando
1054sim senhor e vou lhe dar a palavra quando for cabível lhe dar a palavra.
1055Voltando à nossa reunião aqui, eu estou dizendo que nós temos uma
1056metodologia para trabalhar. Essa metodologia foi proposta no início do trabalho
1057e houve concordância dos conselheiros. Portanto, vamos segui-la. Eu propus
1058que nós fizéssemos uma primeira rodada de manifestação de qual é a visão
1059que cada Conselheiro tem em relação à discussão que foi feita ontem e em
1060relação ao estágio que nós estamos após oito anos de discussão do Grupo de
1061Trabalho. Foi feita essa apreciação. Eu gostaria de cumprimentá-los: foi muito
1062objetiva, foi muito clara. Eu acho que a partir dessa apresentação nós temos
1063muita clareza em relação a como cada segmento aqui pensa em relação à
1064Resolução. O Dr. Bocuhy solicitou um esclarecimento, foi lhe dada a palavra
1065para o esclarecimento e ele extrapolou o esclarecimento. Acabado o
1066esclarecimento, acabou a palavra. E não cabe aqui, eu torno a dizer, nós
1067ficamos com velhas rugas que existem. São naturais, são legítimas, eu não
1068discuto, mas vamos discuti-las fora daqui. Aqui essa discussão não é produtiva.
1069Eu não vou ficar aqui questionando a representatividade de quem está aqui...

1070

1071

1072**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O senhor não tome
1073a defesa.

1074

1075

1076**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Tomar a defesa
1077de que? Eu estou tomando a defesa da ordem. Tudo bem. Nós vamos ter a
1078oportunidade de discutir isso. Nós vamos ter oportunidade de discutir isso. O
1079senhor chamou a CETESB de incompetente e chamou o representante de
1080mentiroso.

1081

1082

1083(*intervenção fora do microfone*)

1084

1085

1086**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Pelo amor de
1087Deus!

1088

1089

1090(*intervenção fora do microfone*)

1091

1092

1093 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vamos nos
1094 respeitar aqui, senão não tem como trabalhar.

1095

1096

1097 *(intervenção fora do microfone)*

1098

1099

1100 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não fui eu que
1101 entendi. Todos entenderam dessa forma. Foi muito clara a sua colocação.
1102 Vamos manter o nível da discussão. É só isso que eu estou propondo. É
1103 legítimo o seu questionamento em relação à competência dos órgãos
1104 ambientais, mas não vamos tornar isso pessoal. Isso eu não vou admitir aqui.
1105 Eu não vou admitir aqui. Falar que aqui existem conselheiros que estão
1106 mentindo... Ninguém aqui está mentindo coisa nenhuma. Cada um tem a sua
1107 verdade, cada um tem o seu fundamento para representar a sua opinião aqui e
1108 ela deve ser respeitada. Isso sim é autoritarismo, Sr. Francisco. Tomar a palavra e
1109 não deixar o outro falar é autoritarismo. Isso sim é autoritarismo. Nós temos
1110 aqui um Regimento Interno e temos uma ordem aqui de colocação. Eu vou
1111 retomar a reunião e peço que vocês sejam disciplinados em relação a isso
1112 como eu também serei. Eu estou tentando ser. O senhor tem o direito de falar
1113 quando lhe for dada a palavra. Agora não está sendo dada a palavra ao
1114 senhor. Está claro? Está claro que não está aberta a palavra aos conselheiros?
1115 Quando ela estiver aberta, o senhor se manifesta. Nós fizemos aqui uma
1116 rodada de discussões. Como eu disse, ficou muito clara a posição de cada
1117 instituição. Eu acho que foi bastante interessante e acredito, e aí eu peço, aí
1118 sim, a vênua de vocês, quer dizer, acredito que não há discussão em relação à
1119 questão da regulamentar ou não. Eu acho o ponto... Aliás, esse ponto, já na
1120 reunião anterior, tinha sido superado. Já havia sido colocado... Eu falo isso
1121 porque alguns conselheiros voltaram a tocar nesse assunto. Eu entendo que
1122 esse assunto está superado desde a reunião passada. Havia consenso de que
1123 nós iríamos regulamentar. Por isso fizéssemos o Seminário ontem e por isso
1124 estamos aqui reunidos. Muito bem. Um ponto que ainda estava passível de
1125 decisão nossa era o retorno ou não ao Grupo de Trabalho. Houve um
1126 Conselheiro aqui, o Dr. Francisco que não está presente agora, que se
1127 manifestou no sentido de que deveria retornar ao Grupo de Trabalho. Eu
1128 então... Esse ponto eu acho que é importante nós discutirmos. Como só ele se
1129 manifestou claramente favorável ao retorno ao Grupo de Trabalho, vários
1130 outros se manifestaram claramente no sentido de que nós temos condições de
1131 avançar com a Resolução da forma como ele está, abordando as questões que
1132 foram já previamente levantadas pelo Grupo de Trabalho como não resolvidas
1133 e que já foram por nós discutidas no sentido de que nós podemos tornar cada
1134 ponto desses com graus de profundidade de incertezas diferente. Então a
1135 primeira pergunta que eu faço é: mantemos a discussão na Câmara Técnica,
1136 remetemos ao Grupo de Trabalho? Há alguma manifestação além da do Dr.
1137 Francisco no sentido de que nós retornemos isso ao Grupo de Trabalho?

1138

1139

1140 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Me parece que a
1141 proposta do Conselheiro Francisco Soares, da FURPA, vai de encontro a
1142 preocupação do PROAM no sentido de aprofundamento da questão da
1143 eficiência da retirada de poluentes. Nós não estamos seguros disso. Então me
1144 parece que a proposta da FURPA é boa, assim como mantermos também a
1145 possibilidade de discussão da própria Câmara Técnica antes dessa decisão.
1146 Eu apoio também a proposta da FURPA.

1147

1148

1149 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vocês acham
1150 interessante que nós coloquemos isso em votação? Querem fazer defesa?

1151

1152

1153 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Eu tenho uma
1154 manifestação a fazer. Na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho em
1155 todos esses anos, eu não vejo condição disso evoluir no Grupo de Trabalho.
1156 Vai ser um Grupo de Trabalho esvaziado. De novo extremamente polarizado,
1157 porque nesse período não vão ocorrer fatos novos que efetivamente promovam
1158 a evolução do assunto. Eu não estou aqui falando nenhuma mentira, Sr.
1159 Bocuhy. Eu tenho a minha responsabilidade, como técnico da CETESB, que
1160 tem colaborado muito com tudo e venho aqui trabalhar muito e fico aqui em
1161 Brasília. Então o que eu estou falando, eu estou falando com base no
1162 conhecimento que eu tenho, não só da minha experiência, mas dos 4 anos que
1163 eu acompanhei todas as discussões desse Grupo. Então pode-se voltar ao
1164 Grupo de Trabalho, mas vai ser um Grupo que vai ter uma discussão que não
1165 vai evoluir muito. O que pode acontecer é agregar um ou outro resíduo a mais
1166 na lista dos elegíveis, que pode rolar sem ter de novo o Grupo de Trabalho
1167 como a Resolução funcionando, ou eventualmente uma evolução lá na frente,
1168 de melhorar a tecnologia de tratamento. Fora isso, não tem mais grande coisa
1169 que evolua. Então eu acho que é improdutivo voltar a Grupo de Trabalho.

1170

1171

1172 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que nenhuma
1173 discussão atinge a unanimidade e nem a perfeição. Todas as atribuições por
1174 extenso só vão ajudar, serão todas aproveitadas. Nenhuma será descartada,
1175 para aprimorar e fazer um trabalho com mais excelência. Então não vejo
1176 porque achar que ela vai esgotar e nem já fazer uma profecia que vai ser um
1177 fracasso. Pelo contrário. Se esse chegou até aqui, eu acho que o outro pode
1178 chegar até mais adiante, ser muito melhor aprimorado. Nem vejo necessidade
1179 de submeter, porque eu acho que ficou, entre todos aqui colocados...

1180

1181

1182

1183 **SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** – No meu
1184 entendimento não há necessidade de se reativar ou se criar outro Grupo de
1185 Trabalho. Eu entendo que a necessidade dessa regulamentação é premente
1186 para atender à demanda dos órgãos ambientais. E eu acho que mais: a
1187 Resolução deve ser praticada para que as imperfeições possam ser mais bem

1188entendidas e os aprimoramentos possam ser feitos talvez em uma futura
1189revisão tendo em vista o grau de incerteza que nós iríamos assumir ao aprová-
1190la.

1191

1192

1193**O SR. VALDEMIR APARECIDO RAVAGNANI (ANAMMA Sudeste)** – Eu
1194acredito também que nós devemos partir para a Resolução e depois aprimorar
1195futuramente, se for necessário. Senão vai ficar como está.

1196

1197

1198**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alguém mais
1199quer fazer alguma manifestação? A Direção do CONAMA está pedindo só que
1200nós falemos mais próximo ao microfone para que facilite a gravação.

1201

1202

1203**A SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA Nacional)** – Eu acho que, por tudo
1204que eu ouvi de quem já está há bastante mais tempo nessa discussão, chegou
1205a hora realmente de votar, até porque a preocupação com o julgamento da
1206sociedade sobre o que eventualmente fosse votado sem as certezas
1207esperadas, pode acontecer o contrário também. Pode acontecer o julgamento
1208da sociedade por nós não estabelecermos uma disciplina inicial que provoque
1209aperfeiçoamentos enquanto não temos toda certeza do mundo. Então eu
1210defendo que a Resolução vá à frente.

1211

1212

1213**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Eu, com toda sinceridade, eu não participei
1214do Grupo de Trabalho. Eu sei que foi bastante tempo desse Grupo. Agora,
1215Márcio, eu confesso a você que eu gostei da forma como você agiu em relação
1216a esse Seminário. Eu acho que na Resolução, se houver alguma dúvida
1217realmente e não houver consenso, nós podemos chamar outros técnicos para
1218tirar as nossas dúvidas. Eu acho que não é preciso criar outro Grupo de
1219Trabalho. Eu acho do que jeito que foi encaminhado, o que está sendo
1220encaminhado, está bem.

1221

1222

1223**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alguém mais
1224quer fazer alguma manifestação em relação a esse ponto de pauta que nós
1225estamos discutindo agora e ao retorno dos trabalhos ao Grupo de Trabalho ou
1226a continuidade dos trabalhos dentro dessa Câmara Técnica?

1227

1228

1229**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dr. Márcio, eu
1230peço encarecidamente ao senhor que ceda a palavra para uma sustentação
1231técnica do nosso pessoal aqui do Ministério Público que está nos dando apoio.
1232É rápido e...

1233

1234

1235**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Qual é o tema?

1236

1237

1238**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O tema é
1239exatamente o esclarecimento com relação à eficiência do tratamento...

1240

1241

1242**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não, meu
1243amigo. Nós estamos... A eficiência do tratamento pode ser discutida ou na
1244Câmara Técnica ou no Grupo de Trabalho. Portanto, não é essa questão que
1245está em discussão aqui agora. O que nós estamos discutindo é: os trabalhos
1246vão continuar no Grupo de Trabalho ou vão continuar na Câmara Técnica? Se
1247durante a reunião da Câmara Técnica se entender que precisa chamar mais
1248um especialista, discutir mais alguma coisa, nós fazemos. Não tem problema.

1249

1250

1251**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Mas justamente.
1252Essa questão, essa manifestação é exatamente para subsidiar a necessidade
1253de envio ou da discussão mais profunda aqui, mas da ida para a Câmara
1254Técnica. É nesse sentido que eu faço o pedido. Eu peço ao senhor que, por
1255favor, considere a minha...

1256

1257

1258**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu não dou,
1259porque se você não justificar o que isso tem a ver com discutir na Câmara
1260Técnica ou... Não pode esclarecer. Quem está falando aqui hoje são os
1261conselheiros. Aliás, esse é o Regimento da Câmara e eu combinei ontem isso
1262com vocês. Ontem ninguém me disse que era diferente. Então não vai ser hoje
1263que vai ser diferente. Hoje quem fala aqui são os conselheiros e eu vou dar a
1264palavra se eu achar que tem que dar. Agora, nós estamos aqui tomando uma
1265decisão em relação a: vai para a Câmara Técnica ou vai para o Grupo de
1266Trabalho? Nós não estamos decidindo se nós vamos chamar mais
1267especialistas ou se não vamos, se precisa de mais esclarecimentos, se não
1268precisa. Não é isso que nós estamos discutindo .

1269

1270

1271**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dr. Márcio, por
1272favor, eu estou fazendo a justificativa da necessidade.

1273

1274

1275**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não. Vocês
1276querem embananar a reunião. Eu não vou deixar.

1277

1278

1279**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Como?

1280

1281

1282**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Isso é uma
1283tentativa de embananar a reunião.

1284

1285

1286 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O que é
1287 embananar a reunião, por favor?

1288

1289

1290 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Embanar a
1291 reunião é trazer uma discussão que já foi vencida de novo para a Mesa.

1292

1293

1294 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Não. O senhor está
1295 fazendo um julgamento precipitado. Nós estamos falando de eficiência de
1296 tecnologia. Por favor, Dr. Márcio. Que tipo de condução é essa? Não aceito
1297 esse tipo de condução.

1298

1299

1300 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Azar o seu,
1301 porque a condução será essa. Eu estou dizendo o seguinte: não está em
1302 discussão aqui, não está em discussão aqui eficiência.

1303

1304

1305 *(intervenção fora do microfone)*

1306

1307

1308 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O senhor faça o
1309 que achar justo fazer. Agora, eu vou lhe dizer mais uma vez: não está em
1310 discussão nesse momento...

1311

1312

1313 *(intervenção fora do microfone)*

1314

1315

1316 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Será. Não está
1317 em discussão.

1318

1319

1320 *(intervenção fora do microfone)*

1321

1322

1323 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Pode se retirar.
1324 Fique à vontade.

1325

1326

1327 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Márcio, a proposta é
1328 votar o Grupo de Trabalho e porque o Grupo de trabalho? Porque nós na
1329 Câmara Técnica receberemos um documento mais aprimorado, e no Grupo de
1330 Trabalho poderão ser convidados outros técnicos que irão contribuir. Não
1331 impede que cada conselheiro aqui esteja também no Grupo de Trabalho.

1332

1333

1334 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Essa discussão
1335 pode acontecer no Grupo de Trabalho. Essa discussão pode acontecer na
1336 Câmara Técnica. A questão técnica não está em discussão nesse momento.
1337 Nós estamos discutindo se nós vamos remeter ao Grupo de Trabalho ou se
1338 vamos continuar as discussões da Câmara Técnica. É isso. Agora, não vou
1339 permitir que nós saíamos desse rumo de discussão. Vocês me desculpem. O
1340 Dr. Bocuhy pode ficar chateado e sair, mas o que eu vou fazer? Senão nós
1341 vamos voltar a uma discussão que aconteceu ontem. Nós temos que avançar.
1342 Nós não estamos há oito anos nessa discussão por acaso, e eu não estou aqui
1343 para ficar mais oito anos. Eu sempre conduzi os trabalhos do CONAMA dessa
1344 forma e vou continuar conduzindo. Eu vou respeitar o tempo das pessoas que
1345 estão aqui, que se deslocaram do seu local de origem, que estão deixando de
1346 trabalhar para estar aqui discutindo o assunto. Eu vou primar sempre pelo
1347 respeito a esse tempo. Esse tempo tem que ser produtivo. Se alguém discordar
1348 da condução dos trabalhos, tem todo o direito de se manifestar no sentido de
1349 cada vez que eu proponho que vamos discutir isso ou aquilo, dizer: não vamos
1350 discutir isso agora. Vamos discutir outra coisa. Agora, no meio da discussão
1351 voltar para uma discussão anterior, eu não vou permitir. Está bom? Então, por
1352 favor, o que vocês julgam mais produtivo: nós precisamos colocar isso em
1353 votação ou está clara a posição da maioria dos conselheiros em relação à
1354 continuidade dos trabalhos na Câmara Técnica?

1355

1356

1357 **SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** – Senhor
1358 Presidente, está clara a posição da maioria dos conselheiros.

1359

1360

1361 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Então está bom.
1362 Então nós vamos continuar a discussão dentro da Câmara Técnica.

1363

1364

1365 **SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MINISTÉRIO DA SAÚDE)** – Márcio,
1366 desculpa. Posso só dar uma sugestão? É porque como nós estamos com os
1367 conselheiros, tanto os titulares quanto os suplentes, eu não sei se pelo andar
1368 da reunião e pelos ânimos exaltados, se não seria oportuno nós deixarmos isso
1369 registrado como voto oficial dos conselheiros para no dia de amanhã não pairar
1370 a dúvida de que quem deu a reunião foi o suplente, mas o titular estava lá. Ele
1371 não podia ter dado. Então só como está registrado e como os ânimos estão
1372 exaltados, então só para nós não gravarmos só o que não serve, vamos gravar
1373 o que precisa.

1374

1375

1376 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Márcio, eu só queria
1377 dizer que ficou sem ambiente para deliberar agora a discussão para a votação.
1378 Ficou sem ambiente, uma vez ... lúcida ele voltar ao Grupo de Trabalho para
1379 em outra data voltar à Câmara Técnica, ou discutir aprimorar mais. Então eu

1380 vejo que ficou sem ambiente. Nós poderíamos, lá fora hoje, a sociedade achar
1381 que nós estamos decidindo com muita rapidez, como se fosse um rito sumário
1382 que tem que decidir hoje de qualquer forma.

1383

1384

1385 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Está em
1386 votação a proposta de continuidade dos trabalhos, ou na Câmara Técnica, ou o
1387 retorno ao Grupo de Trabalho. Então eu vou chamar nominalmente os titulares
1388 presentes aqui para se manifestarem. Primeiro, a Dra. Daniela, do Ministério da
1389 Saúde.

1390

1391

1392 **SRª. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** – Favorável à
1393 discussão na Câmara Técnica.

1394

1395

1396 **SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** –
1397 Favorável à discussão na Câmara Técnica.

1398

1399

1400 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Favorável à
1401 discussão na Câmara Técnica.

1402

1403

1404 **SR. VALDEMIR APARECIDO RAVAGNANI (ANAMMA Sudeste)** – Sou
1405 favorável à discussão na Câmara Técnica também.

1406

1407

1408 **SRª. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA Nacional)** – Favorável à
1409 continuidade na Câmara Técnica.

1410

1411

1412 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Favorável à continuidade
1413 da discussão na Câmara Técnica.

1414

1415

1416 **SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Favorável à discussão na Câmara Técnica.

1417

1418

1419 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu sou favorável à
1420 discussão no Grupo de Trabalho, para depois retornar à Câmara Técnica. E no
1421 Grupo de Trabalho, receber a visita, convide novos técnicos para aprimorar até
1422 chegar à Câmara Técnica.

1423

1424

1425 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Em nome do
1426 IBAMA, como representante do IBAMA, eu voto favorável à continuidade dos
1427 trabalhos na Câmara Técnica. Com isso, nós tivemos então 9 conselheiros

1428 presentes e a votação de 8 favoráveis à manutenção dos trabalhos na Câmara
1429 Técnica e um favorável ao retorno ao Grupo de Trabalho para depois retornar à
1430 Câmara Técnica. Então está decidida a continuidade dos trabalhos dentro da
1431 Câmara Técnica, e nesse sentido, eu consulto aos senhores em relação à
1432 metodologia que nós devemos utilizar. Eu acho que eu... Só fazendo referência
1433 que estão presentes também aqui alguns suplentes, que naturalmente não têm
1434 direito ao voto, mas é o Dr. Júlio Mota, do Governo da Bahia, Sérgio Macedo,
1435 do Governo do Rio Grande do Norte e são esses os suplentes presentes aqui.
1436 E registro também a ausência o Doutor Bocuhy, que se retirou.

1437

1438

1439 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Como são 10 votos,
1440 só tem 9 entidades presentes, porque 1 se ausentou. Então o suplente não
1441 pode votar. Pode ser citado no relatório, mas para votação, são nove votos.

1442

1443

1444 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Foi esse
1445 registro que nós fizemos: 8 votos favoráveis e 1 voto favorável ao Grupo de
1446 Trabalho. Bom, em relação a...

1447

1448

1449 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Ao Grupo de Trabalho
1450 e não votação da matéria hoje. Eu gostaria que colocasse na ata: favorável ao
1451 Grupo de Trabalho e não votação da matéria hoje.

1452

1453

1454 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Dr. Francisco,
1455 não necessariamente nós vamos votar a matéria hoje. Nós vamos discutir a
1456 matéria hoje. Nós vamos retomar aqueles pontos polêmicos e a ideia da
1457 discussão no Grupo de Trabalho... É isso que eu quero deixar claro e eu acho
1458 que talvez não tenha sido entendido e por isso toda essa preocupação dos
1459 senhores em retornar ao Grupo de Trabalho. Na Câmara Técnica nós temos o
1460 tempo que for necessário para que nós deliberemos. Então enquanto houver
1461 dúvida, enquanto houver necessidade de esclarecimento, nós estamos abertos
1462 a discutir isso. Não tem problema nenhum. O importante é que os conselheiros
1463 se sintam capazes de votar. Eu não vou colocar em votação enquanto não
1464 dissermos: “está maduro para ser votado”. Aliás, mesmo essa questão agora, a
1465 primeira pergunta que eu fiz aos senhores foi: vamos votar isso ou não?
1466 Sempre vou tentar aqui decisões de consenso. Agora, eu torno a dizer: eu vou
1467 primar para que nós conduzamos os trabalhos de forma objetiva. Nós não
1468 temos mais tempo para perder. Já perdemos muito tempo. Não sei se
1469 perdemos ou não, ou ganhamos. Não importa. Mas a verdade é que já usamos
1470 bastante tempo, ao ponto de julgar que estamos em condições de avançar.
1471 Então vamos avançar.

1472

1473

1474 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Posso falar
1475 uma coisa para deixar muito clara essa coisa de perder tempo ou não? O que

1476eu quero dizer é que nesses últimos anos nós trouxemos, dentro do possível,
1477todos que se poderia trazer para dizer alguma coisa para melhorar. Pode ser
1478que tenha mais gente que tenha coisa para dizer, mas a questão é: quanto
1479tempo nós vamos ficar discutindo para que todo mundo que tenha a dizer,
1480chegue? Eu entendo que em todas as Resoluções do CONAMA tenha um
1481limite para isso. É essa situação que nós estamos aqui.

1482

1483

1484**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós tínhamos,
1485na última reunião, marcado em amarelo, pontos que eram polêmicos e em
1486vermelho pontos, digamos assim, mais polêmicos ou mais centrais da
1487discussão. Então a primeira consulta que eu faço é: vamos já adentrar nesses
1488detalhes, abordando ou os vermelhos ou os amarelos ou vocês acham
1489necessário que nós discutamos alguma coisa no espírito da Resolução ainda
1490em relação à essas questões que foram colocadas aqui?

1491

1492

1493**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** – Márcio, só
1494recapitulando um pouquinho a metodologia que nós usamos para chegar até
1495aqui: na verdade eu acho que foram emitidos pareceres dos órgãos, aqueles
1496que tiveram interesse em se manifestar, mas foi mais no sentido do
1497entendimento de nós chegarmos nesse momento se iríamos para uma
1498Resolução ou não, para uma Minuta de Resolução, e o posicionamento relativo
1499de cada órgão em cima da minuta da Resolução. Eu não sei se é efetivo... Eu
1500acho que tem alguns pontos mais polêmicos que nós poderíamos fazer um
1501debate mais geral, mas eu não sei se é produtivo nós irmos para a Minuta ou
1502se é mais produtivo, agora sim, nós nos debruçamos na Minuta e termos
1503propostas de cada uma das áreas. Vocês trouxeram elementos novos em
1504várias falas aqui que realmente eu gostaria de ter um aprofundamento maior
1505dentro dos meus pares para que nós pudéssemos entender, em especial com
1506relação à IN 27, porque assim: os valores ali estão muito altos, eu não entendi
1507muito bem qual seria a proposta, se seria se basear nela, se essa proposta nós
1508já achamos que não está muito adequado, enfim. Eu não sei se é mais
1509produtivo nós dizermos que as nossas bases serão essas. Então nós vamos na
1510linha de: vamos permanecer em proibindo os resíduos perigosos, então isso é
1511ponto pacífico, ninguém mais faz proposta nesse sentido. Nós vamos sim ter
1512uma tabela orientativa, independente de ela ser com cálculo ou com números,
1513e aí cada um traz a sua proposta. Mas assim, eu não me sinto apta, nesse
1514momento, a dizer: eu estou contra ou a favor a isso ou àquilo de valores,
1515porque realmente eu gostaria de me debruçar um pouquinho melhor, em
1516especial na IN 27, e se possível, trazer elementos do porque que nós somos
1517contra e à favor e a que nós somos à favor, enfim. De que parâmetros, porque
1518nesses valores, com base em que, porque senão eu tenho medo de nós
1519ficarmos um pouquinho em uma discussão de achismo. Eu acho assim: as
1520decisões mais complexas nós conseguimos tomar aqui. Era: se iríamos ou não
1521para uma regulamentação. Já é pacífico que vamos. Se iríamos ou não voltar
1522para um Grupo de Trabalho, também acabamos de deliberar isso. Mas eu acho
1523que talvez nós pudéssemos fazer uma conversa mais geral de alinhar, fazer

1524 uma linha de base entre todos os conselheiros, mas eu sugeriria que assim:
1525 discutir a fundo a Minuta seria mais produtivo se nós trouxemos propostas em
1526 cima da Minuta agora. Deixar toda aquela base mais técnica e de
1527 posicionamento mais institucional para ir assim, agora direto para a Minuta, o
1528 que cada um dos entes aqui representados tem como proposta para a Minuta
1529 em si. Eu acho que seria mais produtivo do que nós discutirmos a Minuta. Eu
1530 acho que um pouquinho... Muita coisa vai ficar. Eu não sei. Eu teria que dar
1531 uma consultada melhor para nós podermos nos aprofundar. Essa é a minha
1532 opinião.

1533

1534

1535 **A SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** – Dentro
1536 dessa linha de raciocínio da Conselheira Daniela, talvez para que nós
1537 pudéssemos entender melhor quais seriam os conceitos de base dessa
1538 Resolução, eu sugeriria que o Alfredo pudesse explicar essa fórmula de
1539 cálculo, e se os conselheiros entendessem pertinente, também a tabela que foi
1540 agregada, porque aí nós teríamos condições de perceber qual é o fundamento
1541 técnico que está apoiando essa Resolução para depois partir para a discussão
1542 do texto em si, ou seja, se tem resíduos elegíveis, se não tem. Eu sugeriria
1543 dessa forma a metodologia de discussão.

1544

1545

1546 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Deixa eu só
1547 colocar o seguinte: eu acho que é importante... Tudo bem. Eu acato a
1548 sugestão. Em princípio eu acho que ninguém é contrário à proposta que a Dra.
1549 Daniela fez. Eu acho interessante que nós de fato equalizemos o conhecimento
1550 geral e que quando nós viermos a discutir as questões específicas, nós já
1551 venhamos com propostas de cada segmento que nós representamos aqui de
1552 maneira mais consequente. O que eu acho importante, antes até de passar a
1553 palavra pra o Alfredo para fazer a explicação que a Dra. Zuleika colocou, é nós
1554 entendermos um pouco o espírito da Resolução. Então o espírito é, até onde
1555 eu entendi... Corrijam-me se eu estiver errado, porque eu também sou novo
1556 nessa discussão. Até onde eu entendi, o espírito é aquele de nós termos uma
1557 linha de corte no teor de metais e contaminantes indesejáveis aí nos resíduos
1558 utilizados para a fabricação de micronutrientes e que esse ponto de corte é
1559 estabelecido de traz para adiante, ou seja, ele sai lá do solo, eu vejo quais são
1560 os limites que eu posso ter no solo, calculo em função das taxas da aplicação
1561 que eu tenho, quanto que eu tenho que ter então no resíduo para que eu não
1562 atinja aquele valor limite no solo. Então é mais ou menos o mesmo princípio
1563 que se usa, por exemplo, para a água ou para qualquer outro meio. Eu passo
1564 de uma “capacidade de suporte” que nós pressupomos, nós não temos
1565 exatidão em relação a isso, e de traz para adiante eu chego... Se eu preciso lá
1566 ter esse limite, então aqui eu tenho que ter essa concentração. A ideia é esta.
1567 E esse limite lá está baseado no que existe hoje de regulamentação, que são:
1568 aquela nossa Resolução de solos contaminados, não no valor de intervenção,
1569 mas no valor da precaução, de prevenção e no caso da concentração de
1570 contaminantes no micronutriente, uma das bases de cálculo é a concentração
1571 admissível de contaminantes nos fertilizantes estabelecidas pela IN 27. É aí

1572que entra a IN 27. A questão da IN 27 é polêmica porque ela é uma Resolução
1573que foi feita com base pelo MAPA. Consequentemente, o olhar do MAPA é o
1574olhar sobre a eficiência agrícola. Então eles olharam lá qual era o teor
1575admissível para que não haja problema com as plantas. Mas eles estão
1576preocupados com a cultura, não estão preocupados com os efeitos disso sobre
1577o meio ambiente. Houve, no passado, se não me engano em 2009, me disse o
1578Gilberto aqui, uma proposta de que o MAPA viesse aqui apresentar quais
1579foram as bases da cálculo para que eles chegassem naqueles valores limites.
1580Eles não apresentaram, esse valor nunca foi discutido. Nada impede de que
1581nós venhamos a discutir esses valores posteriormente e venhamos até trazer
1582essa discussão para dentro do CONAMA. Eu acho que ela é muito mais
1583pertinente até do que a de micronutriente pela carga que é lançada de
1584fertilizante no solo, que é muito maior do que a carga de micronutriente. Ontem
1585se falou aqui em 5 quilos por hectare. É importante nós termos isso em mente,
1586e é por isso que também... Eu sou um pouco intransigente gente com essa
1587nossa questão do tempo. Todos nós que trabalhamos na área ambiental
1588sabemos o volume de resíduos, de contaminantes, de poluentes com os quais
1589nós lidamos normalmente em atividades econômicas neste país. Quando nós
1590falamos em 5 quilos por hectare por ano, eu estou pegando um saco de açúcar
1591de 5 quilos e estou espalhando por um hectare durante um ano. Só vou aplicar
1592de novo um ano depois. Nada comparável com o volume de agrotóxicos, com o
1593volume de fertilizantes, com o volume de calcário que se usa para a correção
1594do solo e que vai parar dentro da água depois. Nada comparado. São
1595toneladas por safra, por... Enfim. Então essa é a questão, Daniela, que nos
1596leva a ter essa discussão. E aí, de novo, eu digo assim: a proposta que nós
1597temos não é propriamente, só para esclarecer também, Alfredo, não é
1598propriamente colocar fórmula na Resolução e deixar a fórmula na Resolução.
1599Nós podemos deixar os valores na Resolução. O que eu acho que tem que
1600estar é a metodologia, porque a proposta inicial era que a metodologia de
1601cálculo, o modelo, não aparecesse na Resolução. Nós entendemos que ele
1602deva aparecer para que ele possa ser atualizado. Se nós vamos colocar isso
1603em um anexo para facilitar, aí é outra discussão. Mas eu acho importante que o
1604modelo apareça, porque o modelo, como eu disse antes, vai proporcionar que
1605se o Estado quiser ser mais restritivo, ele tem a ferramenta, ele tem a
1606metodologia nacional e pode aplicá-la em seu favor. Ele pode dizer: não, aqui
1607no estado... E o estado tem autonomia para isso, eu não permito essa carga de
1608metais nos fertilizantes, ou não permito essa carga de metais no
1609micronutriente. E aí ele faz outro valor orientativo, partindo dos valores
1610orientativos de solo que ele tem lá, que podem ser mais restritivos que a
1611nacional. Não poderão ser mais flexíveis, mas poderão ser mais restritivos.
1612Feito isso, peço desculpas se me alonguei.

1613

1614

1615**SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Daniela, me
1616deixa começar a esclarecer: desde 96... Eu estou falando 1996... Nós temos no
1617Estado de São Paulo uma pressão do setor para regulamentar isso, porque nós
1618tivemos lá uma utilização maciça de resíduos, tivemos efetivamente muitos
1619problemas de empresas que abusaram, pondo resíduos perigosos no solo,

1620importando clandestinamente resíduo perigoso para por no solo. Isso gerou a
1621grande repulsa e a grande resistência do Ministério Público do Estado de São
1622Paulo a essa prática, uma coisa que dentro do órgão ambiental nós
1623superamos. Como superamos? Até o ano de 2001 nós não tínhamos como
1624pensar em fazer um critério de corte, um limite. O que aconteceu em 2001? A
1625CETESB fez a sua primeira lista de valores orientadores e estabeleceu, pela
1626primeira vez, o valor de prevenção. Olha o conceito: ontem... Eu gosto de
1627esclarecer tudo, porque o pessoal traz muita coisa aqui e, às vezes, eu peço
1628perdição se eu fico abatinado, porque se eu fosse só representante do
1629Governo do Estado de São Paulo, eu estava aqui muito bem, mas eu estou há
16304 anos como Coordenador do Grupo de Trabalho. Eu tenho muito mais coisa
1631na cabeça que me levam a reagir de uma maneira. Veja: Primeiro se chamava
1632valor de alerta traduzido do inglês *trigger value*. O que significa: é o valor que
1633significa: gente, tem isso no solo, comecem a se preocupar, porque o solo está
1634perdendo a sua multifuncionalidade. Entendendo: proteção da água
1635subterrânea, ciclos de substâncias, proteção dos ecossistemas terrestres.
1636Então, nesse sentido, o valor de prevenção, o conceito que ele tem, foi o nosso
1637primeiro balizador. O nosso primeiro modelo de 2001 foi: não poderia por no
1638solo nada que excedesse a concentração de substâncias químicas além do
1639valor de prevenção. Só que o Ministério Público... Eu estou citando o Ministério
1640Público... Eu estou montando uma história, que eu não estou querendo, pelo
1641amor de Deus, estender polêmicas. É uma história. O Ministério Público
1642começou a nos questionar: olha, mas espera aí: esse valor de prevenção...
1643Essas duas questões: primeiro, está baseado em um valor internacional não
1644gerado aqui no Brasil e segundo, toda a dificuldade de controle, a própria
1645questão que a agricultura não controla efetivamente quanto cada agricultor
1646aplica em sua aplicação. Uma coisa que fica a critério de cada agricultor. Daí, o
1647que aconteceu: nós nos propomos a rever isso, Daniela. Rever por conta de
1648questionamentos do Ministério Público do Estado de São Paulo. Daí nós
1649evoluímos para: não pode exceder no solo o valor de prevenção descontados o
1650que tem já naturalmente no solo, muito embora se acredita cientificamente que
1651o "já está no solo" à princípio não está disponibilizado a ponto de ser tóxico aos
1652ecossistemas terrestres, mas nós estamos propondo: olha, não excede o valor
1653de prevenção descontado o que já tem naturalmente no solo e descontado o
1654que é aplicado no solo desses metais pelo fertilizante tradicional, convencional,
1655fabricado com os minérios naturais nos processos que já existem. É nessa
1656coisa de quanto pode ser aplicado no solo pelo fertilizante tradicional que entra
1657a tal NT. Agora, precisamos entender que ela não entra como valor único, e se
1658você quiserem, nós vamos abrir isso. A NT tem uma tabela, que ela
1659estabelece algumas situações para definir esses valores. Então o que nós
1660fizemos: nós elaboramos aquele nosso modelo. Ele tem vários parâmetros. Se
1661você quiserem, nós debruçamos a olhar para ele e discutir com detalhe. O
1662órgão ambiental do Estado de São Paulo estava propondo e trouxe ao
1663CONAMA... Porque nós interrompemos a nossa discussão no Estado porque
1664começou a do CONAMA, para não fazer duas coisas paralelas, que é o
1665seguinte: nós propomos a valoração de todos os parâmetros desse modelo, o
1666mais possível à favor da segurança, que são: dividir por 10, 100 ou 1000 da
1667toxicologia que eu estou me referindo, em função de incertezas. E é aí que tem

1668aquela divergência com o setor produtivo, que ele propõe uma valoração
1669desses parâmetros mais realista. Isso é uma coisa que eu não vejo pecado.
1670Em todas as resoluções existe uma tendência a um puxar para o realismo. Nós
1671puxamos para o conservadorismo. O Ministério Público puxa para a legislação
1672pura da nossa Constituição, que é a prevenção. É a precaução. Ficou claro
1673mais ou menos isso? Agora, nós talvez pudéssemos dar uma olhada com mais
1674detalhe, se for o caso, esperando o Márcio voltar, para enxergar aquilo. Às
1675vezes eu fico meio assim, porque eu vejo que as pessoas estão falando
1676alguma coisa, mas não estão enxergando o todo. Por exemplo, já ficou claro o
1677modelo da nossa Resolução. Está tudo cheio de dúvidas? Está tudo
1678questionando a capacidade dos órgãos, como eu não entendo, porque tem 20
1679e não sei quantos órgãos ambientais aqui no Brasil, porque só a CETESB é
1680ofendida ou citada nominalmente aqui na Câmara? É isso que é muito
1681estranho, porque nós viemos aqui para colaborar, não viemos falar mentiras.
1682Bom, de qualquer maneira, você entendeu a questão? Eu acho que valeria a
1683pena nós enxergamos aquele modelo e como o Márcio falou, nós podemos
1684fazer realmente alguma coisa que diga qual é o modelo. Nós não pusemos
1685toda a equação, porque vocês vão ver que ela tem muitos parâmetros, e se
1686mudasse cada um deles, tinha que mudar a Resolução, mas eu acho que pode
1687ser uma coisa interessante a se fazer. Daí nós vamos entender como nós
1688estamos limitando as concentrações de inorgânicos, porque orgânico é não
1689detectável por método analítico. Ele não pode ter. E outra coisa: por isso que
1690nós temos aqueles resíduos elegíveis, e dentre os 15 propostos inicialmente
1691pelo setor produtivo, nós, como órgãos ambientais, vetamos alguns para evitar
1692o seguinte: deseconomias. São categorias de resíduos que nós julgamos que
1693muito provavelmente ele entra como elegível, porque de qualquer maneira, no
1694modelo da nossa Resolução, mesmo o resíduo sendo elegível, vai ter que fazer
1695um ensaio para ver se não têm orgânicos e vai ter que fazer o ensaio para ver
1696se tem o mínimo do micronutriente desejável. E vai ter que fazer o ensaio para
1697ver se tem aquele máximo permissível de coisa... então é aí que vem a
1698deseconomia. Eu chamo atenção para a deseconomia. Primeiro, porque você
1699vai por como elegível um resíduo que muito provavelmente vai se gastar muito
1700dinheiro para fazer a análise de dioxinas e furanos e outras coisas para dizer
1701que tem? Então já não põe. Essa é a visão agora da CETESB. E a outra coisa:
1702gente, se não tem tecnologia praticável que remova de matriz sólido metais
1703pesados a não detectável pelo método analítico, isso já foi discutido. Todo
1704mundo perguntou. É por isso que eu fico ansioso e eu sugeri que não ia ser
1705produtivo voltar ao Grupo de Trabalho para discutir isso. Não vai aparecer nos
1706próximos 6 meses ou 1 ano. Pode até aparecer, mas nós contamos com um...
1707Vai ou não. Ficou claro, Daniela? Eu acho muito importante nós entendermos
1708isso, porque nós trabalhamos juntos, área do meio ambiente e saúde. Nós não
1709queremos fazer nada e nem pensar que nós estamos praticando heresia.

1710

1711

1712**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mais algum
1713ponto? Eu acho que esse ponto está claro. Depois nós podemos, naturalmente,
1714voltar a ele para discutir a metodologia de cálculo, como foi proposto pela
1715Daniela, os valores limites e etc. Eu acho que isso está em aberto. Inclusive é

1716 uma proposta, se não me engano, da CNI, com uma tabela um pouco distinta
1717 dessa e em alguns valores até um mais restritivos do que essa. Tem algum
1718 outro ponto que vocês queiram destacar? Eu acho que a questão dos elegíveis
1719 foi discutida. Um ponto que surgiu aqui também assim, mais de conceito, é a
1720 questão da importação de resíduos. Houve manifestação de conselheiros
1721 favoráveis a se faça a importação, houve pontos contrário. A manifestação, eu
1722 acho que predominante, é de que o problema da importação é a questão de
1723 que não se tem isso que o Alfredo justificou como critério de corte, que é o
1724 processo produtivo que gerou o resíduo, o conhecimento sobre o processo
1725 produtivo que gerou o resíduo, e isso dá uma incerteza maior em relação
1726 àquele resíduo que está sendo recebido. Seria difícil julgar se ele vem de um
1727 processo elegível e se ele, dentro de um propósito elegível, ele passou como
1728 os nossos aqui em território nacional, por um processo de licenciamento, de
1729 caracterização de resíduo, enfim, todas as etapas aí que antecedem essa
1730 geração. Há um ponto polêmico, que é em relação a como proibir isso, porque
1731 eu não sei como isso ficou na Resolução. Eu confesso que eu não me lembro,
1732 mas da minha experiência em outras questões, o que nós sabemos é que não
1733 dá para uma Resolução proibir importação. Resíduo perigoso já é proibido,
1734 disciplinado pela Convenção de Basileia. A lei internalizou. Então o problema
1735 fica mesmo é com resíduo que não for perigoso, como nós impedimos o
1736 resíduo de entrar. Eu não sei se a Resolução, Alfredo, prevê isso ou se nós
1737 teríamos que criar na Resolução um artifício para pelo menos impedir que isso
1738 viesse sem ser uma proibição explícita.

1739

1740

1741 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Na nossa
1742 proposta realmente a ideia era proibir a importação. Agora, realmente se não
1743 tem como proibir a importação, nós temos que checar e temos que criar algum
1744 mecanismo... Que aí é outro pedaço. É o órgão ambiental checar: esse resíduo
1745 é daquela procedência de elegível? Primeiro. Segundo: ele tem a concentração
1746 mínima do micronutriente de interesse efetivamente? E terceiro: ele tem a
1747 concentração de inorgânico dentro dos limites aceitáveis? Então essas análises
1748 o órgão ambiental vai ter que pedir, porque se ele pede para os resíduos
1749 brasileiros, porque haveria de não pedir? Nós vamos continuar priorizando
1750 gringos que mandam lençóis contaminados para fazer bolso? Não dá. Então
1751 nós temos que ver isso.

1752

1753

1754 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não vou
1755 polemizar. Chega de polêmica aqui.

1756

1757

1758 **SR. SÉRGIO LUIZ MACEDO (Rio Grande do Norte)** – Eu acho que o Brasil
1759 já tem muitos problemas para resolver. Não há necessidade de ficar resolvendo
1760 problema dos outros, que seria o caso deve você estar dando um tratamento e
1761 um destino em resíduos que são produzidos em outros países. Eu acho que se
1762 nós colocarmos na Resolução que fica proibido o uso de resíduos importados,
1763 ninguém está proibindo a importação. Talvez indiretamente, mas não

1764diretamente. Você coloca que está proibido o uso de resíduos importados, e
1765pronto. Eu acho que resolveria o problema.

1766

1767

1768**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Na Resolução,
1769não. A Resolução não cria obrigação desse tipo, porque a legislação que rege
1770o comércio internacional tem que ser... Senão ela vai ser questionada pela
1771OMC e vão dizer que nós estamos privilegiando produtores nacionais, vão
1772inventar qualquer coisa e vão derrubar. Porque aconteceu isso já com pneus.
1773Não é possível que nós tenhamos isso em nível de Resolução. Teria que ser
1774em uma lei e mesmo a lei, no caso de comércio exterior, pode ser questionada
1775dentro da Organização Mundial do Comércio. O que o Gilberto está me dizendo
1776aqui, o Gilberto lida com os lençóis contaminados que são importados... Eu
1777estou falando o Gilberto, mas é uma equipe. Tem o Vitor também aqui junto
1778que participa disso. O que eles estão dizendo é o seguinte: na Resolução 23 da
1779Convenção de Basiléia... Quem sabe o Gilberto fala?

1780

1781

1782**O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA)** – Bom dia a todos. Só para fins de
1783esclarecimento, recentemente foi aprovado na última Plenária do CONAMA, eu
1784acho que ainda não saiu em Diário Oficial, mas foi aprovada a nova Resolução
1785que controla a importação de resíduos no país. Esse controle é feito pelo órgão
1786federal, pelo IBAMA, e lá, além de algumas exigências já previstas na
1787Resolução, cabe ao IBAMA, por meio de Instrução Normativa, poder editar na
1788norma da casa, outras exigências cabíveis. Nesse caso, como é específico
1789para uso de um resíduo que vai ser disponibilizado em solo, podem ser feitas
1790aqui nessa Resolução, no meu entendimento, algumas considerações a serem
1791levadas quando o resíduo for de origem importada. O Alfredo já comentou aqui
1792algumas questões. Você tem que ter um parecer, um atestado, uma garantia
1793de que esses resíduos têm um processo conhecido, que ele tem aquele metal
1794de interesse em determinadas concentrações, que provavelmente a Resolução
1795vai ter, vai especificar, e isso pode ser exigido previamente ao embarque como
1796um documento adicional. Além disso, pode ser pensado também em plantas
1797pré-aprovadas para isso, só que ainda não tem essa metodologia estabelecida
1798e eu acredito que aqui nós não vamos conseguir exaurir essa condição de pré-
1799aprovação de planta, mas a finalidade, como a lei de resíduos sólidos fala,
1800você só pode importar para fins... A Resolução fala, você só pode importar para
1801fins de reciclagem. Então empresas que não têm condições de realizar essa
1802reciclagem como essa Resolução vai determinar, não poderiam realizar essa
1803importação. Então você em outros mecanismos muito claros, em vez da
1804simples proibição, de você direcionar para onde vai esse resíduo e se aquela
1805empresa tem ou não capacidade técnica de realizar essa... O que fica em
1806aberto ainda é a questão de produtos. Se o produto for formulado com
1807micronutriente, com resíduos lá fora, ele vai chegar aqui como produto. Ele não
1808vai chegar aqui como resíduo. Aí provavelmente essa competência caberia
1809muito mais ao MAPA, que também está presente aqui, não é? O MAPA é um
1810dos conselheiros no CONAMA , mas que também deveria verificar isso, a

1811importação do produto, aí não mais de resíduos para a formulação de
1812micronutrientes. Eu acho que essa questão não vai ser discutida aqui.

1813

1814

1815**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só lembrando
1816que essa discussão que o Gilberto trouxe... Dependente assim, tem dois
1817aspectos que eu queria salientar. O primeiro é que nós teríamos que colocar na
1818Resolução algumas condições para que depois a IN do IBAMA possa
1819regulamentar isso. Eu acho isso não nos exige de abordar essa questão no
1820sentido de que nós vamos exigir dos importados, ou em que condições nós
1821recebemos o importado aqui. E essas condições têm que ser praticáveis lá na
1822operacionalização da importação, na hora da emissão da LI. A segunda
1823questão que é importante é a questão que foi levantada aqui pela indústria de
1824fertilizantes ontem, que é essa preocupação com o produto. Também não
1825adianta nós ficarmos aqui... Daqui a pouco nós vamos inviabilizar o produto
1826nacional frente a um produto importado. Aí nós vamos importar produtos que
1827sabe lá Deus com que resíduos foram fabricados, vamos aplicar no solo, quer
1828dizer, a preocupação que a sociedade civil tem, que a Saúde já manifestou,
1829que nós temos também, vai estar... É a velha questão da efetividade da norma,
1830que é o grande... É a lâmina sobre a qual nós caminhamos quando estamos
1831regulamentamos. Nós não podemos apertar demais sob pena de levar para a
1832clandestinidade, e também não podemos flexibilizar a ponto de prejudicar o
1833interesse nacional, seja do ponto de vista da saúde, seja do ponto de vista
1834econômico. Saúde e meio ambiente. Então isso certamente vai remeter à
1835necessidade de nós também, de alguma forma, regulamentar o produto
1836importado.

1837

1838

1839**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Só assim, já
1840enxergando, então veja: no modelo da nossa Resolução, além do industrial
1841interessado em utilizar o resíduo comprovar que ele é um dos elegíveis, que é
1842uma das coisas que teria que vir no bojo, seja como for essa questão da
1843importação do resíduo, ele tem que mostrar que tem a concentração mínima do
1844elemento de interesse e a máxima do outro, mas na Resolução está previsto
1845um estima de monitoramento disso, ou seja, têm que ser apresentado os
1846relatórios de acompanhamento, ou seja, carga a carga, remessa a remessa, vai
1847ter que ser feitas as análises, isso vai ter que ser guardado para ser
1848comprovado, ou seja, na Resolução se prevê isso. Eu acho que se nós
1849conseguirmos... Agora extrapolando os trâmites da convenção de que o cara
1850traga o resíduo de lá, que independentemente disso, ele tenha fazer tudo isso
1851que eu estou falando, que ainda vai ser exigido do gerador nacional, nós
1852estamos meio que enquadrando ele. Se ele entrar em uma classe tal porque
1853está importando, não pode apresentar dados de qualidade, fica a última coisa...
1854Eu sou muito claro, porque vocês têm que entender onde pega, que foi
1855colocado até que promoveu esse comentário inadequado do Bocuhy com
1856relação à CETESB, que eles alegam que tipo nós não estamos questionando
1857que os nossos órgãos ambientais não têm condições de ir lá fiscalizar a
1858empresa, se realmente o resíduo que ela está mandando é aquele. Vindo de

1859fora, nós vamos ter que acreditar de pé junto desde que tenha um documento
1860assinado. Então esse é outro ponto que nós temos que pesar aqui, porque foi
1861um trabalho muito difícil porque eu trabalhei no Grupo de Trabalho, além de
1862falta de conhecimento suficiente para ter segurança, além de falta de um
1863entendimento comum que a Resolução precisa, eu trabalhei com uma
1864polarização excessiva. Enquanto o Ministério Público não quer nada, o setor
1865produtivo quer até resíduo perigoso. Então é isso que nós precisamos entender
1866que está aqui, e a dificuldade de gerir essa Minuta de Resolução que está
1867sendo aqui apreciada, que acreditem, procurou colocar tudo aquilo que foi
1868discutido no Grupo de Trabalho, de alguma maneira está contemplado aí. É
1869que quem não participou a fundo, não enxerga. Mas de alguma maneira, está
1870aí. Se isso for superável, daí é uma maneira, é um caminho.

1871

1872

1873**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós não vamos
1874entrar nessa discussão agora. Eu acho que esse é um ponto desses,
1875filosóficos, que nós temos abordar e que são questões de fundo. Mas eu me
1876lembro que na reunião anterior, quando cada Conselheiro se manifestou em
1877relação às sugestões de alteração da norma, veio uma proposta do Ministério
1878do Meio Ambiente, que era mais ou menos disciplinando o resíduo importado.
1879Portanto nós teríamos já um ponto de partida também para discutir essa
1880questão de como poderia regulamentar esse resíduo importado. Vocês têm
1881mais alguma... Eu não sei se o colega do MAPA quer fazer... Você
1882acompanhou aqui as discussões? Eu não vi quando foi da sua chegada. Você
1883quer fazer alguma manifestação em relação a isso? Eu acho que seria
1884interessante.

1885

1886

1887**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Um dos pontos positivos do
1888Professor Alfredo é a honestidade dele. É mais honesto do que a maioria das
1889pessoas. Professor Alfredo, nós queremos o ônus. Você falou da questão dos
1890elegíveis. Esse é um ponto para nós muito importante. Aqui o caso da Vale é
1891um caso típico. Eu não gostaria, de forma alguma na Plenária, trazer 10 novos
1892resíduos elegíveis porque se quadram em tudo que nós colocamos aqui. Eu
1893acho que isso não seria adequado, porque havia determinado que não tem
1894contaminação por orgânicos. A questão que eu coloco é a seguinte: esse é o
1895tipo do ônus que o setor produtivo quer: de eu provar que aquilo realmente é
1896correto. Então esse é um ponto que eu gostaria não de discutir exatamente
1897agora. Nós podemos discutir depois com mais calma. Talvez nós conseguimos
1898um acordo. O meu grande medo é o mecanismo de trazer para a Resolução
1899CONAMA. Nós sabemos a dificuldade que é essa discussão. Essa norma vai
1900ser revista sabe Deus quando, se daqui a 3, 5, 10 anos. Não sabemos ainda.
1901Até antigamente nós colocávamos prazo, e nós não estamos colocando mais.
1902Então assim, só a minha manifestação em relação a esse tema, dizendo o
1903seguinte: não que eu seja contra a questão de elegíveis. Eu só acho que esse
1904é um engessamento que nesse momento nós talvez pudéssemos buscar uma
1905solução alternativa, que possa contemplar o que você está colocando, mas
1906permitir alguma outra maneira de alguns outros resíduos possam ser... Desde

1907que comprove. Eu acho que cabe a mim comprovar que eu estou sendo
1908honesto. É nós buscarmos uma maneira de fazer isso.

1909

1910

1911**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Só ajudando
1912aí, veja, eu não sei se é possível, mas podemos pensar, como saiu a lista dos
1913elegíveis? A partir de uma proposta do próprio setor produtivo, que eu entendo
1914que é possível de se gerar em função do tempo. Foi feita uma discussão, e
1915nessa discussão sentaram, porque para sair essa Resolução, gente, se teve 6
1916reuniões formais, deve ter tido umas 24 informais, senão nós não
1917conseguiríamos ter o que nós temos aqui. Então sentaram pessoas de órgão
1918ambiental da CETESB, Ministério Público e do setor produtivo para peneirar
1919essas. No meu entendimento, se ela não vai ser aprovada agora e for possível,
1920você podem apresentar outras listas, e eu não sei se a Câmara pode remeter
1921a um Grupo e apreciar. E amplia a relação dos elegíveis. Deixar em aberto, na
1922minha opinião, agora como representante do Governo do Estado de São Paulo
1923e também da CETESB, Coordenador do GT, não é bom, porque você vai
1924deixar à cargo dos estados um trabalho que eles... Daí eu concordo, não estão
1925preparados para fazer, que é se debruçar à fundo no processo de geração de
1926resíduo, vendo a segregação, a assiduidade da qualidade do resíduo. Deixar
1927em aberto uma lista de elegível para a decisão do estado não é bom, porque
1928daí eu concordo, começo a concordar com o que eles dizem: que os estados
1929não estão devidamente preparados.

1930

1931

1932**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu não gosto
1933muito dessa história de estado não estar devidamente preparado. Eu, como já
1934trabalhei no município, no estado e agora estou na União, eu vejo essa coisa
1935sempre como resquícios centralistas do Governo Federal.

1936

1937

1938**A SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** – Eu
1939insisto naquela sugestão de que o Alfredo pudesse nos explicar as fórmulas e
1940focar em quais são as diferenças que existem nas duas tabelas, porque a
1941CETESB calculou um valor de bário 1636 e o setor produtivo sugere um valor
1942de 3000? Porque essas diferenças ocorreram?

1943

1944

1945**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Antes de nós
1946entrarmos, eu acho que essa boa, mas eu só queria aproveitar a presença do
1947representante do MAPA porque nós falamos tanto em MAPA nesses dois dias
1948e seria bom ouvi-lo. Consulto vocês em relação a essa oportunidade, mas eu
1949acho que é interessante.

1950

1951

1952**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Só mais uma
1953coisa: além de ouvi-lo, é ele que vai poder explicar a ela. Alguém da área

1954agrícola, porque a diferença tem a ver com prática agrícola e não com questão
1955ambiental.

1956

1957

1958**O SR. HIDERALDO JOSÉ COELHO (MAPA)** – Eu sou Coordenador da
1959Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos do MAPA. Bom dia a
1960todos e em primeiro eu agradeço aqui a oportunidades de nós estamos nos
1961pronunciando. O MAPA não faz parte, não tem conselheiros nessa Câmara.
1962Então nós agradecemos aqui a oportunidade da estar explanando. Outra coisa
1963que eu gostaria de agradecer é o que o Márcio falou em relação à IN 27. Eu
1964acho que todo mundo tem que entender dessa forma que ele falou. A maioria
1965das vezes na discussão, no Grupo de Trabalho, o Ministério Público sempre
1966questionou: a IN 27 não deveria ter sido feita, ela é inconstitucional, ela é isso,
1967ela é aquilo. E como se o Ministério da Agricultura tivesse passado na frente e
1968tentando legislar em termos de meio ambiente. Não foi isso em momento
1969nenhum. Está muito mais próximo do que o Márcio falou: você tem... Nós
1970sentimos a necessidade de que se tivesse, e tem o mundo inteiro isso, todos os
1971países têm, o órgão que regula a fabricação de fertilizantes impõe um limite,
1972um parlamento. Os produtos tem que ter, no máximo, isso aqui. Não quer dizer
1973que eu estou tentando proteger o meio ambiente. Indiretamente eu estou
1974também, mas o objetivo primordial não foi esse. Nunca. A legislação de
1975fertilizantes foi sempre construída de maneira que você tivesse o órgão de
1976meio ambiente, a proteção do meio ambiente junto com a legislação do MAPA.
1977Não nós passamos na frente e fazendo a legislação. Então esse é um ponto
1978fundamental que eu acho que o Decreto trouxe, o art.16 do Decreto, que é o
1979que nós estamos discutindo aqui, a possibilidade de uso desses materiais. Está
1980lá escrito: eles só podem ser utilizados, o Ministério da Agricultura só autoriza a
1981utilização desses materiais se eles forem aprovados pelos órgãos de meio
1982ambiente. Existe a necessidade primordial do meio ambiente analisar antes se
1983resíduo pode ser usado. E até para complementar, no caso da importação,
1984prevalece a mesma coisa: se for resíduo, vai ter que ter a manifestação do
1985órgão ambiental e se for produto que ficou um pouco a dúvida aqui, quando é
1986produto, nós pedimos... Sempre que tem um produto que não é o tradicional. O
1987que nós temos de matérias-primas, que a maior parte do que é importado hoje
1988são matérias-primas, são: fosfatos, cloreto de potássio, ureia. Soa produtos
1989que não têm “problemas de contaminação”. Se tiver um produto diferente que
1990pode estar trazendo micronutriente junto, nós, antes de autorizar a importação,
1991questionamos como foi o método de produção daquele fertilizante. Então
1992quanto a isso, nós podemos ficar tranquilo. Não vai ter esse viés. E uma coisa:
1993é muito pouco provável de nós importarmos fertilizantes que já contenham
1994micronutrientes. Não tem. Os outros países geralmente não têm esse interesse
1995de produzir. Quem precisa de micronutriente somos nós aqui no Brasil, que
1996temos solos que são velhos, desgastados e que esses micronutrientes foram
1997sendo lixiviados ao longo de milhões de anos. Então nós é que precisamos.
1998Outros países geralmente na têm essas necessidades e não têm essa indústria.
1999Então vai ser muito pouco provável de nós importarmos produtos, fertilizantes
2000que tenham micronutrientes, e muito menos fabricados com resíduos. É muito
2001pouco provável, mas de qualquer maneira, reafirmo que nós investigamos não

2002o processo de importação. O IBAMA é anuente, nós somos anuentes. Então
2003nós fazemos todo o levantamento para ver o que está havendo. Então são
2004esses pontos que eu acho que... E o outro ponto é o seguinte: que o Gilberto
2005informou para o Márcio que a IN 27 nós nunca conseguimos explicar.
2006Realmente nós tivemos uma dificuldade muito grande em função dessa
2007polarização que o Alfredo fala. Toda vez que nós íamos falar alguma coisa no
2008Grupo de Trabalho, o Ministério Público vinha com 20 pedras dizendo que a IN
200927 é inconstitucional, que nós não poderíamos ter feito isso nunca e nunca
2010aceitou que nós debatêssemos como nós fizemos. Realmente como nós
2011fizemos, eu já falei sim algumas vezes no Grupo de Trabalho. O Coordenador
2012anterior tem uma palestra. Eu gostaria de lembrar, ontem teve aqui as
2013palestras, o encontro. No encontro no Grupo de Trabalho que foi em 2009, se
2014você olharem na página, tem a apresentação do Ministério da Agricultura que
2015traz essa explicação. Inclusive tem lá uma lâmina com um exemplo de como se
2016calcula a quantidade máxima nos fertilizantes. Então nós temos isso na página,
2017lá no 4º Grupo de Trabalho. Depois, se for o caso. E tem lá na apresentação o
2018nosso endereço, o nosso *e-mail*. Quem tiver qualquer dúvida, sinta-se à
2019vontade para mandar um *e-mail*, ligar. Nós vamos estar lá no Ministério
2020explicando para vocês, quem tiver essa necessidade. Eu acho que não caberia
2021aqui agora eu me estender, ficar explicando. Isso vai estar patente na
2022discussão, na continuidade da discussão aqui. É mais ou menos a mesma
2023coisa que foi feito na IN 27: você traz lá um parâmetro máximo, só que
2024parâmetro máximo que nós adotamos na época que a legislação canadense,
2025que foi o que nós achamos que tinha de mais restritivo na época. Então o
2026máximo que poderia aportar ao solo nós nos baseamos na legislação
2027canadense, que era o mais restritivo. E daí nós vamos fazendo a conta ao
2028contrário, até chegar no máximo que você pode ter. Talvez tenha alguns pontos
2029diferentes. Não descontamos... Descontamos o que tem no solo, mas em
2030função do que tinha na época, que era um trabalho publicado pela
2031Universidade Federal de Lavras, os valores que se tinha como médios no solo
2032no Brasil. Então hoje aqui nós vamos trabalhar diferente. Mas basicamente a
2033situação da IN 27 é muito semelhante, só que hoje aqui nós vamos discutir com
2034parâmetros mais atualizados e mais discutidos lá dentro do Grupo de Trabalho
2035também. Era essa a minha manifestação. Eu agradeço mais uma vez.

2036

2037

2038**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós que
2039agradecemos. Bastante oportuna em função de toda a discussão que se teve
2040aqui.

2041

2042

2043**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu gostei muito da
2044pergunta que a Dra. Zuleika, representante do Governo de Minas Gerais fez, o
2045Dr. Rocca, da CETESB de São Paulo, mostrando que de fato ainda existem
2046muitos pontos a serem esclarecidos, mesmo ela considerando que a matéria
2047está em condições sólidas de ser votada. Porque se tem dúvida entre dois
2048estados, então eu acho que...

2049

2050

2051 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Dr. Francisco,
2052 só esclarecendo, está havendo uma confusão aí. Nós não vamos votar a
2053 matéria. A única coisa que nós estamos dizendo...

2054

2055

2056 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu sei. Não é votação.
2057 É que eu quis dizer que a matéria já estaria esgotada e já teria chegado ao seu
2058 limite. Então eu vejo que a pergunta dela deixou dúvida grande, que ela tem
2059 dúvida.

2060

2061

2062 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vamos
2063 entender bem o funcionamento do CONAMA. O CONAMA cria um Grupo de
2064 Trabalho para que esse Grupo de Trabalho lapide, digamos assim, uma
2065 Resolução e traz para a Câmara Técnica. A responsabilidade de formular a
2066 Resolução é da Câmara Técnica. É aqui que nós temos... No Grupo de
2067 Trabalho, veja bem: o Grupo de Trabalho tem alguns problemas. Todos que
2068 conhecem o CONAMA sabem disso. Um dos problemas que o Grupo de
2069 Trabalho tem é representatividade. Como o grupo de Trabalho é voluntário, não
2070 são todos que podem participar do Grupo de Trabalho, e aí eu vou lhe dar a
2071 minha experiência, que com certeza é a experiência dos outros estados que
2072 estão aqui. Os estados... Porque nos Grupos de Trabalho nós temos Minas
2073 Gerais e São Paulo e eventualmente um ou outro órgão estadual de meio
2074 ambiente e os municipais não tem? Porque tem uma dificuldade de se deslocar
2075 do seu local de origem até aqui, Brasília, para participar do Grupo de Trabalho.
2076 Então vejam que no GT, a discussão já é enviesada, porque eu vou ter mais
2077 representantes daqueles grupos que ou têm poder econômico para vir ou são
2078 subsidiados pelo Governo para vir, ou então moram perto de Brasília e podem
2079 estar aqui. Aqueles outros que estão mais afastados não têm condição de
2080 participar do Grupo de Trabalho. Então o Grupo de Trabalho...
2081 Conseqüentemente acontece isso, o poder econômico, como eu falei. O Grupo
2082 de Trabalho, portanto é um elemento acessório da Câmara Técnica. O órgão
2083 que decide é a Câmara Técnica por quê? Porque aqui essa representação
2084 espelha a representatividade do CONAMA. Então não vamos aqui nos diminuir.
2085 Nós temos aqui toda a condição de discutir esse assunto. O que se disse aqui,
2086 o que se decidiu aqui foi: o trabalho do Grupo de Trabalho chegou ao fim. Foi
2087 só isso que nós decidimos. A discussão não chegou ao fim. Mas o trabalho dos
2088 técnicos do Grupo de Trabalho chegou ao fim. A base técnica que nós
2089 precisamos para tomar a decisão está dada. As decisões... A tomada de
2090 decisão é um ato político. Nós estamos aqui agora frente a um ato político, que
2091 é uma tomada de decisão frente ao subsídio técnico dada pelo Grupo de
2092 Trabalho. Nada nos impede de retomar alguns pontos técnicos, e eu torno a
2093 dizer isso, se nós entendermos que eles ainda estão passíveis ou são
2094 passíveis de esclarecimento. O que se decidiu é que o grosso do aporte técnico
2095 para a tomada de decisão já está dado. E como há um esgotamento dos
2096 próprios representantes do Grupo de Trabalho, que são sempre os mesmos,
2097 então é hora de nós continuarmos essa discussão não mais no Grupo de

2098Trabalho, mas aqui. Então o senhor fique bem tranquilo, Dr. Francisco. Eu não
2099vou colocar isso em votação enquanto nós aqui não estivermos satisfeitos, com
2100nível de segurança para a tomada de decisão. A ideia aqui é essa. Se nós
2101precisarmos de 10 reuniões na Câmara Técnica, nós teremos 10 reuniões na
2102Câmara Técnica para discutir esse assunto. Eu não vou colocar a Resolução
2103hoje em votação. Isso seria leviano. Voltamos então à Dra. Zuleika.

2104

2105

2106**A SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** – Senhor
2107Presidente, eu gostaria de elucidar o Conselheiro Francisco de que eu
2108mantenho a minha posição. O senhor pode ter entendido que a minha fala foi
2109incoerente, mas de forma nenhuma. Eu me sinto pronta para poder explorar
2110essa matéria e a minha sugestão foi no sentido de entender melhor as
2111diferenças que existem nas propostas, dos limites aqui estabelecidos. Não
2112tenho dúvidas com relação à proposta apresentada. Eu só quero entende-la
2113melhor

2114

2115

2116**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Estamos
2117esclarecidos? Eu acho que esse é um ponto interessante...na data de hoje,
2118aproveitando aqui a presença maciça de conselheiros e dos representantes
2119que têm o histórico da discussão.

2120

2121

2122**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Antes de eu
2123começar, eu quero confessar uma coisa: eu não sou a pessoa mais adequada
2124para ir à fundo nesse modelo, até porque depende de coisas que ele vai poder
2125me ajudar, da área agrícola, por isso que eu falei, porque tem coisas que têm a
2126ver com questões agronômicas, e tem algumas coisas que têm a ver com o
2127comportamento do metal no solo em função da sua disponibilidade para planta
2128e etc., mas eu posso explicar o modelo e vocês enxergarem aonde estão as
2129diferenças perfeitamente. Talvez fosse interessante mostrar aí ou a
2130Resolução... Talvez a minha apresentação aqui à Câmara da Resolução. Lá
2131tenha anexo bem bonitinho para nós olharmos isso. Eu não sei. Porque lá já
2132tem uma coisa que vai projetar para enxergar as diferenças, mas eu acho que
2133fica... É mais didático do que ler um texto... Não sei.

2134

2135

2136**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Enquanto ele
2137localiza, se nós quisermos dar uma descançadinha, tomar um café, vamos
2138aproveitar para dar uma relaxada, porque o dia hoje foi tenso.

2139

2140

2141 (*intervalo*)

2142

2143

2144**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Bom, senhores,
2145já temos a apresentação solicitada pelo Conselheiro Alfredo. Eu pediria então

2146que nós tomássemos acentos para retomar a discussão. Eu acho que o
2147intervalo foi saudável. Discutimos bastante no cafezinho, como sempre, e
2148agora vamos voltar à Mesa. Talvez até devesse fazer isso antes. Teria talvez
2149evitado alguns dessabores aqui que tivemos hoje.

2150

2151

2152 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Bom, eu pedi
2153 para por isso ali, porque isso é mais amigável do que aquele texto cru da
2154 Resolução. Inclusive aponta em cores algumas questões. Então como eu falei,
2155 o modelo que nós achamos para tentarmos ver quanto poderia ter de máximo
2156 de inorgânicos baseado na ideia de que o aporte máximo de contaminante no
2157 solo não poderia exceder o valor de prevenção do solo, que a concentração
2158 significaria que o solo estaria perdendo a sua multifuncionalidade, descontado
2159 o que o solo já tem naturalmente do metal e descontado o quanto estaria sendo
2160 aplicado pelo fertilizante tradicional. A diferença que rola, vocês vão ver, da
2161 parametrização, é nessa ideia de calcular quanto pode ir no fertilizante
2162 tradicional. Então vamos lá: o aporte máximo de contaminantes no solo via
2163 fertilizantes, que nós chamamos lá do AMP, é calculado como? É a
2164 concentração máxima de contaminante que teria no fertilizante em miligrama
2165 por quilo, que é isso que nós fazemos a partir da Instrução Normativa do
2166 MAPA. Está em vermelho porque aí já tem uma primeira discordância entre os
2167 órgãos ambientais e o setor produtivo. Então esse é um dos parâmetros... Não
2168 teve... Não, nele não, mas é que no que calcula ele teve, não teve? Não?
2169 Então essa já está superada. Esquece aquele vermelho. Menos um. Tem
2170 diferença? Eu acho que tem, porque tem a ver no valor da tabela do MAPA que
2171 nós vamos usar. Então mantém o vermelho aí. Então o aporte máximo é a
2172 quantidade máxima que poder ter no fertilizante. A taxa de aplicação de
2173 fertilizante fosfatado, que foi fixada em 400 quilos por hectare a partir de um
2174 boletim técnico do IAC, onde todo mundo concordou. Isso é uma questão
2175 agrícola. Então não tem discrepância. NA é o número de aplicações que seja
2176 feita em uma mesma terra, em uma mesma área, que nós consideramos 100
2177 aplicações, imaginando 100 anos de prática agrícola do mesmo produto na
2178 mesma área, aplicando pelo menos uma vez por ano. Isso... Em uma
2179 discussão depois ele pode me esclarecer... A mim não, a vocês, é considerado
2180 à favor da segurança. E o QS é a quantidade de solo em um hectare. Só é uma
2181 questão para fazer a conta fechar. Então vocês entenderam a concentração
2182 máxima que está no fertilizante? Agora, o aporte do contaminante no solo via
2183 micronutriente, em miligrama por quilo. Vai ser o B, que é o valor limite para
2184 aporte de contaminante no solo, que nós adotamos como valor de prevenção
2185 da Resolução CONAMA 420. Esse valor emanou de nossa lista de São Paulo
2186 de 2005. Por isso que a Mara que vai explicar o valor da CONAMA. Alguém
2187 pode ter ficado assim, mas como saiu esse valor. O C é a quanto o solo já tem,
2188 que seria o valor de referência de qualidade de solo limpo. Aqui eu já faria...
2189 Porque tem uma certa dúvida? O que acontece aqui? Vamos entender. Ele
2190 explicou que quando o MAPA fez a primeira coisa, usou uma concentração
2191 média em solos de acordo com a literatura. Isso é genérico demais e não é
2192 praticável. Por quê? Cada estado vai ter que estabelecer quanto os seus solos
2193 têm naturalmente desses metais. Por enquanto nós só temos São Paulo e
2194 Minas que estabeleceram. Então vem o questionamento: 2 de 26? Eu estou
2195 falando como engenheiro. É pouco, mas só que tem uma coisa que eu vou
2196 falar também como engenheiro: se você for ver estatisticamente, São Paulo,
2197 coincidentemente ou não, é um dos estados que tem poucos metais no solo.
2198 Então ele estaria representante aí os estados que têm poucos metais no solo.
2199 E Minas é um estado que tem muito metal no solo. Então talvez São Paulo já

2200estivesse representando um dos estados brasileiros que têm menos metal no
2201solo e Minas já estaria representando um dos estados que têm mais metais no
2202solo. Talvez Tocantins tenha mais, Pará. Nós não sabemos bem, mas eu
2203quase aposto que Minas é onde tem mais. Senão não chamaria Minas Gerais e
2204não seria explorado a mais de 300 anos. De qualquer maneira... Vocês
2205entenderam a questão? Então fazer uma média aritmética entre o valor de São
2206Paulo e o valor de Minas para saber uma concentração naturalmente existente
2207no solo estatisticamente não é uma coisa tão absurda. Está claro?

2208

2209

2210**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só para clarear,
2211o C é de cada contaminante presente no solo. Cada um deles.

2212

2213

2214**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Na tabela é
2215contaminante por contaminante que é calculado.

2216

2217

2218**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – É porque lá está
2219genérico. Do jeito que está escrito... Na explicação do valor do parâmetro, mas
2220isso é detalhe que nós corrigimos depois.

2221

2222

2223**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – É que os
2224parâmetros são para cada um. Para quem sabe, a lista é por parâmetro, mas
2225de qualquer maneira, para deixar claro para todo mundo, depois nós podemos
2226acertar. Como eu falei, Márcio, nós vamos ter que fazer um polimento de
2227redação, porque não houve tempo. Então ficou claro isso, gente? Então a
2228concentração máxima que pode ter do elemento no resíduo, que também não é
2229micronutriente. Lá está errado. É do contaminante. Nós estamos falando de
2230contaminante. Isso é outra coisa que escapou. Em miligramas por quilo vai ser:
2231então está lá: é o CMP: o aporte, o AP, que é o aporte de contaminante via
2232micronutriente vezes o QS, que nós já sabemos que é a quantidade de solo por
2233hectares vezes o CM, que é a concentração do elemento. Não é
2234micronutriente. É contaminante no resíduo. Então aí que entra a concentração
2235no resíduo, que é o que nós vamos querer retirar em uma conta depois que
2236fizemos a conta inversa. FD é a fitodisponibilidade do Micronutriente. Isso é
2237outra coisa, gente, que eu vou falar claramente: se vocês puserem 10
2238engenheiros agrônomos em uma sala, talvez eles não cheguem a um
2239consenso, porque essas coisas de agronomia eu vejo que é muito polemizável,
2240mas de qualquer maneira, tem um valor médio também. Nós estamos lidando
2241com coisas que não são uniformes. Daí vem a dificuldade de se criar uma
2242Resolução com consenso total. Então a fitodisponibilidade é uma outra coisa
2243que ficou em dúvida. E a necessidade agrônômica do micronutrientes no solo,
2244que também nós pusemos que precisava de muito, porque nós estamos
2245falando tudo à favor da segurança, e que o pessoal alega que não precisaria de
2246tanto. Ficou claro o modelo mais ou menos? É uma equação muito chata.
2247Quem é matemático, engenheiro talvez enxergue melhor, mas de qualquer

2248maneira são todos esses parâmetros que entram na equação. Agora, passa
2249para o próximo, que os órgãos ambientais, vejam: fizeram uma proposta de
2250avaliação desses parâmetros. O que está em vermelho é que não tem
2251consenso. Considerando a avaliação que nós propusemos, nós vamos chegar
2252a essas concentrações máximas de metais no resíduo, que é o valor verde lá.
2253Por quê? Para o PF nós consideramos o máximo possível à favor da
2254segurança, para o C nós consideramos o máximo possível à favor da
2255segurança, para o Fator de Disponibilidade nós consideramos o máximo
2256possível à favor da segurança e para o MG, o máximo possível à favor da
2257segurança. Agora passa para a outra tabela. Essa é a proposta do setor
2258produtivo? Porque ela vai chegar a teores maiores do resíduo de
2259contaminantes no resíduo? Porque ela propõe uma avaliação mais realista
2260desses parâmetros. Então eu confesso, Márcio, que essa discussão nós não
2261tivemos tempo de fazer na Câmara, porque ele bem falou: cada vez que
2262alguém abria a boca, já deram um jeito de melar a discussão. Então talvez nós
2263poderíamos um exercício, não sei se para agora ou para a próxima, porque não
2264está aí, mas isso que eu preciso ver: como foi a avaliação proposta pela
2265CETEB e como foi a avaliação proposta deles e fazer uma comparação. Mas é
2266uma coisa assim... Porque aí precisa abrir a NT que eles questionam, porque lá
2267tem um anexo em função das coisas que você assumir, vai ser o valor máximo.
2268

2269

2270**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu acho que aí
2271nós entramos naquela linha que a Daniela propôs, quer dizer, nós vamos ter o
2272tempo para o setor produtivo trazer essa explicação, para os órgãos do
2273SISNAMA trazerem. É isso. Eu acho que é na linha... O importante agora é nós
2274aproveitarmos esse tempo para identificar bem os pontos que depois terão que
2275ser aportados aqui para nós podermos esclarecer.

2276

2277

2278**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Isso seria um
2279ponto. Pode pegar isso aqui e daí o órgão ambiental vem: olha, porque eu
2280estou propondo essa avaliação que chega nesse resultado? O setor produtivo:
2281porque eu estou propondo essa. Discute-se. Ele tem que estar aqui. Eu falo
2282ele, porque é o representante do MAPA que teve o tempo inteiro no Grupo de
2283Trabalho. Mas é uma coisa importante, porque é o que vai dar credibilidade
2284aqui, porque é o Ministério da Agricultura falando com coisas que têm a ver
2285com a agricultura.

2286

2287

2288**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Durante a
2289apresentação do representante do MAPA eu não fiz a pergunta que eu queria
2290fazer, mas eu faço agora, que eu acho que é oportuno. Vocês estão
2291confortáveis com a Resolução no pé ou no ritmo que ela está caminhando, ou
2292tem alguma coisa mais crítica que vocês enxergam nela em relação ao
2293interesse da agricultura nessas questões?

2294

2295

2296 **SR. HIDERALDO JOSÉ COELHO (MAPA)** – Márcio, eu acho que é
2297 tranquilo. Não tem como... É aquilo que eu falei: nós não podemos, Ministério
2298 da Agricultura, entrar nisso aqui com o nosso posicionamento. O nosso
2299 posicionamento, concordando no GT. Se eu bem me lembro, falei ali para o
2300 pessoal na hora do cafezinho, quando o Alfredo perguntou como Coordenador:
2301 todos estão de acordo com essa forma de cálculo aqui? Eu, como Ministério da
2302 Agricultura, me manifestei: estou de acordo. Nós estamos de acordo. Agora, eu
2303 tenho algumas convicções pessoais, mas eu não vou trazer aqui. Mas como
2304 Ministério da Agricultura, nós estamos concordando com o que foi feito no
2305 Grupo de Trabalho e como está a Resolução nesse momento. Discordo de um
2306 ponto apenas ali que o Alfredo colocou, que é aquela questão da quantidade
2307 de aplicação do micronutriente no solo. Existem recomendações agronômicas,
2308 não é o Ministério da Agricultura. São órgãos de pesquisa, instituições de
2309 pesquisa. No Sul tem uma recomendação, em São Paulo, outra, Minas tem
2310 outra e nós estamos pegando aqui para a Resolução a recomendação do IAC
2311 conforme o Alfredo falou. Então a aplicação de 5 quilos por hectare de
2312 micronutriente. Só que está se aplicando um fator ali de precaução que é de
2313 100%. Então é como se eu estivesse prevendo que alguém pudesse colocar
2314 continuamente ao invés de 5 quilos de micronutriente por hectare, 10 quilos, e
2315 isso dá aquela diferença ali. A maior parte do percentual ali da diferença entre
2316 a proposta da CETESB, dos órgãos de meio ambiente e a proposta d setor
2317 produtivo está em função disso. E aí, nesse ponto, eu fico do lado da pesquisa.
2318 Eu falo: se a pesquisa recomenda isso, eu não tenho porque creditar que a
2319 maior parte dos agricultores vai contrariar a técnica e vai aplicar o dobro. Eu
2320 não vejo muito porque ter essa precaução. Mas isso é um posicionamento
2321 meu. É claro que vai ser discutido aqui e todo mundo vai ter a sua opinião.

2322

2323

2324 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Eu queria fazer
2325 um esclarecimento, até porque ele não foi propriamente banido, mas ficou em
2326 uma situação delicada, porque é lógico que para provar resíduo, como bem
2327 dito, para aplicação na agricultura, tem que ter manifestação da agricultura e do
2328 órgão ambiental. Como nós decidimos que era uma Resolução ambiental, ele
2329 não abria muito a boca. Então ele abria a boca, pedia a palavra para
2330 esclarecimento, porque falava: não, tem uma Resolução da área ambiental.

2331

2332

2333 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vejam bem: não
2334 por acaso o CONAMA tem essa representação múltipla. A questão ambiental já
2335 é mis do que sabido de todos nós, é uma questão transversal. Não tem como
2336 nós trabalharmos de maneira isolada dos setores produtivos e dos diversos
2337 setores que regulamentam a sociedade, como é o caso de saúde,
2338 desenvolvimento social e vários outros setores que têm a ver com isso. Não
2339 tem como nós trabalharmos de maneira isolada. Agora, o que eu tenho dito
2340 sempre aqui e disse ontem e reforço é isso, quer dizer, é cada um no seu
2341 quadrado, para falar na linguagem popular. Nós estamos aqui... A área
2342 ambiental se organiza dessa forma. Ela tem um Conselho Nacional de Meio
2343 Ambiente, onde diversos atores da sociedade têm acento e essa é a forma

2344como nós regulamentamos. A saúde tem outra forma, não é muito diferente, a
2345agricultura tem outra e o MDIC tem outra. E cada um faz a sua regulamentação
2346naquilo que lhe compete. Não nos cabe aqui sair do nosso limite. Agora, a área
2347ambiental, por ter essa transversalidade muito clara e muito sentida por todos
2348que trabalhamos na área, nós fazemos questão de trazer os outros setores
2349para ouvir e para poder errar menos. Por isso que eu também pedi a palavra
2350dele, e eu acho que foi esclarecedora, até porque ajudou do ponto que a
2351Zuleika tinha colocado.

2352

2353

2354**A SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** – Eu
2355tenho mais uma dúvida aqui e gostaria que você me ajudasse. Olhando a
2356tabela ali, nós percebemos que dentre as diferenças do que foi proposto pela
2357CETESB e o que está sendo proposto pelo setor produtivo, nós podemos dizer
2358que são três parâmetros que são agronômicos digamos assim, e um que é
2359ambiental, que o VEQ. Dentro da questão dos parâmetros agronômicos, você
2360já explicou aí a questão da taxa de aplicação, que você... O seu
2361posicionamento técnico foi ser mais conservador mesmo, mais criterioso aí no
2362Grupo de Trabalho. Então por isso você referendaa proposta da CETESB e
2363também com a relação à necessidade agronômica, que é o NG, que são 5
2364quilos por hectare, O outro critério é a fitodisponibilidade. A CETESB sugere 05
2365e o setor produtivo, 1. Qual é a diferença? Você pode explicar? O que isso
2366interfere aqui nesse calculo dos limites?

2367

2368

2369**O SR. HIDERALDO JOSÉ COELHO (MAPA)** – É uma situação meio
2370complexa, mas é o seguinte, em termos de fitodisponibilidade: você jogou o
2371micronutriente no solo e o solo retém uma parte do micronutriente. Ele não fica
2372imediatamente na solução do solo, pronto para ser absorvido pela planta.
2373Então essa é a questão. Com o parâmetro, eu estou dizendo que ele vai ficar
2374totalmente disponível, e aí o contaminante que está junto com o fertilizante
2375também vai estar disponível para a planta e quando eu digo que só a metade
2376vai ficar disponível, uma parte vai ser absorvido pelas partículas do solo, então
2377esse é ponto. Tecnicamente vária de contaminante para contaminante, de
2378micronutriente para micronutriente, pelo tipo do solo, mas em média, nós
2379consideramos que ele não vai todo para a solução do solo, ele não vai todo ser
2380absorvido pela planta, completamente. Agora, como tem essas variações de
2381tipo de micronutrientes, tipo de solo, então você usa um parâmetro que seja um
2382mais cauteloso e outro que acha que, como o Alfredo falou, que é mais a
2383realidade, o consenso da pesquisa. Eu vou falar uma coisa também: essas
2384coisas todas nós temos não é da agricultura. É da pesquisa. É a pesquisa
2385agronômica que coloca isso para nós. Não é o Ministério da Agricultura.

2386

2387

2388**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – É aí que nós
2389estamos dividindo por 10, 100 ou 10000.

2390

2391

2392 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – No meu parecer eu fiz essa
2393 abordagem a respeito e o setor está aqui ao lado. Eu queria consultá-lo,
2394 Márcio, se eles poderiam só dar uma complementação, se seria possível. É
2395 justamente porque realmente é quem entende do assunto. Eu posso até ver o
2396 que eu escrevi, se teve alguma dificuldade em relação a isso. É só para
2397 esclarecer à Zuleika, a complementação que foi dito pelo Ministério da
2398 Agricultura.

2399

2400

2401 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não sei se é o
2402 momento para isso, mas eu submeto a vocês. O Alfredo gostaria de falar.

2403

2404

2405 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Eu acho,
2406 Márcio, que para você ser coerente com ele, não abre agora. Se o grupo julgar
2407 que nós vamos aprofundar mais nisso, daí vai ser o momento. Eu tenho esse
2408 ponto, tenho outro ponto dos resíduos elegíveis. Agora nós estamos, como a
2409 Daniela falou, esclarecendo agora os pontos polêmicos sem, como ele disse,
2410 embasar.

2411

2412

2413 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu me sinto
2414 mais confortável na sugestão do Alfredo, que era a minha também. Eu acho
2415 que não vamos agora... Até porque a ideia não é fazer uma discussão técnica
2416 nesse momento, mas sim nós identificarmos quais são os pontos que merecem
2417 uma discussão técnica mais aprofundada. Foi nessa linha que eu me posicionei
2418 em relação à proposta do Dr. Bocuhy e mantenho essa posição agora.

2419

2420

2421 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde)** – É só uma questão
2422 de ordem, Márcio. São 12h15. Apesar de nós termos tomado café, eu queria só
2423 saber como a nossa organização, porque tem pessoas que têm fome secular.
2424 Então como eu estou com convidados, depois eles começam a me pressionar.
2425 Eu só queria saber como vai a nossa dinâmica só para nós nos organizarmos.

2426

2427

2428 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Podemos nos
2429 adequar ao interesse dos conselheiros aqui. Estamos todos disponíveis, em
2430 princípio, até o final do dia. Não vejo problema de nós fazermos um intervalo de
2431 almoço. Podemos fazer 12h30. O que vocês acham? É razoável 12h30? Só
2432 para nós não perdermos o embalo dessa discussão agora. Seriam mais 15
2433 minutos só para nós avançarmos. Pararíamos às 12h30 e retomariamos às
2434 14h? Vamos tentar ser pontais? Eu vou tentar ser também.

2435

2436

2437 **A SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** – Só
2438 concluindo então essa questão das perguntas que fiz com relação à tabela, eu
2439 me sinto satisfeita com os esclarecimentos. Eu acho que demonstra um

2440 cuidado que o Grupo de Trabalho teve ao chegar aqui com essa proposta. Nós
2441 percebemos que houve bastante discussão, bastante cuidado em relação aos
2442 números que foram aqui colocados. Então eu me sinto... Dou-me por satisfeita
2443 com relação à proposta aqui apresentada pelo Grupo de Trabalho.

2444

2445

2446 **A SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA Nacional)** – Acho que a dúvida
2447 então da colega de Minas foi esclarecida e ajudou a esclarecer a todos nós. Eu
2448 estou com uma dúvida no § 2º do art. 7º, que coloca... O 1º coloca que os
2449 resíduos que não atenderem aos limites máximos de concentrações de
2450 contaminantes inorgânicos deverão sofrer tratamento prévio para a remoção
2451 dos mesmos. Aí o segundo diz que o tratamento a que se refere o parágrafo
2452 anterior somente deverá ocorrer em unidade específica na empresa fabricante
2453 de micronutrientes. Eu queria entender porque dessa limitação, porque só lá
2454 naquela empresa.

2455

2456

2457 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Agora aí ficou
2458 claro que não está excluída a possibilidade de tratamento e evolução
2459 tecnológica? Não atende ao que nós queremos, vai tratar. Eles se viram para
2460 desenvolver tecnologia para tratar. Já está contemplado aí. Agora, porque essa
2461 questão de só ser tratado? Porque nós sabemos que nesse contexto existem
2462 muitos intermediários. Isso que eu queria explicar. Existem 2 tipos de
2463 tratamento que são feitos: tem os físicos, que o objetivo principal é melhorar a
2464 condição física, a tratabilidade e a aplicabilidade. Então o processo físico: é
2465 moagem para condicionar a granulometria, secagem, etc. e etc. E quando você
2466 está mexendo ou lidando com o reduzir concentração de metal, pode ser até
2467 um processo físico-químico, mas vai ser ou um processo físico-químico ou
2468 químico e nós colocamos isso junto do produtor porque hoje já meio que é
2469 assim. Quem faz micronutriente, faz o pré-tratamento para adequar o resíduo
2470 na hora de aplicar. E nós tiramos os picaretas intermediários dessa jogada. Foi
2471 nessa linha.

2472

2473

2474 **A SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA Nacional)** – Porque não na fonte
2475 de geração como um processo complementar?

2476

2477

2478 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Aguem me
2479 ajudaria? Eu não lembro porque não ficou na fonte. Porque não é o negócio do
2480 gerador tratar o resíduo. E talvez se ele tivesse que tratar, inviabilizaria
2481 economicamente então poder usar o resíduo.

2482

2483

2484 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Inclusive, Alfredo, na
2485 apresentação, na segunda reunião da Câmara, eu falando à respeito disso, até
2486 você ficou assim, sensibilizado. Acho eu que nós não deveríamos proibir. Eu
2487 acho até... Hoje em dia os geradores de resíduos, quanto mais algo dessa

2488tipologia que vai ser aplicado para formulação de micronutriente para uso
2489agronômico para a produção de alimentos, muitas empresas... Eu acho que
2490nós poderíamos permitir que as empresas que gerem os seus resíduos, se
2491quiserem fazer o tratamento lá, por questão de segurança. Segurança deles.
2492Eu concordo com a questão do intermediário, porque tem um histórico por trás
2493disso, e você conhece melhor do que nós e quando nós formos voltar nesse
2494tema em discussão, nós discutimos um pouco mais essa questão, vemos uma
2495proposta de texto adequada, até mesmo para ver aquela questão que você me
2496esclareceu: eu gero um resíduo perigoso. Eu posso tratá-lo para não ser
2497perigoso. Poderia permitir que ele possa ser trabalhado com micronutriente?
2498Quer dizer, nós esclarecermos, escrever isso para deixar claro para não pairar
2499dúvidas, e também para ampliar o espectro da possibilidade desses resíduos
2500serem aproveitados. A nossa preocupação é ampliar o espectro dentro da
2501segurança possível.

2502

2503

2504**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Não vejo
2505problema em tratamento ser ou junto ao gerador ou junto ao fabricante de
2506micronutriente. A questão é a legislação abrir a brecha para esse intermediário,
2507que nós não vamos saber bem o que vai fazer. Daí esse intermediário vai
2508praticar a tal da diluição que eles condenam. Eles que eu estou falando, no
2509caso o Ministério Público e o...

2510

2511

2512**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu vislumbro...
2513Aqui só fazer uma manifestação. Eu vislumbro aqui uma dificuldade mesmo de
2514controle, porque nós vamos ter que discutir. Não é atoa que esse ponto está
2515em amarelo. Eu acho que não cabe a nós entrar muito no detalhe dele agora,
2516mas de fato a questão do controle aqui é complicada, porque se eu não fixar
2517onde eu vou fazer esse processamento, eu estou abrindo a possibilidade de
2518fazer qualquer coisa. Quer dizer, um “comprador de resíduos” poderia fazer
2519isso e aí ele não é uma unidade com CGC, que eu tenha lá controle dentro do
2520processo de regulamentação ambiental.

2521

2522

2523**O SR. JULIO CESAR ROCHA MOTA (Bahia)** – Eu acho que se nós
2524colocarmos ali na redação: o tratamento a que se refere o paragrafo anterior
2525somente deverá ocorrer em uma unidade específica do gerador ou da empresa
2526fabricante de micronutrientes, nós eliminaríamos essa possibilidade, porque eu
2527acho que quem produz, também está apto. Às vezes é até mais econômico ele
2528fazer esse tipo de tratamento para disponibilizar para ser reutilizado do que ele
2529pagar para dispor isso, ou tratar para...

2530

2531

2532**A SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA Nacional)** – Eu queria só
2533complementar: eu acho que até havendo a possibilidade do tratamento ser feito
2534na fonte de geração, ainda se evita o transporte do perigoso.

2535

2536

2537 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Deixa-me só
2538 dar um esclarecimento adicional: normalmente... Isso saiu nos seminários.
2539 Aquela empresa que trabalha com zinco e cobre, que são os micronutrientes,
2540 para fazer outras aplicações no mercado, etc., etc. elas fazem tratamentos que
2541 alinham sempre concentrar o zinco e o cobre. É que aqui nós estamos falando
2542 de tratamento para remover metal. Você percebe? É isso que entra. Não é o
2543 negócio do cara que está fazendo zinco e cobre tratar o resíduo para remover o
2544 metal. E aí que às vezes é uma coisa que pode viabilizar economicamente,
2545 mas como eu falei, não vejo problema, mas a discussão foi nessa linha.

2546

2547

2548 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mais alguma
2549 questão? Vamos para o almoço e voltamos com novas questões após o
2550 almoço?

2551

2552

2553 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Só uma
2554 questão: eu acho que nós estamos anotando os pontos para que, eu acho que
2555 no fim da reunião de hoje, falar: na próxima reunião nós vamos aprofundar e
2556 discutir tal e tal. Daí prepara. Se alguém quiser trazer mais alguém para falar,
2557 você concorda? Vamos supor que... É que eles não estão aqui, mas nesse
2558 tempo, eles poderiam pinçar mais alguém para trazer para a Câmara, ou
2559 alguém traz mais alguém, porque a questão, como você falou, a dificuldade do
2560 GT é: não apareceu no Grupo de Trabalho fulano para falar. Ou porque ele não
2561 existe ou porque não teve tempo hábil de encontrar, mas...

2562

2563

2564 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Podemos
2565 encaminhar nesse sentido. Até o final da tarde nós temos uma lista de pauta,
2566 digamos assim, de pontos a serem especificamente esclarecidos naquela linha
2567 que a Daniela tinha proposto para a próxima reunião, que aí nós podemos nos
2568 preparar e vir com subsídio técnico necessário para isso. Listagem das
2569 elegíveis?

2570

2571

2572 **A SRA. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (Minas Gerais)** – Senhor
2573 Presidente, eu acho que como nós combinamos de manhã, nós deveríamos
2574 focar nos pontos centrais da concepção da norma, sem entrar nos detalhes do
2575 texto. A Conselheira Daniela pediu mais tempo até para entender melhor. Eu
2576 acho que é pertinente. Talvez na parte da tarde nós focarmos na questão da
2577 listagem, porque os critérios técnicos dos limites de utilização eu acho que nós
2578 já conversamos aqui. Foi satisfatório do meu ponto de vista. Agora partiríamos
2579 então para a questão da lista. É pertinente ou não? Tem que ter elegíveis ou
2580 não? Com as considerações que o Alfredo colocou no intervalo sobre as
2581 discussões no Grupo de Trabalho, eu acho que poderia colocar para todos
2582 para nós avançarmos na discussão.

2583

2584

2585 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (São Paulo)** – Porque saiu a
2586 ideia de elencar os elegíveis?

2587

2588

2589 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Depois do
2590 almoço! Antes de sair, eu tinha ficado de dar um espaço aqui para o Vitor que
2591 quer fazer um informe em relação ao movimento de reivindicação dos
2592 servidores do IBAMA. Eu vou dar rapidamente a palavra para ele.

2593

2594

2595 **SR. VITOR SARNO (IBAMA)** – É o seguinte: nós estamos... Enfim, nesse
2596 contexto inclusive da Rio +20, nós fizemos algumas manifestações de que não
2597 adiante nós aqui aprovamos resoluções, leis importantes para a Política
2598 Nacional de Meio Ambiente e que a execução ficar prejudicada por conta de
2599 uma série de fatores, e entre eles um que nós achamos importante, é que a
2600 nossa carreira ainda não foi regulamentada, não está estruturada e nós
2601 estamos propondo uma estruturação dessa carreira e o Governo não apresenta
2602 nenhuma proposta. Então nós estamos em estado de greve e nós
2603 comunicamos a todos, porque tem muitos aqui que se relacionam com o
2604 IBAMA no dia-a-dia e que lançamos um manifesto. Está na página da nossa
2605 associação: asibama.org.br e lá tem mais explicações do porque dessa
2606 reestruturação da carreira que nós estamos pedindo. Obrigado.

2607

2608

2609 (Intervalo para almoço)

2610 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – ...De quorum.
2611 Dá para começar pontualmente às 14h00? É bom que a gente vai criando o
2612 hábito. Bom senhores, estamos aqui aparentemente com quórum, temos
2613 quórum não temos?

2614

2615

2616 *(Intervenções fora do microfone, inaudível)*

2617

2618

2619 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Você sé que
2620 mandam. Não tem problema podemos... 16h30, tranquilo ou vocês preferem
2621 16h00? A gente assim, tudo depende da pauta. Como hoje nós estamos,
2622 digamos de certa forma, cavalheiros da situação porque a bola está conosco
2623 agora aqui e nós é que temos que jogá-la, então eu acho que é um acordo
2624 nosso aqui prorrogarmos ou não. Às vezes existem demandas na Câmara
2625 Técnica que têm outras consequências, nesse caso como a ideia é tirar um
2626 pouco o peso também da premência, não que a gente não tenha pressa em
2627 resolver esse problema, mas também tem que achar a medida certa para
2628 também não atropelar as dúvidas que ainda persistem... Por favor.

2629

2630

2631 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu tenho... Já tive retorno
2632 da ANFAV.

2633

2634

2635 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Poderia nos dar
2636 então, aproveitando...

2637

2638

2639 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Acho que a gente pode
2640 discutir isso para... Eu já tenho até uma forma de encaminhamento em relação
2641 à questão, explicando aos senhores, até pedindo desculpas formalmente, que
2642 houve algum problema de comunicação que o setor não compareceu de fato à
2643 reunião que definiria o texto que viria para a Câmara Técnica, quer dizer, deu a
2644 entender que estava de acordo. Na verdade eles tinham colocado algumas
2645 questões, o texto veio para cá, eu fiz contato, eles me deram retorno. E até
2646 mesmo para ficarmos seguros de analisar e votar as coisas, eu gostaria já que
2647 regimentalmente é permitido, solicitar vistas do processo e, claro, apresentar
2648 um relatório, mas antes disso, nós vamos conversar aqui com o Ministério do
2649 Meio Ambiente para ver se conseguimos um acordo de finalizar este texto e
2650 apresentar um relatório de pedido de vistas, na próxima reunião nós analisaria
2651 o texto, votaria normalmente.

2652

2653

2654 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não sei se
2655 alguém quer fazer algum comentário. Do ponto de vista do IBAMA não tem
2656 problema, isso nos daria tempo até para rever aquela situação que foi bem
2657 colocada pela ANAMMA de que nós estamos com as duas pessoas
2658 responsáveis pelo PROVONVE viajando, por isso não estiveram hoje na
2659 reunião, que poderiam ter nos ajudado talvez a dirimir algumas dessas dúvidas
2660 aí, inclusive aquela colocada pela conselheira da ANAMMA, mas então não
2661 vejo problema nisso, não é como eu estava colocando, não era aquelas
2662 Resoluções que têm urgência urgentíssima de trâmite para poder estar sendo
2663 apreciada na próxima reunião do CONAMA, na Plenária. Não sei se todos os
2664 conselheiros têm mais ou menos essa mecânica de funcionamento do
2665 CONAMA, mas às vezes nós somos demandados, nós Câmara Técnica, em
2666 função da agenda do CONAMA. Não é o caso dessa Resolução, então
2667 tranquilo, nós acatamos o pedido de vistas. Pedido de vistas então da CNI no
2668 sentido de verificar se estão contempladas algumas questões da... Na verdade
2669 é um pedido de vistas, eles vão fazer o relatório.

2670

2671

2672 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós vamos fazer o relatório
2673 e nesse meio período nós vamos conversar aqui com o Ministério do Meio
2674 Ambiente para ver se tem acordo sobre as possíveis divergências, porque
2675 nosso objetivo é trazer aqui um texto redondo já para análise dos conselheiros,
2676 para ser apreciado e aprovado. A ideia nossa é essa. Ok?

2677

2678

2679 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Tranquilo, sem
2680 problema. Eu só pergunto, nós estamos sem a transcrição ali, eu posso tocar a
2681 reunião assim ou... Estão gravando? Posso tocar? Então, quórum nós temos,
2682 não temos? Então vamos colocar em votação o pedido de vistas da CNI em
2683 relação à Resolução do PROCONVE, é uma proposta de Resolução que veio
2684 do grupo de Trabalho para ser analisada pela Câmara Técnica, que é o item
2685 2.2 da pauta. Processo 0200.000108/2011-99, Proposta de Resolução para
2686 regulamentar a responsabilidade dos fabricantes e importadores de veículos ou
2687 motores sobre as tecnologias utilizadas para o atendimento aos limites de
2688 emissão estabelecidos PROCONVE e PROMOT. Ok? Passando então a
2689 regime de votação, por favor, vamos chamar o conselheiro da ANAMMA
2690 Nacional.

2691

2692

2693 **SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL)** – Não tenho nenhuma
2694 oposição ao pedido de vistas. Aprovado.

2695

2696

2697 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Conselheiro,
2698 por favor. Ah! É o suplente do Alfredo, desculpa. É porque agora está cheio de
2699 suplente aqui com direito a voto. Vai Alfredo.

2700

2701

2702 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu também não
2703 tenho nada a opor.

2704

2705

2706 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Ok. Evandro.

2707

2708

2709 **SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Evandro Costa, da CNC, também nada a
2710 por ao pedido de vistas.

2711

2712

2713 **SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Zuleika
2714 Torquetti, da FEAM, Minas Gerais, sem objeções.

2715

2716

2717 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Márcio Freitas,
2718 do IBAMA. Também não temos objeção, aprovamos. Então foi aprovado por
2719 unanimidade aqui dos votos presentes, que são em número de seis a proposta
2720 do pedido de vistas referente a essa Resolução. Bom, com isso nós ficamos
2721 com o único ponto de pauta pendente que é essa discussão que nós temos em
2722 relação ao uso de resíduos industriais indicados como matéria prima para
2723 fabricação de produtos, fornecedores de micronutrientes, utilizados como
2724 insumo agrícola. Atendendo à sugestão proposta pela representante de Minas
2725 Gerais, Doutora Zuleika, no sentido de que nós fizéssemos agora a discussão

2726dos elegíveis, eu pergunto se há alguma objeção a que nós iniciemos a
2727discussão por aí ou se tem alguma outra proposta. Se não nós já poderíamos
2728já começar discutindo os elegíveis, lembrando que a origem dessa lista... Era
2729uma lista maior que foi depois sendo suprimida em função de garantias do
2730ponto de vista de segurança em relação à presença ou não de compostos
2731orgânicos de... Basicamente isso. O Alfredo pode explicar um pouquinho para
2732abrir a discussão, dar um mote da discussão já que ele coordenou o Grupo de
2733Trabalho.

2734

2735

2736**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Bom, de onde
2737saiu essa questão dos resíduos elegíveis? Bom, em São Paulo nós já
2738tínhamos, há bem mais tempo, um grupo discutindo essa questão de uso de
2739resíduos para micronutrientes. Então, nós tivemos a possibilidade fazer um
2740acompanhamento mais de perto nas indústrias, de como é a geração dessa
2741tipologia de resíduos, nessas tipologias de processos, como era feito o
2742gerenciamento e etc. e etc. E nisso nós sempre tivemos o Ministério Público lá
2743do Estado de São Paulo acompanhando, até por conta dos questionamentos
2744que eles têm com relação a essas práticas. O que acontece é o seguinte, tem
2745muitas tipologias de processos produtivos que geram resíduos que a princípio
2746teria a possibilidade de aproveitar Zinco, Cobre ou outras coisas. O que
2747acontece é que do que nós vimos, pela natureza dos processos que ocorrem
2748aí, podem ocorrer situações em que uma empresa estaria gerando resíduos
2749que ou por questões, assim, de inconstância no processo, ou na matéria-prima,
2750ou de processos de segregação e etc., ela ia estar gerando resíduos que ao
2751longo do tempo ia ter grande variabilidade da sua composição, ou do teor
2752parado desses compostos no resíduo. E havia uma grande, assim, confusão
2753que nós observamos nos processos gerenciais de muitas dessas empresas
2754candidatas, que foi o que levou a essa grande desconfiança, dentre outras
2755coisas, do Ministério Público do Estado de São Paulo no processo. Agora, eu
2756sou obrigado a ficar mais satisfeito porque eles não estão aqui presentes, mas
2757então eu estou resgatando uma coisa que partiu muito deles e nós, como órgão
2758estadual de meio ambiente do Estado de São Paulo, observamos. Então, para
2759não deixar a cargo dos órgãos ambientais essa questão de entender, perfil de
2760geração, como são os resíduos e etc., até porque essas tipologias não estão
2761em todos os Estados, é que nós falamos, “bom, então nós vamos fazer uma
2762Resolução”, a ideia não é engessar, mas ela já dá uma lista dos elegíveis para
2763facilitar o trabalho e evitar que fiquem batendo a cabeça no Estado para chegar
2764à conclusão à lá na frente que o resíduo não pode. Então, foi nessa linha que
2765nós fizemos. Vejam, eu chamo atenção de novo à excessiva polarização e aqui
2766nós estamos vivendo um assunto que eu, como já foi dito, sou muito sincero,
2767ocorre. Quando uma parte do extremo do polo não está presente, a outra
2768aproveita para avançar, quando as duas estão juntas fica difícil porque ficam
2769todas tentando embarcar pelas beiradas na essência e nós temos para fechar
2770que ir à essência. Então, a ideia é essa, é criar na Resolução algo que fosse,
2771assim, não deixasse muito trabalho a critério do órgão ambiental por conta da
2772natureza dos processos envolvidos e do histórico de gestão desses resíduos

2773que nós observamos nas indústrias que têm isso e esse histórico que criou no
2774Estado de São Paulo a grande resistência do Ministério Público a esta prática.

2775

2776

2777**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Um aviso aqui
2778da organização do evento, de que estaria... O som estaria muito alto, estaria
2779interferindo com uma outra sala de trabalho aqui ao lado. E nos pediram para
2780baixar o som, já foi providenciado, foi baixado um pouco o som, mas eu pediria
2781então que todos falassem bem próximo ao microfone para nós não perdermos
2782a gravação e também tentar se manter um volume adequado para que nós
2783possamos ouvir aqui, mas também não gere perturbações ao lado. Em relação
2784a esse histórico que o Alfredo fez, realmente nós temos que ter nesse
2785encaminhamento que nós estamos tendo, principalmente hoje, pela ausência
2786de um polo importante dessa discussão, nós temos que ter um certo cuidado
2787efetivamente em avançar nisso para que não fique e depois nós tenhamos que
2788retornar a esta discussão posteriormente. Mas, eu acho importante pontuar
2789isso que o Alfredo salientou, quer dizer, pelo que eu entendi basicamente, o
2790motivo da restrição excessiva estaria vinculada a uma possível falta da
2791capacidade dos órgãos estaduais em controlar, porque na Resolução está
2792previsto, isso que eu queria entender, Alfredo, é uma pergunta praticamente,
2793na Resolução está previsto que o órgão ambiental fará a avaliação do resíduo
2794previamente à aprovação da destinação do resíduo. Se nós estamos a priori
2795limitando processos industriais porque não temos segurança de que eles vão
2796atingir o padrão necessário, a única explicação é essa, quer dizer, porque se o
2797órgão avaliar ele vai saber se está dentro do padrão ou não, não é isso?

2798

2799

2800**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Olha, é um
2801pouco mais do que isso, para vocês entenderem, tudo isso parte primeiro de
2802que um processo realmente gera em resíduo que tem aquelas características
2803ao longo o tempo. O cara pode fazer em laudo de um carregamento, achar que
2804está tudo ok, aprova, e ao longo o tempo começa a sair alguma coisa que não
2805tem nada a ver com aquilo que foi aprovado naquele momento de o órgão
2806ambiental emitir aquele papel. Então, isso tem a ver com práticas confiáveis de
2807gestão ao longo do tempo. E foi uma coisa que foi questionada e o próprio
2808setor produtivo entendeu, e foi o setor produtivo que ofereceu essa lista de
2809elegíveis. Como eu disse, eu acho que foi aí que conseguiu-se produzir até o
2810momento. Então, se não entender a natureza disso, bom, nós vamos colocar
2811em votação, daí eu abro mão da minha palavra como coordenador do Grupo de
2812Trabalho e vou falar a minha palavra como Governo do Estado de São Paulo,
2813eu acho que tem que ter uma lista de elegíveis, não só por conta de questionar
2814se o órgão ambiental tem competência ou não, mas por conta de como é o
2815perfil de geração dessa tipologia dos resíduos que nós estamos falando, ele é
2816complicado, às vezes, a mesma empresa que tem o mesmo tipo de processo
2817não gera o resíduo nas mesmas condições. Então, nós podemos a princípio
2818achar que estamos falando do mesmo resíduo, mas podemos estar correndo o
2819risco de estar falando de coisas diferentes. Então, na verdade, quando se fez a
2820lista dos elegíveis, na verdade, o que nós estamos fazendo é uma lista de

2821 processos e pontos de processos muito específicos que você consegue definir,
2822 por quê? A miscelânea que pode ocorrer depois que esse negócio sair como
2823 resíduo dentro da própria empresa também pode ser grande, em função de
2824 misturar com outras coisas, de chamar alguma coisa que está em uma outra
2825 fase daquilo. Então, é uma coisa complicada para quem entendo desse perfil
2826 de geração de resíduo dessa tipologia.

2827

2828

2829 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu só vou
2830 reforçar aqui a minha questão. Eu entendo, nós sabemos que a amostragem
2831 de resíduo é uma situação difícil, é diferente de amostrar produtos. Se eu estou
2832 mostrando resíduo, normalmente resíduo sofre alteração em função da
2833 matéria-prima, de uma série de outras coisas utilizadas lá na origem. Agora, eu
2834 só queria esse esclarecimento em relação à Resolução. Eu estou entendendo
2835 que a Resolução não vai previamente aprovar o resíduo, nós temos os
2836 elegíveis e para ele ser aprovado, ele terá que ser submetido a uma avaliação.
2837 No momento em que ele foi submetido à avaliação, tudo bem que não vou ter
2838 lá uma lista específica de teor de metais indesejáveis ou de contaminantes
2839 precisa dentro do resíduo, mas eu vou ter, pelo menos, uma garantia de ele
2840 está naquela faixa que nós elegemos como passível de ser... E vai haver, de
2841 certa forma, uma certificação daquele resíduo para que ele possa ser destinado
2842 para fabricação de micronutrientes. Eu estou imaginando, eu quero dizer o
2843 seguinte, que vai haver um laudo do órgão ambiental dizendo, “olha o seu
2844 resíduo apresentou teores dentro da coisa, portanto, está aprovado dentro do
2845 intervalo de segurança ali estabelecido para destinação para a fábrica de
2846 micronutrientes, portanto, ele está aprovado para essa finalidade”. Desde que
2847 mantidas essas condições. Se amanhã ou depois eu for lá e fizer uma incerta e
2848 descobrir o resíduo está fora, ele não pode ser mais mandado. Ou não? Isso
2849 que eu queria esclarecer.

2850

2851

2852 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu vou deixar
2853 muito claro, isso no meu entendimento é algo que o grupo vai decidir além da
2854 melhor prática, analogamente ao fato, vamos ou não vamos começar a nos
2855 arriscar a fazer isso. Se é para fazer com segurança mantém a lista de
2856 elegíveis e essa vai ser a posição do Governo do Estado de São Paulo, que
2857 vem do órgão ambiental em função da nossa experiência, até o fim. Se nós
2858 formos voto vencido nisso, nós vamos ser voto vencido. Agora, assim... Você
2859 entendeu?

2860

2861

2862 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu só queria
2863 entender a sistemática, eu não estou questionando isso agora porque eu acho
2864 que nós vamos ter a oportunidade da discutir.

2865

2866

2867 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu sei. Eu estou
2868 falando que isso é um ponto crucial, talvez o ponto que levou a nós termos aqui

2869hoje essa proposta de Resolução. Se não fosse isso talvez nem essa proposta
2870que nós estamos conversando hoje, nós teríamos. Então, até que ponto você
2871vai querer dar flanco de quem não queria essa Resolução, nos questionaremos
2872em outras instâncias, nós vamos decidir aqui. Porque não se trata de uma
2873tipologia de resíduos de um processo que aquilo lá é estabelecido e
2874inequivocamente sempre vai ser aquilo. Se trata de uma indústria que está
2875fazendo um monte de mágicas para recuperar esse Zinco e esse Cobre que é
2876difícil e sobra uma coisa que tudo que você pode chamar de subproduto
2877resíduo é uma questão de nuance, à medida que vai desenvolvendo e onde
2878você mistura isso ao longo de todo o processo. É uma tipologia de indústrias
2879cujos processos pode parecer os mesmos, mas não necessariamente o de um
2880vai ser igual de outro. Então, a ideia não foi fazer uma lista de resíduos
2881elegíveis, mas se nós não formos fazer uma lista de resíduos elegíveis, tem que
2882fazer algum critério para definir o que é porque essa lista de elegíveis de
2883resíduos, como eu falei, sempre vão ser gerados daquele mesmo jeito daquele,
2884tem a possibilidade de segregar daquele jeito, de gerenciar daquele jeito. Então
2885você tem uma certa garantia por definição que ao longo o tempo tem condições
2886do fazer uma gestão adequada para não estar levando, na prática, resíduo com
2887um monte de metal, que excede tudo que poderia e agora aqui eu assumo o
2888discurso dos nossos colegas, nesse ponto eu fecho com eles porque nós
2889temos a nossa vivência no Estado de São Paulo. Gente, essa polemização
2890que vocês enxergam aqui que eu acho elementar porque tudo tem a ver com
2891um Estado só, ela é decorrente dessa visão mais profunda que nós do órgão
2892ambiental e o Ministério Público temos nessa questão no Estado de São Paulo.
2893E o que eu estou trazendo aqui não é só experiência do Grupo de Trabalho que
2894durou quatro anos, eu trago a experiência da CETESB de 16 anos. Nessa linha
2895por isso que nós conseguimos atuar e tem essa coisa de falar que está falido,
2896que o órgão ambiental não faz, não é verdade porque ao longo o tempo nós
2897conseguimos realizar bons trabalhos a ponto de empresas que eram execradas
2898pelo Ministério Público hoje foram elogiadas por representante da própria
2899instituição. Então, é fruto de um longo trabalho de inspeção, de
2900reconhecimento. Então, é nessa linha que eu coloco. Se tiver que abrir isso, no
2901meu entendimento, é por uma decisão econômica e não é a favor, daí eu
2902concordo que nós começemos a ir contra efetivamente o princípio da
2903precaução. Essa é minha posição como coordenador do Grupo de Trabalho. O
2904que eu acho que seria possível, não sei, até se tentou fazer, acabamos não
2905tendo tempo, é ampliar a lista dos elegíveis, trabalhar em algum critério além,
2906que tipologia de processo dentro dessa tipologia de indústria é elegível?
2907Porque tem coisas que vai variar muito de uma empresa para outra. Eu não sei
2908se ficou claro.

2909

2910

2911**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA) –** Ficou. Doutora
2912Sueli.

2913

2914

2915**A SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL) –** Bem, eu fui dirigente
2916órgão estadual por vários anos também e o que nós devemos observar é que

2917 nós vamos estar tratando de uma coisa que vai valer para o Brasil, e talvez
2918 essa não seja uma realidade de Municípios, mas de Estados e eu gostaria sim
2919 de ter a oportunidade de levar essa questão ao meu Estado, de conversar isso
2920 com os Municípios e com o próprio Estado porque nós também temos vivência
2921 de alguns resíduos que estão sendo monitorados há anos. Então, há que se
2922 verificar se nós não teríamos mais alguns que caberiam nessa lista, até para
2923 dar oportunidade também no Estado de se fazer esse aproveitamento.

2924

2925

2926 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Então, é aquilo
2927 que eu falei, haveria a possibilidade de avançar na lista respeitando esse
2928 conceito de que tem que definir qual processo específico e qual a etapa
2929 específica desse processo específico gerou resíduo. Não sei talvez nós
2930 déssemos um tempo dentro da Câmara para se levantar. Como eu falei, aquilo
2931 que eu falei, pode até existir a informação, mas se ela não chegou do Grupo de
2932 Trabalho de nenhuma maneira, para nós ela não existe. E também, houve
2933 tanta dificuldade de avançar em face de uma estratégia recorrente de não se
2934 regulamentar, que nós não tivemos tempo para avançar. Então, eu acho assim,
2935 nós podemos avançar numa lista de elegíveis ou nomeando resíduos
2936 específicos, ou dando critérios muito claros do que é um resíduo elegível, mas
2937 deixar isso totalmente solto tendo em vista essa categoria de processos, eu
2938 não estou falando... Agora não estou questionando as empresas, é pela
2939 natureza dos processos, vai tirando o que pode e se vira nos trinta para tirar
2940 um pouco mais e vai sobrando coisas. Foi o que eu entendi dos seminários que
2941 nós fizemos que veio pessoal de várias empresas aí, ou pelo menos esteve
2942 presente... Quem foi no seminário?

2943

2944

2945 **SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL)** – Eu queria
2946 complementar...

2947

2948

2949 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Algumas
2950 empresas que participaram e mostraram isso.

2951

2952

2953 **SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL)** – É Alfredo. A lista
2954 não um salvo conduto para aquelas tipologias ali, todas elas tem que ser
2955 submetidas a...

2956

2957

2958 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Não porque tem
2959 que provar.

2960

2961

2962 **SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL)** – A uma
2963 caracterização prévia para verificar se aqueles padrões todos são atendidos.

2964Então eu acho que nós temos segurança já com o que está colocado na
2965Resolução para trabalhar um pouco mais e avançar nessa lista

2966

2967

2968**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Avançar na lista
2969eu não vejo problema nenhum. E só deixar totalmente aberto a critério do
2970Estado é que pode eventualmente complicar e dar margem a que continue
2971práticas que são as práticas que levaram... Gente, eu estou falando aqui não é
2972atoa esses quadros de grande resistência que emana do Ministério Público e
2973das ONGs do Estado de São Paulo, não é atoa. Eu estou procurando ser mais
2974elegante nas minhas colocações, mas nós sofremos juntos as dificuldades na
2975prática para chegar nessa proposta.

2976

2977

2978**A SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL)** – Realmente eu não
2979estou falando de nenhuma aventura, eu estou falando de levantar aqueles
2980resíduos que já estão sendo monitorados há algum tempo e que nós possamos
2981ter segurança a respeito deles.

2982

2983

2984**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – O que foi feito?
2985O setor produtivo, dentro do que foi possível no tempo disponível, ofereceu
2986uma lista, daí o que nós fizemos? Sentamos representantes do setor produtivo,
2987da CETESB e do Ministério Público, e com base no que nós temos de registro
2988histórico de dados de análise dessas tipologias de resíduos “olha, esses têm
2989grande chance de passar no critério”. É o exemplo daqueles que nós estamos
2990falando que são poeiras de... Sistema de controle de poluição do ar, de
2991processo de combustão que nós achamos. “Olha, esses têm grande chance
2992de dar uma dioxina ou furano, alguma coisa. Por isso que também nós não os
2993recomendávamos”. Isso pode ser ampliado, não houve tempo hábil dentro do
2994tempo do Grupo de Trabalho.

2995

2996

2997**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutora
2998Zuleika.

2999

3000

3001A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG) – Zuleika, 3002FEAM, Minas Gerais. Eu gostaria de fazer algumas ponderações. Entendo as 3003justificativas do colega da CETESB, sobre a discussão no GT que gerou a 3004necessidade de estabelecer essa lista. Consigo compreender os motivos que 3005levaram a isso e o critério de segurança que foi adotado para estabelecer essa 3006lista nesse momento. Então, acho que uma vez que foi amplamente discutido e 3007já foi consensuado no grupo, entendo que seria razoável então que fosse 3008mantida a lista na Resolução. Porém, eu tenho uma preocupação, da forma 3009como está colocado aqui, somente esses resíduos poderiam ser utilizados 3010como fonte de micronutrientes, nesse momento, no atual estágio de 3011conhecimento que nós temos. E eu percebo que hoje chega até os órgãos 3012ambientais algumas propostas de utilização de resíduos que são até perigosos, 3013que não é o caso aqui, mas resíduos não perigosos com potencial sim de 3014utilização interessante. Se a CONAMA restringe a uma lista, o órgão ambiental 3015não pode ser menos rigoroso. Então, ele não poderia em tese nem acatar 3016aquele pedido, avaliar aquele pedido que chega até ele como uma proposta de 3017utilização de resíduos, que dentro da linha da valorização dos resíduos, eu 3018ressaltei aqui, que eu acho que nós temos que caminhar para isso. Então, eu 3019vejo isso com uma certa preocupação. Por outro lado, no mesmo artigo onde 3020consta a lista, existe um parágrafo que dá uma ressalva por meio dos órgãos 3021estaduais, poderiam ser admitidos outros resíduos, desde que o órgão estadual 3022caminhasse o pedido para o CONAMA para que o CONAMA então 3023acrescentasse mais um, ou dois, ou três resíduos nessa lista. É óbvio gente, 3024esse procedimento é um procedimento complexo, ele não acompanha a 3025dinâmica da atividade econômica, porque primeiro, depende de uma 3026organização do órgão ambiental para elaborar essa proposta, poder trazer aqui 3027nessa Câmara, discutir, passar todos os ritos de tramitação aqui nesse 3028Conselho. Então, eu vejo que talvez nós poderíamos ser um pouco mais 3029flexíveis ao dizer que, aí coincidindo um pouco com a linha de pensamento aí 3030já colocada pelo presidente, da competência dos órgãos ambientais para 3031analisar casos semelhantes, desde que os critérios técnicos aqui estabelecidos 3032fossem comprovados pelo interessado. Então, o Estado, o órgão ambiental 3033estadual estaria assumindo a responsabilidade de autorizar o uso de um 3034determinado resíduo não listado aqui como fonte de micronutrientes para a 3035fabricação de fertilizantes, desde que o gerador tivesse licenciado o receptor, o 3036fabricante de micronutrientes também, todos os critérios aqui estabelecidos 3037fossem atendidos e tudo mais, e que a comprovação disso ficaria a cargo do 3038interessado, do gerador ou da fábrica de micronutrientes, do fabricante de 3039micronutrientes. E outra questão, eu fico um pouco preocupada também com a 3040proposta que está aqui de que o órgão ambiental então deveria se manifestar 3041em documento dizendo, está autorizada a utilização desse resíduo. Nem todos 3042os órgãos tem esse tipo de procedimento administrativo, por exemplo, em 3043Minhas Gerais a forma de fazer essa autorização é dentro do escopo do 3044processo de licenciamento ambiental. Então, eu tenho duas possibilidades, ou 3045o gerador ao licenciar a sua unidade já conclui no seu plano de gerenciamento 3046de resíduos sólidos a destinação daquele resíduo para aquela finalidade, ou 3047seja, a licença dele já sai com essa autorização "embutida", porque faz parte 3048do gerenciamento de resíduos, ou ele inicia uma atividade devidamente

3049licenciada e com o passar do tempo ele vê uma oportunidade de caminhar o
3050resíduo para essa finalidade, e aí sim ele solicita uma alteração do seu plano
3051de gerenciamento de resíduos. De qualquer forma isso tem que ir ao Conselho
3052para poder ser agregado à licença ambiental daquele gerador. Então, eu fico
3053um pouco receosa porque apesar de ser uma norma federal, existem
3054diferenças de procedimentos estaduais que também têm ser contempladas
3055nessa norma aqui.

3056

3057

3058**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só para
3059entender, você disse que tem que ir ao Conselho Estadual de Meio Ambiente
3060para alterar a licença? É isso?

3061

3062

3063**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Sim, para
3064alterar a licença porque faz parte então do Plano de Gerenciamento de
3065Resíduos do gerador, porque ele não é o responsável pela destinação correta
3066do resíduo? Se essa destinação é uma utilização num outro estabelecimento
3067industrial, isso tem que estar aprovado. E a forma de controlar isso é através
3068da fiscalização ou então do inventário de resíduos que ele tem que declarar
3069anualmente ao Estado, que é outro mecanismo de controle.

3070

3071

3072**SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Na minha visão,
3073eximir disso é outro flanco que nós abrimos para falar que nós não estamos
3074agindo com precaução. Então, essa autorização foi uma outra maneira de fazer
3075com que o órgão ambiental esteja mais ligado a essa movimentação específica
3076do resíduo, porque o que nós entendemos é: o cara ter que dar uma
3077destinação final adequada, agora, levar o resíduo dele para chegar o produto
3078na agricultura é uma outra história, vai além do licenciamento e da necessidade
3079de gerar. Então, é por isso que nós fizemos essa coisa que de alguma maneira
3080o Estado autorize cada um desses resíduos. Pode não ser. Em São Paulo nós
3081faríamos isso porque nós já emitimos o CRAD, Certificado de Aprovação de
3082Disposição, mas vocês estão entendendo que a obrigação dele é dar uma
3083destinação adequada, agora, autorizar que o resíduo dele pode ir parar no solo
3084agrícola, está abrindo flanco de novo. Agora, todo o pessoal da área da saúde
3085que questiona o que nós estamos pondo na comida que o pessoal está
3086comendo. Então, eu chamo a atenção gente, vocês estão começando a
3087enxergar a dificuldades deste grupo, quando não tem uma parte que puxa para
3088um lado, a outra parte vai procurar puxar bastante para o outro lado e nós
3089temos que ter cautela, senão nós vamos fazer uma coisa que nós estamos
3090perdendo ferramentas de controle que se amanhã nós tivermos que nos
3091defender, falar: “Olha, nós estamos agindo com precaução”. Tem a lista dos
3092resíduos elegíveis, tem a necessidade da autorização resíduo por resíduo, que
3093remete que o Estado tem que saber que esse resíduo vai parar na agricultura,
3094ou seja, uma série de coisas que nós estamos a reconhecer que isso são
3095procedimentos da Agência de Controle adicionais pelo fato de o resíduo estar
3096chegando na área agrícola e não simplesmente por estar tendo um

133

3097gerenciamento adequado. Eu não estou querendo ser chato, eu estou
3098mostrando os princípios que nortearam nós chegarmos à proposta que fez. Se
3099não fosse isso, talvez não haveria proposta.

3100

3101

3102O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA) – Alfredo veja
3103bem, eu entendo, acho que todos nós aqui, acho que você deixou bem claro, o
3104ponto de corte e a dificuldade que nós estamos enfrentando nessa Câmara.
3105Uma coisa que eu sempre critiquei no CONAMA, e para mim está aparecendo
3106aqui nessa Câmara Técnica, justamente por força daquilo que eu salientei hoje
3107de manhã, que nós aqui temos uma representação mais equânime da
3108composição do CONAMA é exatamente que na hora que se discute
3109Resoluções, Grupo de Trabalho, o grande ausente, eu sempre senti falta disso,
3110até porque por força de uso do cachimbo, eu também sempre me sinto nessa
3111situação entre o mar e o rochedo que o Alfredo está aqui descrevendo, que é
3112como todos nós nos sentimos. Os órgãos reguladores sempre ficam entre o
3113mar e o rochedo, então nós sabemos como funciona, o mar e o rochedo, nós
3114estamos acostumados a levar lambada dos dois lados. Então, a verdade é que
3115a ausência desse ente regulador nas discussões, nos Grupos de Trabalho leva
3116a essa situação que nós estamos vivendo aqui hoje. Não por acaso quem está
3117fazendo aqui, relativizando a questão são aos órgãos reguladores porque estão
3118vendo que esta regulação ela é um pouco distinta em cada Estado e que tem
3119nuances e como é que nós contemplamos essas nuances. Eu acho que é uma
3120questão que nós vamos ter que enfrentar aqui de alguma maneira. E existem
3121alternativas. Eu só quero dizer assim, eu acho que o enfrentamento, para mim,
3122isso que eu queria propor assim, porque a ideia hoje é nós termos uma...
3123Equalizar um pouco as opiniões em relação aos pontos mais polêmicos, esse é
3124um ponto polemico sem dúvida. Eu acho que nós fomos muito felizes hoje na
3125escolha dos pontos que nós discutimos aqui de maneira genérica porque
3126realmente são os pontos que pegam, o Alfredo está nos validando aqui em
3127termos de opção, está salientando que realmente é o ponto crucial. Eu vejo que
3128tem alternativas para isso, a primeira nós reconhecemos que precisa haver
3129uma lista de elegíveis, eu acho que isso dá uma segurança por um lado da
3130tipologia que nós estamos tratando. A segunda questão é que eu acho que nós
3131temos que tratar com um certo dinamismo essa lista sobre risco de tornarmos
3132engessarmos e tornamos isso inexequível, porque aí é um outro problema.
3133Ontem teve uma conselheira que veio me pedir, me perguntar até uma consulta
3134que eu confesso que não conheço exatamente como está funcionando com o
3135novo Regimento Interno, mas ela entende que nós temos que revisar aquela
3136norma de destinação de lodo de estação de tratamento de esgoto. Eu como
3137trabalhei com isso muito tempo, eu sei muito bem do que ela está falando
3138porque quando eu operava estação nós destinávamos para a agricultura com
3139uma série de cuidados, depois que saiu a Resolução eu perguntei para o
3140pessoal da estação, não trabalho mais lá, mas perguntei como é que estava.
3141Ninguém mais faz isso, vai para o aterro sanitário. Olha, em plena época que
3142nós estamos discutindo aí reuso e todo potencial energético que nós temos na
3143geração desses subprodutos da digestão, nós ficamos “pomba”, eu estou
3144mandando isso para um aterro sanitário que às vezes nem licenciado está? É
3145complicado. Então, e aí nós vamos ter que rever a Resolução, a Resolução é
3146recente, eu acho que é pertinente que se reveja, porque o objetivo da
3147Resolução também não é tornar impraticável. Então, esse é o limita que nós
3148como órgãos reguladores temos, é o fio da navalha que nós temos que
3149encaminhar, se eu abusar do princípio da precaução, eu inviabilizo a situação

3150que eu quero solucionar, eu vou acabar conduzindo a uma outra destinação
3151ambiental às vezes pior do que aquela que eu estou preconizando aqui. Não
3152sei se é o caso, mas acho que é um parâmetro para nós pensarmos. Então,
3153que alternativas nós temos do ponto de vista de artifício legislativo, eu diria.
3154Bom, colocar os elegíveis em um anexo é uma possibilidade, trabalhar com
3155uma... Talvez nesse parágrafo que está em amarelo aqui, que diz que o Estado
3156tem que submeter ao CONAMA, talvez pensar numa outra forma de torna-lo
3157elegível, que não seja necessariamente rever a Resolução do CONAMA, aí
3158talvez a lista do anexo, ou um outro procedimento. Só estou apontando
3159algumas coisas para nós discutirmos melhor e aprofundar melhor, e de
3160antemão eu proponho o seguinte, que essa questão dos elegíveis, não sei se...
3161Pelo menos com os representantes aqui hoje na Câmara Técnica nós
3162guardemos aquela ideia da Daniela, quer dizer, vamos voltar para as nossas
3163bases e vamos trazer propostas de novos elegíveis, talvez até nós possamos
3164pensar numa consulta a outros órgãos estaduais de meio ambiente que aqui
3165não estão presentes, que nos indiquem qual é a prática que está sendo
3166adotada lá na região, como estão trabalhando com isso, ou até convidá-los, ou
3167até talvez fazer um seminário com eles, sei lá. Eu não sei da viabilidade
3168também, mas eu já provoquei a Adriana no sentido de que é preciso que em
3169algum momento o CONAMA banque a vinda dos órgãos Estaduais de Meio
3170Ambiente, e tem que bancar assim, não como Conselheiros porque eu já
3171trabalhei em órgão do estado e eu sei como é, todo mundo quer vir para
3172Brasília, então daqui a pouco vem o diretor do órgão e não vem o técnico que
3173está trabalhando com as... Tem que vir o especialista, daí talvez a ideia do
3174Seminário, de um encontro, alguma coisa desse tipo, que nós pudéssemos
3175propiciar pelo menos das regiões mais regiões mais afetadas a isso, Sul,
3176Sudeste, algumas do Nordeste que lidam com essa situação, a Bahia foi citada
3177aqui. Não sei, é uma sugestão que eu deixo aqui para discutirmos.

3178

3179

3180**SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Só para ampliar
3181o entendimento disso. Ninguém está falando que nós estamos engessando
3182resíduo X ou Y, da empresa X ou Y. O que eu estou querendo dizer é que não
3183pode deixar em aberto, nós temos que definir tipologias de resíduos geradas
3184em etapas específicas de processos. Vocês estão entendendo? Essas
3185tipologias têm mais do que uma empresa que gera. Eu não estou falando como
3186alguém sugeriu que nós estamos... “Ah! Desse jeito só pode ser os resíduos da
3187empresa A”. Eu estou falando que a Resolução tem que dizer que tipologia de
3188resíduo é elegível, no sentido de que etapa desses processos de zinco, cobre,
3189ou seja, o que for, porque vir um resíduo, porque tem alguma etapa que ele vai
3190estar com outras características que é bobagem falar que pode porque o
3191ensaio não vai comprovar depois, ou então ao longo do tempo, se fizer a
3192gestão, vai mostrar que teve tanta variação que vai ter que caçar a autorização
3193do resíduo e daí vai falar “olha, está vendo, autorizaram essa coisa e está indo
3194realmente o que não deve para a agricultura e contaminando as crianças,
3195pelo amor de Deus!” É nessa linha, gente, que nós temos que pensar. Se não
3196tiver uma lista de elegíveis tem que ter um critério, como nós vamos definir
3197esse resíduo que é elegível? Daí você substitui, pode até colocar em anexo

3198 como exemplificativa, para dar uma ideia, mas se eu tiver que votar na posição
3199 de São Paulo, eu vou dizer que tem que ter uma lista de resíduos elegíveis
3200 porque eu enxergo a dificuldade. Agora, eu acho que é interessante trazer
3201 mais... Sei lá.

3202

3203

3204 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu entendi. O
3205 que o Alfredo está dizendo está bem espelhado nos itens 7, 8 e 9 da lista de
3206 elegíveis que são três escórias de cobre, com geração em processos distintos
3207 e que têm esqui... Uma está pintada de vermelho, as outras não estão. Aqui
3208 nós já vemos como no detalhe que a Resolução está indo. Só isso.

3209

3210

3211 **A SR^a. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL)** – Eu acho que a ideia
3212 do seminário, se nós conseguirmos viabilizar é a melhor delas, eu acho. Dando
3213 oportunidade de que Estados e Municípios, eu acho que nós poderíamos ver
3214 isso, ANAMMA ou ABEMA também juntos com o Ministério para promover
3215 esse seminário, definir a lista, vamos dizer assim, nós já fechamos que tem que
3216 ter uma lista para definir a listagem.

3217

3218

3219 **SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Zuleika,
3220 FEAM, Minas Gerais. Eu acho que um seminário por si só, ele vai ser mais um
3221 evento onde se vai ficar discutindo essa questão sem muita produtividade.
3222 Talvez fosse mais interessante, através da ABEMA fazer uma consulta aos
3223 órgãos ambientais, por escrito, porque aí essa consulta chega no técnico que
3224 conhece do assunto, para tentarmos ver se existe a possibilidade de ampliar
3225 essa lista de elegíveis, como o Alfredo falou, não deu tempo de fazer isso no
3226 GT, colocando resíduos que sigam as mesmas regras aqui estabelecidas, para
3227 tentar abranger um pouco mais outras tipologia. Isso é interessante, mas
3228 também não é suficiente porque nós podemos deixar de fora algum que tenha
3229 viabilidade. Então, eu acho que poderíamos talvez trabalhar nas duas frentes,
3230 tentando ampliar a lista de elegíveis, mas também flexibilizando um pouco mais
3231 essa questão da inclusão de um resíduo...

3232

3233

3234 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Me ocorreu uma
3235 questão aqui que não sei se é viável do ponto de vista, certamente é inovadora
3236 do ponto de vista das Resoluções do CONAMA ou do comportamento das
3237 Câmaras Técnicas. Mas uma coisa que é muito frequente é que nós fazemos
3238 frequentemente, às vezes em algumas situações no IBAMA, é colocar em
3239 consulta pública uma instrução normativa antes dela ser promulgada. Não
3240 estou propondo que nós façamos consulta pública, mas o que nós poderíamos
3241 fazer talvez é uma consulta específica, não pública, uma consulta específica, aí
3242 nesse caso nós poderíamos até ampliar um pouco, seria uma consulta
3243 específica aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente pontuando algumas
3244 situações que nós identificaríamos aqui como críticas, uma é a lista de
3245 elegíveis, a outra pode ser a questão da autorização dos resíduos, da forma

3246de controle. E no sentido de consulta-los sobre a viabilidade do que está
3247proposto, e no caso de não concordarem, propor uma alternativa que seja
3248factível. E com esse tipo de consulta específica, direta, porque eu também
3249tenho medo dessas consultas por escrito porque às vezes caem na mesa
3250errada, ou dormem em uma mesa e não chegam. Então, se nós abrimos um
3251processo formal, remete oficialmente, dá um prazo e dá uma forma de retorno,
3252quem se manifestou, se manifestou, encerrou a consulta e aquilo depois
3253ninguém vai poder dizer: “Pomba! Mas esse é inexequível, isso não fomos
3254consultados”. É uma alternativa nessa linha.

3255

3256

3257**A SRª. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL)** – Eu gostei dessa
3258ideia, acho que talvez a melhor consulta específica a ser feita fosse aos nossos
3259conselhos Estaduais, porque nos Conselhos Estaduais nós temos os diversos
3260setores representados, da agricultura, da saúde, dá um prazo.

3261

3262

3263**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mas aí abre a
3264discussão e fica complicado, eu acho. Aí nós vamos estar...

3265

3266

3267**A SRª. SUELI PASONI TONINI (ANAMMA NACIONAL)** – Mas aí lá você tem
3268todos os setores representados.

3269

3270

3271**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Isso não
3272funciona, me desculpe, mas isso não funciona. Márcio, uma sugestão é a
3273seguinte, quando nós...

3274

3275**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vamos só ouvi-
3276la, depois eu te passo a palavra.

3277

3278

3279**A SRª. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – É só um
3280esclarecimento e uma sugestão. Quando você começou a falar eu também
3281fiquei com a mesma sensação de consulta pública, eu acho que, enfim, é um
3282mecanismo que nós temos possibilidade de executar, agora, sempre que nós
3283vamos para uma consulta pública nós já temos algum modelo construído.
3284Então, eu estou achando que nós estamos indo lá na frente para achar uma
3285consulta de uma coisa que nós não construímos ainda. A primeira coisa que
3286nós precisamos ter é a Minuta. Eu acho que todos os Conselheiros que aqui
3287estão representados, eles estão representando um setor e eu acho que sempre
3288que eu falo para vocês que eu vou consultar os meus pares, os meus pares
3289não sou eu conversar comigo mesma ou só com as pessoas que vêm para cá,
3290mas meus pares significam outras instituições também ligadas ao setor saúde
3291ou não, enfim, temos pares fora do setor saúde também. Então, o primeiro
3292dever de casa começa conosco mesmos aqui, nós Conselheiros nos
3293aprofundarmos, trazer uma proposta e dessa proposta feita, se é um seminário,

3294se é uma consulta pública, se são ambos, acho eu acho que nós podemos ter
3295as duas coisas, mas concordo que seminário nós não saímos com nada,
3296seminário é um Grupo de Trabalho rápido que não evolui muito para nada
3297diferente do que nós temos hoje. Então, eu acho que nós temos que finalizar o
3298que nós temos aqui de dissensos, tentar trazer propostas para ver se nós
3299construímos consensos aqui na Câmara Técnica e disso construído, aí sim
3300nós... Mas nós podemos, de um Estado para o outro que não está aqui
3301representado pedir um parecer técnico, eu acho que dentro do cada setor isso
3302é louvável e deve ser feito. E depois tentar construir alguma coisa aqui
3303primeiro, porque Grupo de Trabalho nós exploramos muito, nós fomos relatores
3304desse Grupo de Trabalho, então eu sei a exploração o tanto que foi. Então,
3305depois disso, nós pensarmos em outros mecanismos de consulta.

3306

3307

3308**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só para
3309esclarecer minha proposta. Obviamente ela seria já assim numa versão que é
3310como se faz com uma Consulta Pública, quer dizer, já temos a versão final e aí
3311você submete, mas por que eu fiz a sugestão? Isso não seria, obviamente,
3312nesse momento, seria lá no final quando nós tivermos com o boneco da
3313Resolução pronto. Antes de nossa votação final aqui, digamos. Mas por que eu
3314estou propondo essa consulta específica? Porque são estes... E aí tem uma
3315particularidade que eu acho que cabe salientar, concordando em gênero e
3316número com a Daniela diz. Quem vai usar essa Resolução são os Órgãos
3317Estaduais de Meio Ambiente. O IBAMA vai usar muito pouco. Quem mais vai
3318usar essa Resolução são os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Então, nada
3319mais Justo de que nós consultemos se está adequada porque se não tiver vai
3320servir para São Paulo, talvez sirva para Minas, mas vai deixar outros Estados
3321da Federação a descoberto, correndo o risco de todas as coisas que nós
3322sabemos Alfredo, nós vamos ter que justificar os nossos valores orientadores,
3323os coeficiente, mas aquela sua explicação em relação aos sólidos São Paulo e
3324de Minas eu acho que é... Eu já trabalhei em órgão estadual, eu sei que nós
3325temos sensibilidade para essa relatividade e basta ver o modelo pré-
3326lançamento de efluentes líquidos, que não é muito mais menos preciso do que
3327esse que está sendo proposto aqui e todo mundo aceita. Então, vamos lá.

3328

3329

3330**SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu tenho uma
3331sugestão para fazer isso de uma maneira mais objetiva, que seria reproduzir
3332aqui na Câmara uma metodologia que foi feita no Grupo de Trabalho e
3333funcionou. O que aconteceu no âmbito do GT? Não estava o nosso colega da
3334CNI, mas estava o nosso colega da ANA, ele trouxe uma lista de elegíveis que
3335nós trabalhamos em cima. Então veja. O que acontece? Nós já vimos no
3336seminário que existe uma geografia específica desses geradores elegíveis do
3337Brasil. Então, precisa envolver toda a população brasileira nesse discurso,
3338então qual é a minha sugestão? O nosso colega da CNI? Não são resíduos
3339industriais? Eles não representam o setor? Ele traria, “tem tais relações de
3340resíduos elegíveis”, “não, não trouxe, ampliada não, trouxe essa aqui que estão
3341dizendo que é limitada” Pelo amor de Deus! Ele traria isso, faria a consulta às

3342bases e nós temos... Olha. Isso aqui é... A Geografia da geração é essa. E faz
3343alguma consulta mais direta para os órgãos desse Estado, para que vai
3344envolver o Amapá nisso que não tem nenhum resíduo gerado e não tem
3345nenhum fabricante de micronutrientes e talvez seja muito caro chegar lá esse
3346treco. Então, eu proporia para efetivamente uma coisa bem mais objetiva nessa
3347linha, ele propõe uma coisa que ele consulta as bases deles, nós pegamos
3348confrontamos isso com o representante do órgão ambiental daquele Estado
3349que ele vai dizer que tem porque não é o Brasil inteiro, isso nós já vimos, tem
3350uma predominância, porque senão nós damos oportunidade do cara que faz
3351cavaquinho de não sei o quê, cheio de cromo, cádmio e chumbo, querendo
3352disputar essa disputa tão difícil que nós estamos vivenciando aqui. O que
3353você dessa ideia? Nós estamos na Câmara uma metodologia que ocorreu no
3354GT e funcionou e que gerou isso. Olha gente, para ter essa proposta de coisas,
3355nós precisamos botar a nossa cabeça muito para funcionar porque é difícil.
3356Vocês entenderam?

3357

3358

3359**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu acho muito
3360válido tudo isso que está sendo proposto aqui. Eu quero dizer, assim, Alfredo,
3361eu sei que você tem um sentimento meio ambíguo em relação a essa
3362Resolução. Agora, eu não tive a oportunidade de fazer isso, eu peguei o bonde
3363andando aqui dessa Resolução, mas eu quero dizer que, para mim, ela está
3364muito bem elaborada. Eu acho que ela está... Chegamos em um ponto ainda
3365mais considerando todas as incertezas e essas dificuldades que nós temos
3366aqui. Acho que nós avançamos muito.

3367

3368

3369**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu não tenho
3370sentimento ambíguo nenhum com essa Resolução, e agora vou lhe dizer, em
3371minha opinião, do jeito que ela está, ela já está boa, simplesmente eu tenho
3372uma duplicidade de posições. A minha posição como representante do Órgão
3373do Estadual e a minha posição como coordenador do grupo.

3374

3375

3376**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Essa talvez seja
3377a razão da ambiguidade.

3378

3379

3380**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu não tenho
3381ambiguidade, eu tenho as duas, mas eu tenho claro. Está claro? Como Órgão
3382Ambiental eu vou até um limite de precaução, mas como coordenador do
3383Grupo de Trabalho eu tenho que considerar o que Grupo de Trabalho teve uma
3384parcela que levava esse limite de precaução além. Então, é isso que nós temos
3385que enxergar bem. Eu não tenho ambiguidade. Na minha versão ela está muito
3386boa, se tivesse um pouco mais de tempo de avançar poderia estar bem melhor,
3387mas esses preceitos todos que eu estou falando, eu não tenho ambiguidade
3388nenhuma.

3389

3390

3391 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Senhor
3392 presidente, Zuleika, da FEAM/MG. Eu acho que uma proposta não exclui a
3393 outra não. Eu entendo que a Daniela falou em consultar os pares, ou seja, eu
3394 posso até consultar. A FEAM pode consultar o Órgão Ambiental do Rio de
3395 Janeiro, não tem problema nenhum, seria melhor que isso fosse feito pela
3396 ABEMA, ou pelo IBAMA não sei. Daria um pouco mais assim de um caráter
3397 talvez mais institucional. E também acho a CNI poderia distribuir isso à
3398 indústria, o setor produtivo na tentativa de perceber qual é a visão deles do
3399 potencial do uso desses resíduos para essa finalidade. E aí sim tentar... Não
3400 estou chamando sua lista de limitada, viu Alfredo? Pelo contrário.

3401

3402

3403 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Ela é limitada,
3404 eu também reconheço.

3405

3406

3407 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – E não estou
3408 discordando dela não.

3409

3410

3411 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Só que não pode
3412 ampliar ela de qualquer jeito.

3413

3414

3415 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Eu sei, eu
3416 também concordo, e a minha posição aqui é essa, nós temos que ter cautela
3417 para mexer nisso, mas também acho que corremos o risco sim de engessar
3418 demais a norma e dificultar o trabalho do Órgão Ambiental. Então, eu acho que
3419 as duas propostas são cabíveis aqui agora.

3420

3421 **O SR. WANDERLEY BAPTISTA COELHO (CNI)** – Wanderley, CNI. Bom,
3422 todos os resíduos listados na Resolução partiram de nós. Nós que
3423 apresentamos uma proposta na nossa visão e aí o professor Alfredo trouxe um
3424 novo elemento que é a preocupação quanto à variabilidade da composição
3425 desses resíduos, por isso a questão do processo é tão importante para por
3426 conta da questão de alguns contaminante que são desejáveis. Nós podemos
3427 ampliar a consulta além do setor de fertilizantes, pegar o setor mineral, pegar
3428 algum outro setor, mas realmente não é tão diferente assim em relação aos
3429 Órgãos Ambientais de ter retorno não. Eu falo já vocês que não é não. Nós
3430 temos retorno sim de algumas empresas, uma delas está aqui até apresentou o
3431 trabalho, um trabalho de sete anos de pesquisa, não é um trabalho de ontem e
3432 que nós vamos tentar ampliar isso, mas não vamos trazer tanta coisa. A minha
3433 grande preocupação, acho que é a mesma do Márcio e da Zuleika, é tentar
3434 pensar em critérios minimamente aceitáveis para que os resíduos possam ser
3435 elegíveis, que não seja consultivo não, que seja elegível sim, mas eu teria
3436 pensar em critério, pode ser, por exemplo, sabe Alfredo, de eu exigir no
3437 monitoramento desse resíduo, de maneira periódica aqueles elementos que eu

3438acho mais preocupantes para aquele processo, isso pode ser feito. Não é
3439simplesmente fazer uma classificação, uma análise e está aqui e fica para
3440sempre não. Eu poderia, por exemplo, isso tem que ser analisado, pensado se
3441eu não posso apresentar para aqueles elementos que eu acho que são
3442preocupantes e aí eu entro na questão dos resíduos gerados em processos
3443térmicos que são a sua grande maioria, que têm esse perfil, saber que ele pode
3444ou não adequar, mas mediante sim, a dados, a estatísticas de que possa ter
3445certa segurança de estar empregando isso. Nós sabemos disso, que resíduo
3446varia mesmo, não é só esse; qualquer resíduo varia que é a função da matéria-
3447prima, do processo industrial, da tecnologia que as empresas utilizam, mas eu
3448acho dá para nós pensarmos nesse critério. A ideia que eu traria além de tentar
3449ampliar a lista é tentar trazer aqui alguma proposta de critérios, ver se nós
3450conseguimos a tentativa de conseguir algo que vocês não conseguiram no GT
3451pelos motivos que você já bem citou aqui da discussão, de não querer
3452regulamentar. Márcio seria isso, a CNI se compromete de fazer essa consulta,
3453mas eu acho que talvez, nós sozinhos não sejamos suficientes. Eu acho que os
3454Órgãos Ambientais poderiam nos ajudar também.

3455

3456

3457**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Só uma questão.
3458Eu queria que colocasse na tela para todo mundo ler o § 1º do art. 3º da
3459Resolução. Olha isso aqui é uma coisa... Irani, você me ajuda, é a coisa que
3460veio da primeira minuta que a AMDA propôs no Estado de São Paulo, setor
3461produtivo, e veio até o fim sem mudar. Olha lá, olha o que está escrito lá. § 1º:
3462os resíduos devem gerados... Daquele que está lá na tela, o Art. É o 3º, § 1º.
3463Os resíduos devem ser gerados em empresas ou empreendimentos
3464devidamente licenciados, óbvio, pelos órgãos competentes, mas onde resistam
3465sistemas de produção capazes de garantir a manutenção das características
3466desses materiais, dentro dos padrões que os caracterizam, que seria ao longo
3467do tempo. Essa é o preceito básico que foi oferecido pelo próprio setor para
3468definir de que resíduos nós estamos falando. Então, como isso ainda tem um
3469grau muito grande de objetividade, nós fomos tirando ao longo do tempo, o
3470máximo possível o grau de objetividade para ficar uma Resolução que seja
3471efetivamente clara e amanhã alguém não venha dizer que tal órgão autorizou
3472tal coisa, que quando ele analisou e mandou... Emitiu aquele laudo assim, mas
3473que ao longo o tempo tem absurdo ali naquele negócio. Então é disso que nós
3474estamos falando. Nós estamos falando de uma coisa que é mais complexa, se
3475ela não fosse tão complexa não haveria tanta resistência e tanta polêmica.
3476Então, vocês começam agora a enxergar de onde saem os graus de
3477complexidade para regulamentar isso. Então, aí tem em pista de como que nós
3478podemos evoluir. Foi daí que saiu tudo.

3479

3480

3481**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Está dentro do que eu
3482coloquei aqui e agora. Wanderley, CNI. Eu acho que nós podemos colocar isso
3483como critério de fato de controle de qualidade do resíduo porque eu observei
3484na sua fala, Alfredo, que o grande senão seu em relação à questão dos
3485resíduos, dos pós-cinzas captados em sistema de desempoeiramento é a

3486 grande possibilidade de contaminação orgânica e também a variabilidade disso
3487 porque as matérias-primas realmente variam. Nós sabemos disso. Agora, tudo
3488 bem, controlar, mas ainda posso até um algo mais do tipo assim, tudo bem,
3489 você monitora e me informa, ao longo do tempo eu vou verificar de fato se está
3490 acontecendo ou não. Pode ser uma maneira de dar segurança que talvez hoje
3491 não tenha aqui descrito.

3492

3493

3494 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Aí Wanderley,
3495 que entra essa questão dos Órgãos Estaduais que eu estava falando antes, por
3496 que... E também nós temos que entender o seguinte, que um dos problemas do
3497 resíduo não é só a variabilidade dele, é a questão da amostragem porque ele
3498 não é homogêneo como os outros produtos são. Então, essa questão da
3499 confiabilidade da análise também é complicada porque a amostragem é
3500 complicada. Então, isso também é uma... Eu estava dizendo aqui que um dos
3501 problemas, por isso nós estávamos nos inclinados para a questão dos Órgãos
3502 Ambientais opinarem, primeiro pela viabilidade disso e em segundo porque nós
3503 sabemos que a amostragem de resíduo é complicada. Então, a própria análise
3504 pode ser contemplada em função de que a amostragem não tenha sido feita de
3505 maneira adequada e etc., por se tratar de resíduo que é uma coisa
3506 heterogênea. . Então, enfim, eu estou entendendo que dessa nossa discussão
3507 está ficando claro que alguns pontos que nós tínhamos dúvida aqui, têm
3508 dúvidas, foram devidamente... Isso assim, o histórico que... Por isso que é
3509 muito importante a participação de nós como conselheiros, eu me incluo como
3510 consultor, como Conselheiro novo para discutir esse assunto, o histórico do
3511 Grupo de Trabalho está trazendo à tona de que muitas dessas discussões já
3512 foram levantadas lá, já foram exaustivamente discutidas e reforçam um pouco
3513 aquela ideia que o Alfredo sempre tem batido aqui de que esse estágio da
3514 Resolução é o estágio possível dentro de todas essas complexidades que nós
3515 estamos licitando aí. Nada disso nos impede de tirar mais algumas dúvidas e
3516 tirar mais algumas casquinhas nessa linha que nós estamos propondo, que eu
3517 acho, concordo com a Zuleika, acho que uma coisa não exclui a outra. Talvez
3518 nós tenhamos que considerar essas duas coisas, quer dizer, até que ponto vale
3519 a pena solicitar de novo a CNI uma nova lista, e até que ponto não vale a pena
3520 fazer o que o Alfredo está dizendo que é também selecionar os OEAMs a
3521 serem consultados em função da tipologia industrial e da localização deles
3522 geograficamente. Acho que tudo isso vem no sentido da racionalidade e de
3523 uma coisa que nos interessa muito aqui que é da objetividade de nós
3524 alcançarmos o resultado desejado em um tempo mais curto do que
3525 aparentemente se possa levar, quer dizer, o menor tempo possível, mas sem
3526 perder a precisão aqui.

3527

3528

3529 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Então, Márcio,
3530 só aproveitando. Nós chegamos a essa possibilidade da Minuta em função de
3531 uma estratégia que o grupo estabeleceu no primeiro dia. Iam ocorrer as
3532 Reuniões Ordinárias do Grupo de Trabalho e todos os assuntos que nós
3533 elencamos de polêmicos foram tratados paralelamente. Então, não foi só

3534 Grupo de Trabalho se reunindo aqui e discutindo. Teve muito seminário de
3535 assuntos específicos, paralelos, como sessões extraordinárias do Grupo de
3536 Trabalho, mas teve muito trabalho em off tanto do setor produtivo, quanto do
3537 órgão ambiental e tanto do setor produtivo, junto com o órgão ambiental, visita
3538 técnica do Grupo a várias empresa produtoras de micronutriente, geradores de
3539 resíduos elegíveis. Então, realmente só viabilizou isso porque nós enxergamos
3540 o trabalho e planejamos muito bem e com coisas extraordinárias. É por isso
3541 que eu falo que se deixar muito solto nós não vamos chegar a lugar nenhum,
3542 realmente tem que sistematizar em função da natureza da coisa.

3543

3544

3545 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – não sei se mais
3546 alguém quer se manifestar em relação a isso. Eu queria fazer uma proposta
3547 concreta de encaminhamento dos próximos passos nossos. Porque eu acho
3548 assim, nós hoje discutimos aqui praticamente três pontos, um foi a tabela, o
3549 outro foi a questão da importação e o outro foi a questão lista de elegíveis. Não
3550 sei se tem mais alguma outra questão desse gênero para nós tocarmos, mas o
3551 que talvez nós pudéssemos agora consolidar como processo de trabalho era
3552 efetivamente aquela proposta inicial da Zuleika de nós nos debruçamos sobre a
3553 Resolução, avaliar, apesar de que nós já fizemos de certa forma isso, já
3554 pintamos de amarelo e de vermelho os pontos que nós entendemos que devam
3555 ser melhor discutidos, nós até abrir um pouco morais para que possam surgir
3556 eventualmente outro pontos. E aí na próxima reunião nós começaríamos
3557 discutindo esses pontos. Aí nós faríamos como normalmente se faz em Grupo
3558 de Trabalho ou mesmo na Plenária do CONAMA, passaríamos a Resolução
3559 ponto a ponto, vendo destaques, sugestões e discutindo ponto a ponto e nas
3560 próximas reuniões nós trabalharíamos dessa forma, podendo até se vocês
3561 entenderem que ainda temos um tempo começar já isso agora, ou se vocês
3562 entenderem que é necessário primeiro a consulta aos pares, então nós
3563 fazemos primeiro a consulta aos pares e começa a trabalhar dessa forma a
3564 partir da próxima reunião. Daniela, por favor.

3565

3566

3567 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Daniela Buosi,
3568 Ministério da Saúde. Só é uma sugestão, para nossa reunião anterior o que
3569 nos deu base para o debate foi justamente o parecer de cada um dos setores.
3570 Isso ajuda bastante porque eventualmente eu vou vir, eu espero não ter que
3571 trazer um arsenal de consultores para me ajudar e eu não tenho a capacidade
3572 de todos os pontos, e quando eu sei que tem um ponto que pode ser puxado
3573 para cima ou para baixo, ou alguma argumentação que seria interessante eu
3574 ou contra argumentar, ou concordar com aquela argumentação. Se eu tenho a
3575 capacidade de ter acesso a essa informação antes da reunião da Câmara
3576 Técnica, acho que isso é produtivo para todos nós. Eu acho que nós temos
3577 trabalhado nas últimas reuniões dessa maneira e isso ajuda bastante até para
3578 que nós venhamos não só a apresentar aquilo que nós entendemos como a
3579 nossa proposta, mas entender se a nossa proposta ela está coerente ou se ela
3580 está discordante de uma outra proposta do outro setor, e que ponto que nós
3581 podemos aproximar, quer dizer, eventualmente eu posso fazer uma proposta

3582de uma forma, vir um outro setor propor, mas eu posso saber até onde eu vou
3583me aproximar dessa proposta. Se isso chega com antecedência por meio de
3584um parecer, de uma nota técnica, enfim, eu acho que isso ajuda a todos nós a
3585entender o que nós vamos estar discutindo aqui, porque senão vai ser mais
3586uma reunião para na próxima... Porque eu não tenho elementos para decidir,
3587porque o que o outro trouxe eu não pensei. Eu acho que nós vamos
3588postergando para muitas outras Câmaras Técnicas. Então, se nós pudermos
3589trabalhar na mesma sistemática que nós fizemos na passada de que cada um
3590envia o parecer dentro do prazo regulamentar do Regimento do CONAMA, eu
3591acho que isso ajuda bastante.

3592

3593

3594**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu só acho
3595Daniela, que eu vejo o contrário, eu acho que nós corremos o risco de reabrir
3596aqui uma discussão mais técnica, que a meu ver os pareceres já estão lá,
3597estão todos eles nos site do CONAMA, o parecer do MMA, todo nós já estamos
3598não terceira reunião discutindo isso. O que eu colocaria para contemplar essa
3599sua preocupação, que eu acho que é válida, é o seguinte, quer dizer, nós no
3600momento em que nós fôssemos andando ponto a ponto, os pontos que nós
3601entendermos que não dá para vencer porque não está seguro em relação, aí
3602sim nós abriríamos esse ponto específico, mas não de uma maneira geral abrir
3603para pareceres porque nós já tivemos, veja bem, pareceres dos órgãos na
3604segunda reunião, tivemos o seminário na terceira reunião. Então, eu acho que
3605agora nós temos que trabalhar um pouco em cima disso que nós recebemos de
3606subsídio e se houver, e eu entendo a sua preocupação e ela é pertinente, se
3607houver um ponto que eu fiquei em dúvida, fiquei inseguro se eu aceito a
3608posição que foi trazida aqui em termos de contemplar o artigo ou não, aí sim
3609nós botamos esse ponto em verde agora e trazemos na outra reunião com
3610mais subsídios para discutir, porque nós temos muito pontos, já levantamos os
3611pontos polêmicos, tivemos parecer em relação a eles e nós até agora não
3612discutimos esses pontos ainda. Então, em algum momento nós temos que
3613discutir para entender a motivação.

3614

3615

3616**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Posso
3617explicar. Márcio veja só, nós fechamos aqui em três pontos que você acabou
3618de lembrar, tabela, importação e lista de elegíveis. A lista de elegíveis nós
3619estamos dizendo que pode ser proposta uma nova lista. Então, se chega aqui
3620com uma nova lista e não eu visitei essa lista antes de vir para a reunião, eu
3621simplesmente vou dizer não sei. Se eu puder visitar essa lista com 15 dias de
3622antecedência, por exemplo, se nós vamos trabalhar como a questão da fita de
3623disponibilidade, estava ali entre meio e um, eu vou me aprofundar nesse
3624assunto, que eu não tenho a menor ideia, discutimos isso inclusive agora no
3625almoço, não sei, não sou especialista nisso, mas eu vou trazer uma ideia do
3626setor saúde quanto a esse ponto. Se nós já pudermos saber que... Eu não vou
3627dizer nem meio, nem um, vou dizer 0,75, é muito mais interessante que se
3628saiba, do que na hora falar “não pensei nisso, vou pensar para a próxima”. Não
3629é um novo parecer porque quando nós pedimos aquele parecer nós ainda

3630estávamos na linha de se vamos ou não regulamentar. Então, inclusive se nós
3631visitarmos os pareceres tem parecer lá contrário à regulamentação. Nós
3632estamos em uma outra fase, agora já decidimos, vamos regulamentar, vamos
3633revisitar a lista dos elegíveis. Então, por que não ter conhecimento do que o
3634outro setor está pensando antes? Porque senão é isso que vai acontecer. Eu
3635vou vir para cá para dizer: “Não sei, vou voltar para casa e estudar de novo”.

3636

3637

3638**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não, mas veja
3639bem Daniela, nós não vamos reabrir completamente a discussão. Eu estou
3640entendendo que agora nós vamos, ao contrário, fechar o texto. Nós já temos
3641aqui os pontos polêmicos anotados, por exemplo, você deu um exemplo da
3642lista. Bom, a lista é um grande ponto polêmico, esses três que nós tratamos
3643hoje aqui são grandes pontos polêmicos, esses grandes pontos polêmicos
3644justificam depois um seminário, qualquer outra coisa, até não estou
3645preocupado com eles agora. Eu estou preocupado agora de nós reduzirmos o
3646número de amarelos e vermelhos que têm aqui, se nós ficamos com dois ou
3647três, ficarmos com a lista de elegíveis e ficar com a tabela, está bom. O texto,
3648por exemplo, de importação o MMA tem uma proposta, já colocou, está no site.
3649Então, esse é um ponto que nós podemos discutir na próxima reunião. Essas
3650outras coisas, um considerando proposto pelo Planeta Verde, um termo, se nós
3651usamos efetivos, ou se não usa, isso nós poderíamos tudo limpar e deixar
3652essas... Por isso que eu fiz primeiro essas discussões dos gerais porque eu
3653entendo também que esses gerais, esses sim nós vamos precisar aprofundar
3654um pouco mais, se é 0,5, se é 1,0, se é 0,75, esse dá mais pano para a manga.
3655Agora, se nós vamos trabalhar com... Como é que nós vamos tratar a questão
3656do importado, como é que nós vamos redigir o artigo que fala nisso e naquilo,
3657nessas redações nós podemos avançar e limpar, por exemplo, todos os
3658amarelos na próxima reunião.

3659

3660

3661**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Para entender
3662a proposta na próxima reunião nós avançarmos na redação. Então, nós não
3663vamos entrar em outros pontos, tabelas e lista de elegíveis.

3664

3665**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Posso fazer uma
3666sugestão? Na próxima reunião nós avançamos na leitura ou limpar mais a
3667Resolução e nós podemos combinar aqui, já que nós vamos discutir a tabela. A
3668sugestão da Daniela talvez seja quem for aportar a informação não traz na
3669reunião, apresenta antes para ele por no site com certa antecedência, para a
3670pessoa consultar quem de direito para trazer opinião. Você entendeu ? Eu acho
3671que pode e vamos deixar ponto da lista dos elegíveis lá para o fim, que dá mais
3672tempo de acionar o setor produtivo, de ver os Órgãos Ambientais que vão
3673participar e fechar.

3674

3675

3676**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Acho que pode
3677ser. Eu não tenho nenhuma oposição. Talvez me gerado uma certa

3678preocupação o termo parecer, que são tantos pareceres que eu já estou... Uma
3679segunda versão.

3680

3681

3682**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Nós
3683começamos a fazer uma Minuta de Resolução com objetivo e aí monta um
3684Grupo de Trabalho e daqui pouco não sai um Franckstein e não saiu o objetivo.
3685Então, quando eu falo parecer porque nós trabalhamos muito em cima de Nota
3686Técnica, é com esse objetivo muito claro, por isso que eu falei. Nós temos três
3687pontos aqui, tabela, importação e lista com elegíveis, nós não vamos mais falar
3688sobre somos contra ou a favor à Resolução, superamos essa fase, ninguém
3689mais vai falar em resíduo perigoso, superamos essa fase. Então, é daqui para
3690frente, não precisa repetir o parecer anterior, mas em cima desses pontos que
3691estão causando dissenso, se ele apresenta uma lista com 400 itens e eu só
3692venho aqui com dois eu vou falar: “nossa! Estou me sentindo incapacitada”.
3693Agora, se eu souber que além daqueles que nós já discutimos, ele tem esse,
3694esse e esse, eu vou estudar para vir para a reunião da Câmara Técnica mais
3695preparada até para debater, eu não estou falando ainda em decidir não, nem
3696votar e nem nada, mas para debater mesmo, Márcio, porque assim, os meus
3697consultores são muito externos a Brasília e se toda reunião tiver que trazer,
3698primeiro é isso, vamos abrir ou não vamos para quem está; se só o
3699Conselheiro vai falar, o Conselheiro tem que ser aqui um dicionário, uma Bíblia,
3700uma enciclopédia, sei lá, um Google. Então, era só para me apropriar. Eu
3701detesto vir para um troço para falar: “eu não sei não, eu vou voltar para
3702estudar, na próxima”... Então é uma perda de tempo e até porque nós não
3703ficamos marcando reunião de Câmara Técnica todo mês, ou, enfim, imagino
3704que esse ano nós só tem mais umas duas e olhe lá. Só para poder.

3705

3706

3707**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só esclarecer
3708duas coisas, primeiro eu não tenho nada contra consultores e nem contra dar a
3709palavra para os consultores. Se eu sou um pouco inflexível é porque eu entendi
3710que era esse o nosso objetivo e isso tinha sido combinado. Nos pontos
3711polêmicos, quando nós tivermos que entrar em questões mais técnicas é bem
3712vinda a participação dos consultores e nós faremos e daremos como demos
3713hoje um dia inteiro nessa nossa reunião, nessa nossa 3^a reunião demos um dia
3714inteiro para eles aqui, foram só eles que falaram, nós só ouvimos. Não tem
3715nada contra isso, Daniela, vamos deixar isso bem claro. Segunda questão...

3716

3717

3718**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Não foi uma
3719crítica para começar a acirrar os ânimos. Eu digo consultores no sentido...

3720

3721

3722**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Cachorro
3723mordido por cobra tem mesmo de língua.

3724

3725

3726 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – É. Mas eu não
3727 sou nem cachorro nem cobra. Então assim, só para deixar esclarecido, não é
3728 uma crítica a abrir, é uma crítica a por várias eu fiquei com dúvida, eu levantei
3729 fui ali com os universitários e tirei. Se nós viemos preparados, nós precisamos
3730 menos dos universitários. É nesse sentido que eu estou falando.

3731

3732

3733 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Deixa eu só
3734 terminar minha fala que vai ficar mais claro o que eu quero dizer.

3735

3736

3737 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Eu só quero
3738 deixar registrado que não foi um crítica, Márcio.

3739

3740

3741 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Foi. Mas não
3742 tem problema. Não tem problema, Daniela, eu acho que a crítica é bem vinda.

3743

3744

3745 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Eu estou
3746 dizendo isso porque os consultores que eu trago me custam porque eles
3747 moram fora de Brasília. É nesse sentido que eu estou colocando. Então assim,
3748 eu realmente gostaria de vir preparada porque eu posso debater com eles por
3749 vídeo conferência, por telefone, do que ter essas pessoas aqui. Então, não foi
3750 uma crítica a abrir palavra a consultor de maneira nenhuma porque o dia que
3751 for uma crítica eu vou dizer que é. Não tenho problemas com isso não.

3752

3753

3754 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vamos lá. É
3755 difícil esse negócio, mas vamos ao ponto. Eu acho que uma questão que nós
3756 temos que consensuar aqui sob pena de retrocedermos a nossa discussão e
3757 que eu considero muito importante, é nós não vamos reabrir muito as
3758 discussões em relação a esse ponto. Eu acho que mais do que frisado aqui o
3759 quanto se avançou e o quanto foi difícil chegar ao ponto que nós chegamos.
3760 Então assim, o que está passível de discussão? Está passível de discussão os
3761 elegíveis, mas com toda a limitação já que se falou aqui de que não vai se
3762 ampliar muito isso, não tem como se ampliar muito isso, não há de se ampliar
3763 muito isso, mas também não se pode correr o risco de sair daqui sem saber se
3764 isso vai ser engessante ou não. Então, nós temos que garantir, na verdade, é
3765 uma segurança nossa se esse ponto do corte estabelecido pelos elegíveis ele
3766 é factível, efetivo, e se ele garante os princípios de precaução que todos nós
3767 aqui temos. Então, só para nós deixarmos claro, nós não vamos abrir aqui uma
3768 nova inscrição de elegíveis, nós vamos afinar essa que já está colocada aqui.
3769 Idem em relação ao modelo, parâmetro de tabela, nós podemos voltar a
3770 discutir se é 0,5 ou 1,0, se não ser pode 0,75, mas não vamos aqui pensar em
3771 novo modelo fundamentalmente. Eu estou entendendo isso, só queria que nós
3772 tivéssemos isso claro entre nós e se temos acordo nisso. Se temos aí que eu
3773 passo para a outra questão, Daniela, que eu acho que não é caso de... Nós

3774 não vamos ter mais assim, uma questão tão em aberto e tanta necessidade de
3775 tantos consultores ou de tantos seminários e discussões daqui para frente
3776 porque eu entendo que essa fase de consolidação técnica já foi feita. O
3777 discurso que eu fiz hoje, eu acho que nós já temos uma boa base técnica para
3778 tomada de decisão política que é o nosso papel aqui, embora sejamos técnicos
3779 e tal, esse um fórum de decisão, não é um fórum de discussão técnica mais.
3780 Eventualmente se faz nova consulta, eventualmente se faz o que se precisar
3781 fazer em termos de trabalhos técnicos para subsidiar isso, mas se e somente
3782 se, nós chegarmos à conclusão de que é necessário e de que está faltando
3783 técnica para tomar decisão. Aí sim. Então, é só assim, por isso que eu tenho e
3784 aí eu retomo a minha preocupação inicial, justamente nós termos claro alguns
3785 pontos de corte, por isso eu não queria que nós voltássemos para pareceres e
3786 tal. Agora, eu concordo contigo que se, por exemplo, vier de cada Conselheiro
3787 uma proposta de redação não tem problema nenhum botar essa proposta de
3788 redação no site e disponibilizar antes. Não há nenhum conflito em relação a
3789 isso. Agora, quando você falou parecer, Nota Técnica, eu te digo, eu não quero
3790 mais ler parecer, não quero mais ler Nota Técnica. Eu quero discutir um pouco
3791 e se precisar aí eu gero uma nova necessidade de Nota Técnica. Porque pelo
3792 que se leu aqui do processo, já há pareceres e Notas Técnicas em profusão
3793 aqui e nós já sabemos o dividido por mil lá que a saúde salientou e que o
3794 Alfredo já deixou claro onde nós estamos dividindo por mil. Então nós temos
3795 que discutir se é por 1000 ou por 100, mas com essa incerteza colocada sobre
3796 a nossa cabeça e, inclusive com a certeza de que não teremos certeza. Antes
3797 da Doutora Zuleika.

3798

3799

3800 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Eu queria
3801 sugerir um encaminhamento. Eu entendo a preocupação da Daniela e ela
3802 coloca ali muito bem porque nós também estamos em uma posição que temos
3803 que ter muito responsabilidade ao decidir sobre essa matéria. Então, as coisas
3804 têm que ser muito bem equacionadas aqui nessa discussão. Eu acho que no
3805 momento que ela falou de parecer, talvez a ideia seria o seguinte, a minha
3806 sugestão, como nós temos esses três pontos que foram colocados, a tabela, a
3807 questão da importação e a lista, os elegíveis, talvez os Conselheiros que
3808 quiserem nós poderíamos estabelecer um prazo para que cada um
3809 apresentasse por escrito a sua análise do que foi discutido aqui e a sua ideia,
3810 até mesmo de redação da Resolução. Após em consulta aos seus pares, ou
3811 seja, para a Daniela se posicionar com relação à tabela ela vai estudar questão
3812 da fito/disponibilidade, como ela já falou, vai consultar quem ela achar por bem
3813 consultar, para ter segurança naquilo que ela vai propor. E como nós fizemos
3814 da última reunião para cá, o Adriano manda os e-mails lembrando, “olha é o
3815 último dia e tal”, para poder apresentar, por que... Outra pergunta, eu não sei,
3816 talvez não tenhamos uma reunião em julho, se a próxima reunião for em agosto
3817 há um tempo possível para que cada um aqui possa escrever, pensar um
3818 pouco melhor, estruturar melhor uma ideia e colocar por escrito para que esse
3819 documento fosse compartilhado entre os Conselheiros num prazo de 10, 15
3820 dias da próxima reunião para que eu pudesse conhecer as opiniões dos outros
3821 e já chegar aqui com uma visão já mais concreta, porque eu concordo com a

3822Daniela, nós temos que otimizar o nosso tempo. Eu acho é isso que todo
3823mundo está querendo, aí depois se ainda restarem dúvidas aí sim, vamos
3824chamar o especialista tal, fazer um seminário, consultar o Órgão Ambiental de
3825todo o País. Não sei. Então, a minha sugestão seria essa, cada um faria a sua
3826análise, aqueles que não quiserem fazer, tudo bem.

3827

3828

3829**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só para
3830esclarecer então, Zuleika, se eu entendi bem a proposta, porque eu tinha feito
3831uma proposta ao contrário, que é começar dos amarelos para chegar nos
3832vermelhos. Vocês estão propondo dos vermelhos para os amarelos é isso?

3833

3834

3835**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Eu acho
3836que os vermelhos e os amarelos, aqueles que tiverem condição até opinar
3837sobre a redação que o façam e compartilhem com todos, porque aí se eu tive
3838tempo ela não, ela vai ler o que eu pensei e estou concordando. Se otimiza o
3839trabalho da próxima reunião.

3840

3841

3842**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – É só por uma
3843questão de método, porque se nós ficamos discutindo português falta tempo
3844para discutir o técnico. Então, na próxima reunião eu gostaria que nós
3845sentíssemos o avanço, eu acho importante até do ponto de vista psicológico.
3846Eu não tenho problema em relação a por onde vamos começar, se pela
3847redação ou pelo vermelho, talvez até seja bom mesmo atacar logo os nós
3848górdios aqui da Resolução, mas é só para nós termos claro, estabelecer um
3849método que eu acho que isso é importante, senão nós podemos também
3850perder efetividade na reunião.

3851

3852

3853**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Podemos
3854começar pelos vermelhos que são os pontos mais polêmicos, se sobrar tempo
3855parte para o texto em si da resolução.

3856

3857

3858**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Entendi.

3859

3860

3861**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Só uma questão,
3862Márcio, para deixar uma coisa aqui que acho que precisa ficar bem clara até o
3863fim dessa reunião que é o seguinte, no meu entendimento no grupo aqui está
3864aceitando, porque nós já falamos a história do perigoso e falamos do
3865importado, mas grupo então está aceitando que não pode ter orgânico no
3866resíduo, então é não detectável pelo método analítico e estamos aceitando que
3867pode ter uma quantidade que nós consideramos razoável de inorgânicos e o
3868modelo vai ser o da CETESB, e aí que nós estamos... Eu estou querendo

3869saber por que nós vamos continuar conversando? Tem outro modelo para...
3870Apareceu algum outro? O modelo é toda aquela equação e parametrização.

3871

3872

3873**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alfredo, eu
3874estou entendendo também assim...

3875

3876

3877**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Quando eu falo
3878modelo não é nossa proposta de valor final, é um modelo, aquele anexo todo.

3879

3880

3881**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Isso.
3882Eventualmente alguém pode acrescentar uma parcela na fórmula.
3883Eventualmente se achar... Se eventualmente alguém achar e justificar isso,
3884também não vejo problema, mas também concordo que nós estamos partindo
3885já do... Daniela.

3886

3887

3888**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Só porque eu
3889acho que agora você fez um... Tentou organizar, Márcio, de uma maneira tal
3890que é assim, pelas falas eu fiquei muito preocupada com a lista, colocando
3891bem sinceramente, por quê? Porque o Rocca sugeriu ao Wanderley que
3892fizesse essa consulta, quer dizer, essa lista pode se ampliar, lógico que talvez
3893não absurdamente, mas eu acho que cada compostinho que aumente, eu vou
3894precisar estudar ele porque nós nos debruçamos em cima realmente daquilo
3895que está proposto hoje. Eu acho que isso é importante sim para nós
3896entendermos o que pode vir. Eu acho que não precisa ser um parecer, não
3897precisa ser uma Nota Técnica, pode ser uma cartinha de um para o outro, não
3898tem problema, mas é só entender em cima desses pontos específicos o que
3899cada um está pensando em aumentar ou até se nós fizermos alguma proposta
3900de retirar alguma coisa, que vocês também saibam para poder fazer uma
3901contra argumentação, porque senão eu vou apresentar aqui: “olha, tinha essa
3902lista eu sugiro ainda tirar isso aqui por isso, por isso e por isso”. Ai vai ficar
3903então para a próxima, a mesma coisa, tanto inclusão quanto exclusão. Eu acho
3904que tudo justificado porque estou sugerindo incluir ou excluir, mas enfim. Eu
3905acho que assim, eu concordo com você que se nós não dermos uma avançada
3906nós começamos a ficar com aquela sensação de dever não cumprido, mas eu
3907não consigo imaginar fazer uma avaliação para escrever a cartinha se eu não
3908ler a Minuta da resolução como um todo. Então uma coisa vem da outra. Então
3909acho que podemos matar a Minuta porque isso do português às vezes pega,
3910mas eu acho que nós evoluímos mais rápido do que é uma tabela e do que é
3911uma lista, mas que isso já venha também para estarmos preparados, que aí
3912sobrando tempo nós possamos visitar essas coisas todas porque eu não
3913consigo dissociar uma coisa da outra. Eu acho que nós temos que realmente
3914avançar, evoluir aí nos processos. Então, eu acho que metodologicamente
3915falando dá para fazer as duas coisas, mas se nós pudermos ter, não precisa
3916ser um parecer formal, uma Nota Técnica, enfim, mas pelo menos a opinião

3917daquilo que vai ser trazido para a reunião, eu acho que nos garante bons
3918termos de discussão.

3919

3920

3921**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só para
3922pontuar, a importação tem uma proposta já específica do Ministério do Meio
3923Ambiente que está no site. Então dá para partir delas já.

3924

3925

3926**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Wanderley, CNI. Bom, a
3927experiência que eu tenho já da Resolução 420, a Resolução 430, e outras
3928resoluções complexas que nós analisamos aqui na Câmara, eu sou de opinião
3929que eu começaria pelos pontos mais fácil que os mais difíceis. Eu começaria.
3930Eu não concordo com a coisa dita pelo Doutor Alfredo, quer dizer, eu tenho
3931essa desconfiança, perguntei agora ao nosso colega aqui da Produquímica,
3932não detectável para substancias organiza, Alfredo, significa fechar todas as
3933empresas de micronutrientes do Brasil, inclusive a dele. Não vai ter uso de
3934micronutrientes, não vai ter porque todos os países do mundo regulamentam
3935um limite aceitável. Então, essa questão, por exemplo, eu não tenho
3936concordância. Eu acho que esse é um ponto que nós vamos ter que discutir
3937sim. Então, você pode até falar aqui, eu tive liberdade de consultá-lo porque
3938não detectável nós vamos discutir tecnologias para tornar isso não detectável e
3939pelo que eu entendo não é possível, os países não determinam dessa maneira.
3940Eu acho que tem ter um limite aceitável. O risco nós vamos assumir, antes de
3941vocês... É nessa questão de responder essa questão. Então, eu me proponho
3942nós estabelecermos uma data mandar as contribuições, tanto da parte amarela
3943como da parte vermelha, se nós tivermos, eu sinceramente vou tentar fazer
3944isso para todo o texto, se não tiver condições não vou colocar, prefiro vir de
3945discutir aqui com os Conselheiros a melhor maneira de fazer porque nós
3946sabemos muito bem que a melhor questão é a questão do consenso, levar
3947esse assunto nós estamos vendo a dificuldade aqui, quando esse assunto
3948chegar na Plenária... Apenas essa observação.

3949

3950

3951**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu só queria
3952colocar uma coisa. Nesses anos todos do Grupo de Trabalho o setor produtivo
3953teve oportunidade de se manifestar, nunca ninguém falou e sempre concordou
3954com a questão dos orgânicos. Eu coloco uma coisa, se isso aqui está difícil a
3955hora que colocar aqui que tem que ter orgânico... Então, na qualidade de
3956coordenador do Grupo de Trabalho, eu vou dizer para toda a Câmara,
3957esquece. Não pode ter Resolução de micronutrientes. Sabe por quê? Como
3958nós vamos estabelecer? Qual é o limite aceitável de orgânico no solo sendo
3959que nós não os temos no solo? Quem é que vai ser o corajoso que vai
3960estabelecer um valor limite de orgânico para solo? Por definição quando você
3961faz valor de referência de qualidade, orgânico é não detectável. Então, eu vou
3962dizer uma coisa Márcio, assim, de coordenador para Grupo de Trabalho, para
3963coordenador da Câmara, se isso entrar aqui de volta esqueçam a Resolução
3964porque daí vai ser um problema seriíssimo. Nós tivemos quatro anos para que

3965isso fosse colocado e efetivamente discutido no Grupo de Trabalho. Nunca
3966ninguém colocou. É óbvio que não ter orgânico significa que é não detectável
3967pelo método analítico. Então, nós precisamos pensar muito bem o que nós
3968estamos querendo porque veja, como eu falei, é só tirar do Grupo a parte que é
3969mais a favor da precaução para que a outra parte queira continuar avançando.
3970Então, isso é um processo que eu vivenciei nos últimos quatro anos e se nós
3971aceitarmos ele dentro dessa Câmara pode esquecer Resolução. Me
3972desculpem, mas aí isso vai ser um pau legal. Eu não sei, houve quatro anos
3973para que essa discussão fosse levada no Grupo Técnico, uma discussão
3974seríssima que precisaria ter sido levada. Trazer agora essa discussão de
3975orgânicos em resíduos aqui para a Câmara, então eu falo, volta para o Grupo
3976de Trabalho, porque aí sim vai ter matéria suficiente para nós ficarmos seis
3977meses discutindo.

3978

3979

3980**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que vamos
3981terminar voltando ao Grupo de Trabalho mesmo porque eu vejo que cada um
3982que fala aumenta as incertezas e as polêmicas. Então Márcio, eu proponho, eu
3983vejo que nós não temos nem como fazer um encaminhamento total porque há
3984muita coisa, eu preferiria... Está aqui há 30, dia 28 ou 30 de julho se fizesse
3985uma reunião e quem tiver as contribuições o faça, e nessa data nós teríamos
3986uma coisa mais amadurecida, que eu acredito que nós vamos voltar ao Grupo
3987de Trabalho.

3988

3989

3990**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu queria fazer
3991um apelo. Nós temos um trem que está tentando ir para algum lugar e não
3992cabe muita gente nesse trem. Se ficar igual esses trens bolivianos, sei lá, esses
3993que entra muita gente, tem quebra e não vai para lugar nenhum e o que eu
3994estou vendo é gente tentando pegar carona de última hora. Me desculpe,
3995gente. E olha, se tiver entrar essa coisa de orgânico, então a minha posição é
3996volta para o Grupo de Trabalho porque vão ser seis meses de pau para discutir
3997que orgânico nós vamos aceitar ali no solo sendo que ele não tem nada de
3998orgânico. Então, precisamos tomar muito cuidado. E a outra coisa q tinha
3999combinado é que Conselheiro também não ia ficar consultando mais aqui os
4000consultores. Gente, eu sou muito imparcial, aconteceu coisa desagradável hoje
4001de manhã, nós perdemos uma contribuição importante aqui, com toda
4002dificuldade que eu estive eu declaro que nós perdemos uma contribuição
4003importante aqui. E eu ai conclamar ao coordenador para trazer aquelas
4004contribuições de volta porque tudo bem, eles são excessivamente a favor da
4005precaução, mas colaboraram até o último momento para construir a Resolução.
4006Então, eu faço um conclamo, vamos tomar muito cuidado com o que nós
4007estamos fazendo aqui hoje. Se tiver que votar para falar que pode ter orgânico
4008nesses resíduos, volta para o Grupo de Trabalho, talvez daqui um ano ou dois
4009nós possamos ter alguma ideia de quantos orgânicos pode ter nesses
4010resíduos.

4011

4012

4013 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Por isso que eu acho
4014 que as reuniões não podem ser muito espaçosas, tem até que antecipar para
4015 28 ou 30 de julho para avançar, porque se botar para agosto e setembro ainda
4016 vai ficando mais difíceis as coisas. Então, nós poderíamos no dia 28 ou dia 30
4017 de julho, daqui uns 30, 32 dias, trazer essas coisas mais esquematizadas e
4018 avançar em determinadas propostas.

4019

4020

4021 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – E temos uma
4022 limitação que é a estrutura do CONAMA para nos dar suporte, aí é uma decisão
4023 que fica com o DCONAMA e não conosco. Cabe uma consulta de nós
4024 sabermos da viabilidade da próxima reunião. Tem que consultar o CONAMA
4025 para saber. A Daniela estava antes, depois a...

4026

4027

4028 **SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Eu só queria
4029 manifestar a minha absoluta concordância com o que o Rocca acabou de
4030 colocar. Eu acho que assim, nós temos que primeiro respeitar os processos,
4031 foram quatro anos, do Rocca, extremamente cansativos e mais outros quatro
4032 anteriores a isso, desde que o processo foi aberto, porque senão não nós
4033 voltamos para o Grupo de Trabalho, não adianta discutir aqui. Se toda vez que
4034 um Grupo de Trabalho debate um tema e delibera sobre esse tema, quando
4035 vem para a Câmara Técnica além de não voltar para Grupo de Trabalho, volta
4036 atrás do o que Grupo de Trabalho já deliberou é muito cansativo. Então assim,
4037 orgânico já tinha sido esgotado. Então assim, eu só queria manifestar não só a
4038 concordância, Márcio, mas assim, é necessário que os Conselheiros novos ou
4039 antigos, não importa, visitem os relatórios do Grupo de Trabalho para entender
4040 os debates que já aconteceram porque senão nós estamos sempre no recordar
4041 é viver aqui. O que aconteceu? Por que orgânico não entrou? Por que aquele
4042 entrou? Por que aquele outro não entrou? Como foi o debate? Isso tudo está
4043 no relatório do Grupo de Trabalho porque senão nós vamos começar a voltar em
4044 temas que haviam sido esgotados. Então, quando eu digo que necessário que
4045 nós entendamos antecipadamente o que o outro vai pensar, porque para mim
4046 orgânico realmente também já estava superado, se vem um orgânico aqui,
4047 quer dizer, é jogar um doido agitado em meio de doidos calmos.

4048

4049

4050 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu fui o primeiro
4051 a fazer o chamamento de que não caberia abrir mais além do que nós vamos
4052 discutir em cima de um texto que já está devidamente amadurecido. E foi mais
4053 do que dito aqui algumas questões já estavam consolidadas, inclusive em
4054 relação à limitação da importação, o único problema é como é que proíbe a
4055 importação de maneira efetiva. Então, ninguém vai reabrir aqui se pode importar
4056 ou não, assim como eu entendo que não vamos reabrir a questão dos
4057 perigosos, não vamos reabrir entendendo que é lá na chegada. Então, ele pode
4058 ser na origem perigoso desde que tratado e não seja mais e aí tudo bem. Eu
4059 estou partindo desse pressuposto. Em relação à proposta do Doutor Francisco
4060 de nós fazermos a reunião com antecedência maior, eu acho que ela seria

4061viável se nós nos ativéssemos mais à questão do texto. E aí nós se a ideia é
4062nós avançarmos de maneira mais rápida, que eu acho que é bem vinda, talvez
4063nós pudéssemos marcar uma reunião com um prazo menor e começar a
4064descascar o abacaxi pela beirada, ou comer o mingau quente pela beirada,
4065como dizia o Brizola, analisando o texto, item por item e deixando esses pontos
4066vermelhos para aí sim, receber contribuições até a próxima reunião e só
4067analisá-las na outra e dar tempo de amadurecer e etc..

4068

4069

4070**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Até porque se é um
4071ano eleitoral e a eleição vai ser 07 de outubro e se nós não começarmos a
4072avançar nós vamos perder ainda, ter mais ainda problemas no período que vai
4073ter o primeiro turno, o segundo turno e tem gente que vai ter que ir para seu
4074Estado, vai votar lá e seria mais problema para nós. Então, se nós tínhamos
4075julho, agosto e setembro, três meses úteis, eu acho que temos que aproveitá-
4076los senão não vamos ter pauta nem para a próxima Reunião Plenária do
4077CONAMA.

4078

4079

4080**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alfredo tinha
4081pedido a palavra?

4082

4083

4084**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu não tinha
4085pedido. Eu acho assim, que precisa ficar claro aqui, Márcio, que o que está
4086aqui não pode voltar abrir tudo porque senão nós não vamos acabar isso
4087nunca, nunca, nunca. É uma questão, assim, o que pensa a maioria que está
4088ali no momento e não vai estar sempre todo mundo em todos os momentos, é
4089isso que eu tenho visto. Então, se nós já fechamos tudo isso, não vamos abrir
4090coisas que já estão fechadas porque o que já está fechado nós temos que
4091discutir com dificuldade, vai reabrir outra coisa? Eu estou dando um dado, se
4092for para falar que vai por orgânico aqui, então, são seis meses, um ano para
4093definir esse limite.

4094

4095

4096**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu acho que
4097está claro isso, Alfredo.

4098

4099

4100**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu não sei se
4101ficou claro, Márcio, sabe por quê? Porque não vi assim...

4102

4103

4104**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alfredo, claro
4105está, sempre haverá oportunidade de um lado ou outro insistirem nas suas
4106teses, como deixou bem claro aqui o Dr. Bocuhy, ele pode inclusive recorrer ao
4107Ministério Público e entrar com uma ação judicial depois e fazer o que ele
4108achar que tem que fazer, qualquer um de nós aqui tem as instâncias de recurso

4109que lhe cabem, dentro da Câmara Técnica e fora da Câmara Técnica, quer
4110dizer, certeza 100% de que o nós acordamos aqui está pactuado entre nós e
4111que nós vamos morrer abraçados com isso, sendo derrotado ou não nessa
4112mesa, não temos e não teremos. Nós podemos sair daqui com a Resolução
4113aprovada e amanhã no Plenário um de nós se levantar e sentar a pua na
4114Resolução e tentar passar lá o que não conseguiu passar aqui. Como, aliás, é
4115praxe no CONAMA. Então, isso provavelmente vai acontecer, como bem disse,
4116você mesmo manifestou também, uma coisa é aqui, outra coisa é no Plenário
4117que será certo. Se no Grupo de Trabalho foi uma novela, na Câmara Técnica
4118está sendo uma novela recém-iniciada, mas com capítulos trágicos, imagina
4119como será na Plenária e sem falar que depois ainda pode ter Ministério
4120Público.

4121

4122

4123**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Tá. Mas então
4124gente, tem que ficar clara uma coisa, nós estamos trabalhando com o quê?
4125Estamos trabalhando que vai ter uma relação de resíduos elegíveis, se
4126aceitamos alguma sustentação de inorgânicos, não vamos aceitar orgânicos.
4127Então, é a contestação é não detectável, não vamos aceitar resíduos perigosos
4128e vamos dar um jeito de evitar resíduos importados. Na instância da Câmara é
4129sobre isso que nós estamos conversando, eu só estou conclamando porque se
4130daí amanhã na próxima discussão alguém tentar retroceder, pode retroceder
4131na jurídica, pode retroceder na Plenária, mas aqui é a Câmara e nós temos que
4132avançar aqui, senão...

4133

4134

4135**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu estou
4136entendendo que nós temos aqui isso aqui pactuado, se alguém quiser trazer
4137alguma coisa diferente disso na próxima reunião, nós não temos como impedir
4138que traga. Agora, em princípio nós estamos partindo desse pacto de que a
4139Resolução, como já foi dito aqui várias vezes, ela está praticamente pronta.
4140Tanto está pronta que nós estamos entendendo que não precisa mais do
4141Grupo de Trabalho. O que nós precisamos agora é arredondar a Resolução
4142naquilo que ainda está um pouco quadrado. O que está quadrado? Algumas
4143coisas de redação porque em função das grandes polêmicas que nós tivemos
4144ninguém se ateuve muito à redação e ainda existem muitos problemas em
4145relação à redação da forma como está proposta, por conta disso, porque que
4146até agora ninguém se ateuve a discutir a redação porque os problemas era se
4147íamos regulamentar ou não, se ia ter valor limite ou se não ia. Agora, nós já
4148estamos e eu acredito, e eu quero, assim, que nós sejamos um pouco otimistas
4149em relação a isso. Eu acho que nós avançamos bastante, não foi fácil, não foi,
4150eu acho que todos nós estamos sentindo isso que o Alfredo falou, eu me
4151penitencio aqui, estou muito chateado com o que aconteceu hoje aqui, não
4152gostaria que tivesse acontecido, me sinto culpado por isso, vou dormir com
4153essa culpa, mas paciência, são coisas que só quem está chuva é que se
4154molha. Eu acho que nós temos condições de avançar, acho que uma proposta
4155factível é essa de nós avançarmos um pouco nas questões de redação,
4156receber propostas para as questões mais polêmicas, dar mais tempo de

4157maturação e na segunda reunião discutir as mais polêmicas, dando o tempo de
4158consultas públicas aos pares e aí sim traz, se achar que tem que trazer
4159consultor, nós trazemos, dá prazo... O problema da reunião curta é o trabalho
4160do Adriano, ele vai ter que publicar 15 dias antes da reunião, 15 ou 20? 15?

4161

4162

4163**O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA)** – Na verdade, o
4164problema maior é o tempo que é exigido por todos para que entreguem os
4165documentos necessários. Com relação ao prazo, o DCONAMA não há
4166inconveniente, nós precisaríamos a partir de hoje, pelo menos 20 dias para que
4167possa agendar uma nova data.

4168

4169

4170**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Vamos dizer que o dia
417115 ou 16 de julho mandasse e poderia programar para daí 28 a 30 de julho,
4172dentro do mês seria 32, 34 dias daqui até lá.

4173

4174

4175**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu só pondero
4176que concordando, mas que esses 15 dias de julho, são 15 dias complicados
4177porque pega em férias, pega uma série de situações. Então, eu mantenho a
4178proposta, mas eu só aí inverte aquela nossa discussão, quer dizer, vamos
4179começar pelo amarelo que aí você não precisa ter muita elaboração nesse
4180encaminhamento até o dia 15, quer dizer, nós mandaríamos a proposta de
4181redação, vamos deixar bem claro e, por favor, está em aberto, é só uma
4182proposta. Nós mandaríamos até o dia 15, 17 de julho propostas de redação ou
4183de... Não só do português porque aí tem coisas de são fundamento, daquilo
4184que está em amarelo do ponto de vista... Não precisa também mandar para
4185tudo, enfim, se achar que não vai conseguir cumprir tudo nós salientamos isso
4186e mandamos só até um determinado ponto. Até o dia 15 de julho e 17 de julho.

4187

4188

4189**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – 28 a 30.

4190

4191

4192**O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA)** – Só uma sugestão
4193aqui, que nós façamos a contagem de trás para frente, ou melhor, o contrário,
4194que nós agendemos data da reunião primeiramente e depois nós verificamos a
4195data-limite para envios. São 15 dias corridos. Então, é melhor que se agende a
4196data da reunião.

4197

4198

4199**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Vamos ver se dia 29
4200ou 30 do mês de julho.

4201

4202

4203 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA)** – Bom, outra sugestão
4204 também por conta de período de férias, que a reunião seja realizada em
4205 agosto.

4206

4207

4208 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Pode ser até 29, 30,
4209 31.

4210

4211

4212 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Essa reunião
4213 não tem como, eu, por exemplo, não como fazer proposta nenhuma de redação
4214 até 15 a 17 de julho porque eu vou estar de férias 20 dias em julho. Mas, acho
4215 importante nós fazermos uma agenda aqui, o que nós vamos fazer na próxima,
4216 o que nós vamos fazer na outra, o que nós vamos fazer na outra porque daí
4217 aquilo que demora mais tempo já deflagra hoje. Sei lá, na próxima vamos fazer
4218 tal coisa e tal coisa e vocês façam até 15 dias antes tal coisa.

4219

4220

4221 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu só estou
4222 lembrando que nós vamos ter eleições e muitos lugares vão ter segundo turno,
4223 isso significa dizer que o mês de outubro talvez nós já matemos novembro e
4224 teremos mais dois meses mortos pela frente. Está entendendo? Porque a
4225 eleição é nacional, em todos os Municípios brasileiros. Estamos em eleições no
4226 País, eleições municipais e muitas pessoas às vezes tiram férias dos seus
4227 locais para ir para os Municípios.

4228

4229

4230 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu não estou
4231 vendo nenhum candidato participando dessa Câmara. Tem algum candidato
4232 participando na Câmara? Não tem.

4233

4234

4235 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Funcionários que às
4236 vezes tiram férias e vão para o seu Estado, vai para o seu Município, têm
4237 muitas pessoas que vão para a sua base familiar. Aqui não. Que eu estou
4238 falando que a base de apoio...

4239

4240

4241 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu não estou
4242 entendendo.

4243

4244

4245 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Eu queria
4246 fazer uma pergunta. Senhor presidente, as reuniões dessa Câmara elas são
4247 tradicionalmente na última semana do mês? Tem alguma regra assim? Tem
4248 alguma regra nesse sentido? Nenhumas.

4249

4250

4251 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós é que
4252 deliberamos.

4253

4254

4255 **A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Então, eu
4256 acho muito complicado marcamos uma reunião no final de julho porque se
4257 algumas pessoas tiram férias no início e outras no final, e a questão do tempo
4258 para debruçar sobre o texto vai ser complicado, vai ser prejudicado. Então, eu
4259 sugeriria que nós tentássemos marcar no início de agosto, na semana do dia 6
4260 a 10 e que a próxima reunião, então, de setembro, onde nós atacaríamos os
4261 pontos talvez mais complicados, ficasse para o final de setembro, que aí dá um
4262 passo de tempo mais factível para os Conselheiros, para que eles possam
4263 estudar, consultar especialistas e aí nós voltamos com as reuniões sempre no
4264 financeiro do mês como tem sido a prática. Na semana do dia 6 a 10 de agosto
4265 porque julho termina em uma terça-feira. Então... E aí em setembro nós já
4266 marcaríamos na última semana de setembro e retomariamos sempre a última
4267 semana do mês porque eu acho que fica... Bom, mas adequa no calendário.
4268 Dá para... Ali na semana de 24, 25, final de setembro.

4269

4270

4271 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Por favor,
4272 poderia botar em agosto. Vamos marcar primeiro. Então, a proposta é fazer
4273 oito e nove. É isso? Pode ser? Então, vamos marcar a reunião, a próxima
4274 reunião então nos dias 08 e 09 de agosto. Então, 15 dias anteriores ao dia 08
4275 vai dar no dia 25 de julho. Então, até 25 de julho o Adriano tem que estar
4276 recebendo todo o material. Então, vamos fixar 20. Eu tinha sugerido 20, eu
4277 estou fixando a data para encaminhamento dos documentos. Eu tinha sugerido
4278 20, Adriano está dizendo que pode ser dia 23, isso vai dar a ele dois dias só
4279 para disponibilizar no site os documentos. Por isso eu torno a sugerir 20, que
4280 eu acho que é mais razoável. 20 como data para encaminhamento da
4281 documentação porque a convocação tem que sair 24, o Roberto está
4282 salientando aqui. Então, vamos fechar 20, sexta-feira. Eu estarei de férias. 20
4283 então seria o limite para encaminhamento das sugestões de redação dos
4284 textos em amarelo e aqueles textos que se entende que não é redação, que a
4285 questão é mais profunda, não há problema que traga sugestão, mas destaca
4286 isso como alteração no sentido do artigo e etc. Sempre salientando o que o
4287 Doutor Alfredo muito bem frisou aqui. Vamos tentar avançar em relação ao que
4288 já se avançou nesses últimos oito anos aí.

4289

4290

4291 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Mas tem uma
4292 questão de ordem que até dia 20 eu não consigo mandar nada de texto. E eu
4293 tenho algumas coisas que eu gostaria de mandar já que está nessa coisa de
4294 mandar. Pediria para por isso dia 24, 25, se é possível.

4295

4296

4297 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mas aí nós
4298 perdemos o prazo legal. A sugestão que eu faço é o seguinte, quem não

4299conseguir mandar não vejo problema em apresentar aqui, nós vamos perder
4300um pouco a ideia da Gabriela de... Sempre...

4301

4302

4303**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Eu não vou ter
4304como mandar de jeito nenhum porque eu vou estar de férias. Essa que é a
4305questão.

4306

4307

4308**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O Adriano está
4309saliendo que uma outra alternativa seria jogar a reunião mais para frente. Eu
4310tenho problema porque na semana seguinte de agosto eu já não vou
4311provavelmente eu vou estar viajando naquele semana 13 em diante. Então, a
4312nós jogarmos muito para frente aumenta a incerteza das agendas em geral, da
4313minha e acredito que das outras também.

4314

4315

4316**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Pode abrir e
4317apresentar aqui.

4318

4319

4320**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O que eu estou
4321propondo, Alfredo, é o seguinte, ressaltando sempre a preocupação da
4322Daniela. Qual é a minha ideia? Eu acho que para essa discussão de texto nem
4323necessariamente precisaria vir com antecedência porque não é parecer e tal,
4324mas é interessante que venha para que cada um já saiba mais ou menos para
4325que linha... Para que lado cada está correndo. Pode trazer, o que eu quero
4326dizer é o seguinte, não é obrigatório apresentar com antecedência, pode trazer
4327no dia da reunião a proposta, nós vamos avaliar. Se essa proposta nós
4328entendermos que merece uma avaliação, nós pintamos ela de vermelho e
4329jogamos lá para frente.

4330

4331

4332**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Então nessa
4333reunião nós só vamos discutir o texto. Sabe por que eu estou pensando isso
4334Porque se nós fôssemos discutir aquela tabela do modelo da CETESB, eu
4335posso preparar um documento explicando porque nós adotamos tais
4336valorações, um a um, mas eu não consigo fazer isso até dia 20. Se não vamos
4337discutir isso na próxima, se não for importante.

4338

4339

4340**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não. A minha
4341ideia era que a gente... Eu acho que não é minha ideia, na verdade, alguém
4342sugeriu aqui, que nós avançássemos aqui na linha amarela e sobrando tempo
4343entrava na vermelha. Se alguém tiver já alguma proposta em relação à
4344vermelha não tem problema em apresentar, disponibilizar no site e trazer no
4345dia. Mas, em princípio a ideia é que nós citemos o avanço, diminua as
4346incertezas em relação à Resolução, concentre naqueles pontos que são... E

4347até se na próxima reunião nós além de estar com os vermelhos só para discutir
4348já tiver uma ideia de como abordar melhor ainda.

4349

4350

4351**A SR^a. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Senhor
4352presidente, eu considero as considerações do coordenador do GT muito
4353importantes. Então, mesmo que ele tenha dificuldade de apresentar até o dia
435420, eu pergunto se não seria possível ele... Se ele apresentar depois, alguns
4355dias depois, se vocês não poderiam disponibilizar para nós por e-mail para que
4356nós possamos ler antes de vir para a reunião, não necessariamente ficar lá no
4357site porque eu acho muito importante, porque vem dele, o coordenador do
4358Grupo de Trabalho.

4359

4360

4361**O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA)** – É só uma sugestão
4362também, repassar um pouco para o Márcio, de que como se vai tratar do texto
4363na próxima reunião, então provavelmente não se tenha apresentações
4364programadas. Então, que nós determinemos um prazo para encaminhamento
4365de contribuições e que sejam trocadas entre os membros, só que por outro
4366lado nós também não disponibilizaremos nada no site. E aí ficaríamos
4367contribuições para a própria Câmara, analisará e avaliará se será tratado ou
4368não na próxima reunião.

4369

4370

4371**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Cada um passa
4372para você por e-mail e você à medida que vai recebendo, vai repassando.

4373

4374

4375**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O interessante é que
4376quando enviar, à medida que quando for chegando vai repassando para o e-
4377mail e vai lendo os que forem chegando depois vai lendo os último.

4378

4379

4380**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A proposta que
4381eu faria é que o Adriano... Que nós centralizássemos no Adriano, a remessa, e
4382ele se encarregaria, se não estou pedindo demais, se estiver você me fala, e
4383ele repassaria porque ele tem o e-mail de todos os Conselheiros, aí repassaria
4384para os titulares e suplentes.

4385

4386

4387**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Tira uma Xerox da
4388lista de frequência que tem o e-mail do todo mundo. Facilita para outros que
4389ainda não têm.

4390

4391

4392**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Ele tem, por
4393dever de ofício.

4394

4395

4396 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Para os Conselheiros.

4397

4398

4399 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA)** – Não. É trabalho do 4400 DCONAMA esse suporte, então concentra no e-mail meu e eu faço o repasse. 4401 Ok? Mas, de qualquer forma eu vou encaminhar o lembrete de 4402 encaminhamento.

4403

4404

4405 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Estamos 4406 acordados. A reunião então é 8 e 9 de agosto, a pauta é proposta de texto, 4407 avançar no texto. As questões que forem de alteração substancial do texto 4408 podem ser apresentadas dentro daquela linha que nós já falamos, não 4409 toleraremos retrocessos aos princípios aqui consensuados no limite do nosso 4410 consenso, e também se tiverem proposta já para as outras questões são bem 4411 vindos, não tem problema nenhum e nós vamos tratar dessas outras se tempo 4412 houve para isso depois dessa situação. Ok? Podemos considerar encerrada a 4413 reunião, lembrando que houve pedido de vistas para o ponto dois da pauta, o 4414 ponto três da pasta já foi vencido hoje pela manhã.

4415

4416

4417 **A SRª. DANIELA BUOSI ROHLFS (Ministério da Saúde/MS)** – Márcio 4418 desculpa. Não sei se é importuno ou se é possível, nós teríamos como marcar 4419 a próxima depois dessa? É porque a agenda no segundo semestre geralmente 4420 ela acostuma ser muito mais caótica do que do primeiro. Então, eu fico 4421 imaginando se nas férias nós encontramos dificuldade de achar data, pensa 4422 em setembro, outubro. Então, se nós já pudéssemos bloquear a agenda, eu 4423 acho que fica para todos os Conselheiros, mais...

4424

4425

4426 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Por mim não 4427 tem empecilho nenhum, está aberto sugestões de datas, podem sugerir.

4428

4429

4430 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DCONAMA/MMA)** – Seria... Adriano, 4431 DCONAMA. É que não ocorra antes da 107ª Reunião Ordinária, uma semana 4432 anterior, e nem na semana posterior. Então nós estaríamos a partir do dia 24 4433 de setembro livres, de preferência.

4434

4435

4436 **A SRª. ZULEIKA STELA CHIACCHIO TORQUETTI (FEAM/MG)** – Poderia ser 4437 26 ou 27 de setembro?

4438

4439

4440 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Pode ser 25 e 26 4441 de setembro? Porque eu teria dificuldade em setembro de estar aqui nos 4442 nesses dois dias.

4443

4444 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu também
4445 tenho um compromisso também um dia antes. A minha agenda deu pau aqui,
4446 acabou de cair.

4447

4448

4449 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (CETESB)** – Seria 25 e 26,
4450 terça e quarta.

4451

4452

4453 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vamos
4454 combinar o seguinte, nós deixamos pré-agendado esse dia e sujeito a chuvas e
4455 trovoadas na próxima reunião, ou até antes dela. Então, em princípio 25 e 26...
4456 Chuva de trovoadas é especialidade aqui da casa. Então, ok, gente? Então,
4457 mais uma vez agradeço a presença de todos, eu acho que nós avançamos
4458 bastante e lamento os fatos ocorridos aqui novamente, eu espero que nós
4459 possamos ter uma condução mais tranquila dos trabalhos, espero melhorar no
4460 meu aspecto de condução e diplomacia e habilidade de conduzir os trabalhos.
4461 Agradeço a presença de todos, ficamos então de nos encontrarmos novamente
4462 em 08 e 09 de agosto, encaminhando sugestões antes para o Adriano aqui.
4463 Muito obrigado. Bom dia.

4464